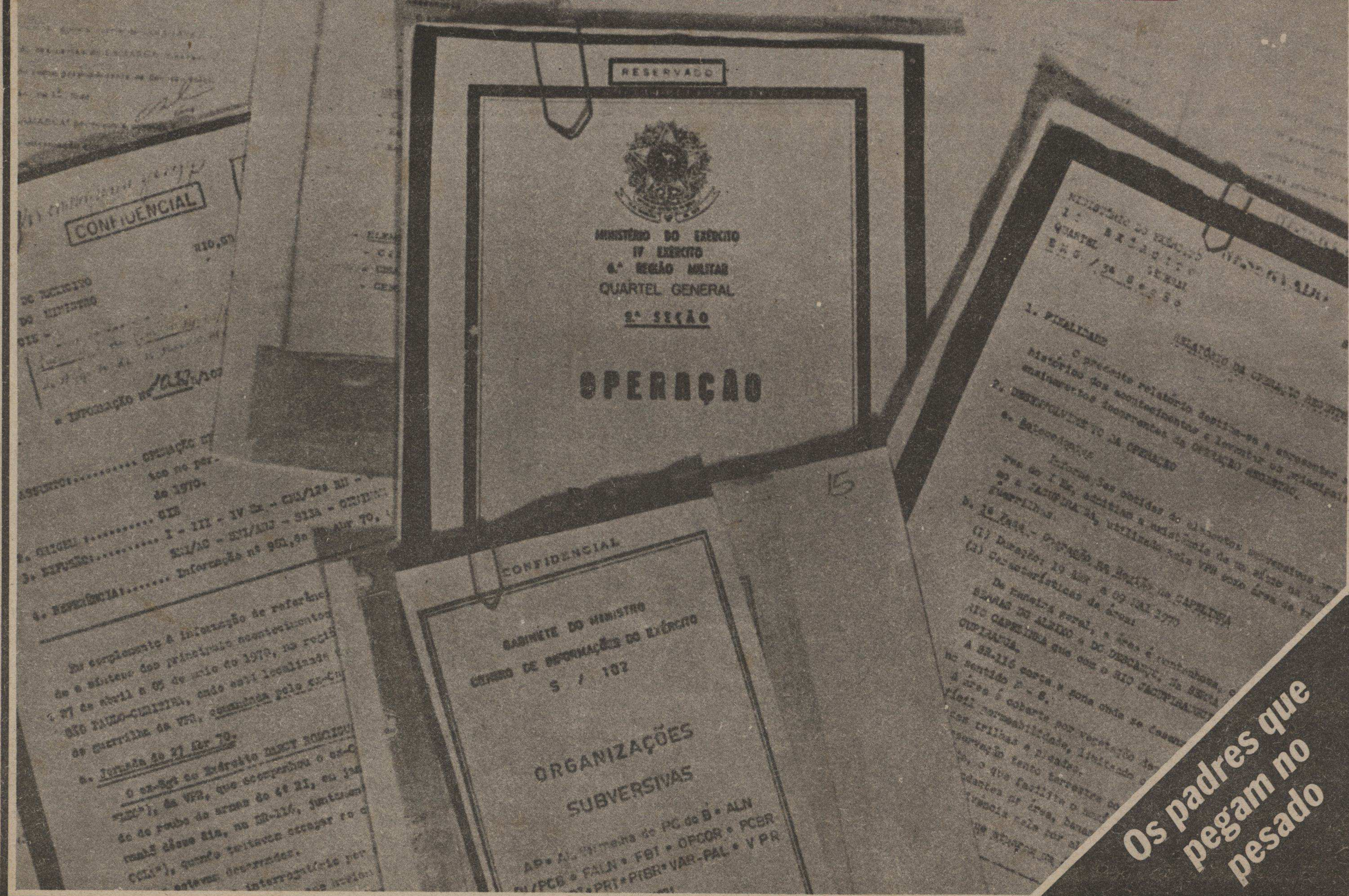


COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

OS RELATÓRIOS DO EXÉRCITO SOBRE A GUERRILHA

EXCLUSIVO



Os padres que pegam no pesado

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
 Osmar Trindade
Secretário
 Luiz Carlos Merten
Redação
 Baru Derquin, Luiz Carlos Merten, Jorge Gallina, Elaine Lerner, José Vieira da Cunha, Lenora Vargas, Lillian Bem David, Rafael Guimarães, Tomás Pereira, Mauro Toralles, Edgar Vasques, Juvenal da Luz, Rosvita Saueressig, Luiz Carlos Ferré, Ariosto Teixeira (Brasília), Marcelo Pontes (Rio), Geraldo Hasse (São Paulo), Paolo Marconi (Salvador), Sílvia Costa e Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Lincínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque), Jacó Filho (Londres), José Reis e Miriam Costa Corrêa (Arquiva e pesquisa), Mozart dos Santos (laboratório)

Gerência Administrativa
 Jorge Crippa
Gerência Industrial
 Francisco Alba
Comercial
 Francisco Kleber Bressane e Hermínio Pereira
Circulação e Assinatura
 Egídio Dalmina

Industrial
 Ivan Ferreira Franco, Hélio Pinho, Luiz Alberto da Costa, Paulo Ricardo Nobre, Francisco Altair dos Santos, Cleusa Regina Borsatto, Cláudio Bomfim da Luz, Carlos Neves Diniz (composição), Sílvia de Ávila Berni, Edson Ubiratan Trindade, Maria de Lourdes Lima, Osvaldo Lucas, Fernando S. Zemor, Danclar Jesus Rossato (revisão), Atil Vinetton Medeiros, Júlio César Ferrari, José Luiz dos Santos (fotolito), Luiz Gustavo Machado, Luiz Augusto de Oliveira, João Carlos Meirelles, Ari Roberto da Silva, Paulo Roberto de Ávila (montagem), Paulo Roberto de Azeredo Sá (Coordenador), Júlio César Romano Martins (subcoordenador), Carlos Milton de Goz Rios (chefe de produção).

A venda somente a partir da edição nº 13.
 Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço
 Rua Comendador Coruja, 372
 CEP 90000 — Porto Alegre — RS
 Fone 33-5099 (PABX) Telex (051) 1605

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA. ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Borges de Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Agnese Schiffino, Danilo da Silva Ucha, Carlos Urbim, Carlos Rafael Guimarães, Fernando Goulart e Renato Pinto da Silva (Conselheiros Fiscais), Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Acari Amorim, Adélia Porto da Silva, Ademir Vargas, Ademir Fontoura, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Alberto André, Alberto Blun, Alberto Filgueiras, Alfonso Abraham, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amauri Melo, Almeida Vieira, Ana Maria Barros, Ana Maria Pacheco de Almeida, Ana Maria Smidt, André Jockyman, Angela Riccardi, Anibal Bendati, Antonio Brito Filho, Antonio Canabarro, Antonio Carlos Esteves, Antonio Gonzales, Antonio Dreon, Antonio Vargas, Antonio Manoel de Oliveira, Armino Ranzoff, Artur Monteiro, Artur Xavier, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Polydoro, Bernadete Viana, Cândido Cruz, Carla Irigary, Carlos Alberto Koleza, Carlos Alexandre Castro, Carlos Simch da Silva, Carlos Athanasio, Carlos Karnas, Carlos Frederico Menz, Carlos Fehlbeg, Carlos Mossmann, Carlos Dornelles, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano, Carmem Silveira, Carmem Cagno, Celso Rosa, Celso Schroder, Cintia Leal, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Clóvis Malta, Cristina Pereira, Delmar Marques, Edgar Lisboa, Edgar Vasques, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimarães, Elaine Lerner, Eloisa Enck, Enio Nugent da Rocha, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eugênio Neves, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Fernando Bueno, Fernando Lindote, Fernando Guedes, Fernando Saes, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Floriano Correa, Francisco Daniel, Francisco Dias Lopes, Francisco Juska, Gabriel Matias, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gomercindo Coutinho, Hélcio Ferreira, Hélio Gama, Helton Barreto, Hermelindo Macedo, Higinio Barros, Humberto Andreatta, Iara Bendati, Iara Schilling, Iraporan Muller, Ilsa Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Stigger, Jandira César, Jayme Copstein, Jayme Klintowitz, João B. Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Mota Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio P. Machado, José Antonio Severo, José Antonio Simch, José Enedir, José Erasmo Nascetes, J. Felix Valente, José Guaraci Fraga, José Lauro Dieckman, José Luiz Chiarelli, José Luiz Previdi, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José Ribeiro Fontes, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Jurez Fonseca, Judith Martins Costa, Julieta Pereira, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Juvenal Netto, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lenora Vargas, Leo Tavejanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Lincínio Azevedo, Lillian Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Afonso Franz, Luiz Artech, Luiz Kozminski, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Verissimo, Luiz Francisco Terra, Luiz Fonseca, Luiz Humberto, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Manoel Joaquim Lourenço, Marcelo Lopes, Marco Schuster, Marco Túlio de Rose, Marcos Baggio, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria Eloir, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Bracher, Maria Luiza Teixeira, Marina Wodke, Marinória Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Rocha, Mário Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Baires, Maroni da Silva, Marques Leonam, Maurecy Santos, Mauro Cesar Silveira, Mauro Toralles, Milton Wells, Milton Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Correa, Miriam Tereza Timponi, Mirta Coelho, Najar Tubino, Neltar Abreu, Nestor Fedrizzi, Neuza Ribeiro, Nilson Figueiredo, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olivio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros, Otília Goulart, Paolo Marconi, Patrício Renato Bentes, Paulo Fogaça, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo Gerson de Oliveira, Paulo Renato Cancian, Paulo de Tarsó Riccardi, Pedro Macedo, Pedro Flores, Pedro Sosa Pereira, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Baeta, Renan Oliveira, Renato Kern, Renato Canini, Ricardo Bolsoni, Ricardo Schmitt, Riomar Trindade, Roberto Azevedo, Roberto Azevedo, Roberto Appel, Roberto Thomé, Roberto Maneira, Rogério Ruschel, Romulo Krafta, Ronaldo Westermann, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Tonello, Severino Goes, Silmar Muller, Sílvia Costa, Sílvia Ferreira, Sílvia Correa, Tânia Barros, Tânia Faillace, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Prates, Valdir da Silva, Valmório Oliveira, Vera Daisy, Vera Maria Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Verlaíne Silveira, Victor Hugo Sperb, Virson Holderbaum, Waldor Teixeira, Walter Firmo, Wilmar Marques, Wladimir Ungaretti e Zélia Leal.

Associado a
AJOCOOP
 Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

Publicada em sucessivos capítulos na imprensa brasileira nos últimos tempos — na época a imprensa estava sob censura — a história da perseguição e da morte do capitão Carlos Lamarca, líder dos movimentos guerrilheiros no Brasil entre 1970/71 (Coojornal nº 44, agosto de 1979), sempre teve tratamento unilateral: faltou a versão oficial do Exército, que esteve envolvido nos dois momentos. Nesta edição — entre as páginas 15 e 26 — mostramos esse lado ainda inédito.

Manuseando um conjunto de documentos, que na época tramitou entre as Forças Armadas brasileiras com os timbres de reservado, sigiloso ou confidencial, foi possível estabelecer como agiram as Forças Armadas na primeira caçada aos guerrilheiros de Lamarca, em São Paulo, a denominada Operação Registro. E também como foi procedido o Cerco final no sertão baiano, a chamada Operação Pajussara.

O primeiro relatório está publicado praticamente na íntegra. Daquele, sobre o cerco final e a morte de Lamarca, extraímos os capítulos principais. Em ambos, no entanto, mantivemos dois trechos muito significativos e inteiramente desconhecidos até hoje: as opiniões dos signatários dos relatórios, os generais José Canavaro Pereira (Operação Registro) e Argus Lima (Operação Pajussara).

Esses documentos nos chegaram às mãos no final do ano passado, quando, sabíamos, discutia-se até em alguns círculos militares sobre a oportunidade ou não de liberá-los, principalmente para análise de políticos e pesquisadores preocupados com a história do país. Compõem um capítulo sobre a participação das Forças Armadas no combate contra a guerrilha. Permanecem inéditos acontecimentos anteriores e posteriores.

...

Sim, foi o fato do mês de janeiro: a visita de Frank Sinatra. Para não deixar sem registro fato de tamanha significação, transcrevemos trecho de uma crônica de Luís Fernando Veríssimo, que escreve todos os dias no jornal Zero Hora em Porto Alegre:

“Nesse encontro do Brasil com Frank Sinatra, acho que o Sinatra saiu ganhando e não só os seus milhões. Como a sua vinda tão protelada já se transformara numa anedota, o Brasil resolveu levar a anedota até o fim e se comportou exatamente como estava previsto nas piores gozações. Fomos babacas completos, tanto no deslumbramento como no protesto. Fizemos tumulto, dissemos bobagens e só o que nos redime é que desta vez, em vez de nos rebaixarmos por contas de vidro, como alguns dos nossos antepassados, sacrificamos a compostura nacional por uma bela voz. O Sinatra foi profissional do começo ao fim. E provou que ainda é muito bom. Deixou o vexame por nossa conta.

Já compararam a apresentação de Sinatra no Rio Palace com o último baile da Ilha Fiscal, quando a aristocracia do Império, literalmente, dançou e na manhã seguinte o Brasil era uma república. A comparação é boa mas não é correta. Amanhã de manhã esta continuará sendo a república dos esbanjadores, e eles continuarão impunemente. Mas é de um moralismo hipócrita dizer que alguém não pode pagar vinte mil cruzeiros para assistir a um show num país em que se morre de fome.

O imoral é que exista uma classe que não ache nada de mais pagar os vinte mil. O que os nossos ricos fazem com o seu dinheiro é assunto deles. O que este país faz para tornar a minoria rica cada vez mais rica e mais minoria, e garantir a sua impunidade é que deveria nos indignar. Certamente não precisaria a presença do Sinatra para se repetir que esta é a sociedade mais escandalosamente desigual do planeta desde que acabaram os marajás na Índia. Sinatra não tem nada a ver com isso. Ganhou o seu dinheiro honestamente, o que é mais do que se pode dizer sobre alguns dos que foram aplaudidos no Rio Palace. Mas isto também é imoralismo inconsequente”.

O EDITOR

Tiragem desta Edição: 35 mil exemplares



CARNIVAL 80

Cooperativismo

Cooperativismo e democracia (III)

Por PAULO BRASIL

O saudoso Raposo Tavares preconizou, há cerca de 30 anos, um estado sindical cooperativista, tendo, no entanto, se identificado com o cooperativismo; Diva Benevides Pinho acredita no cooperativismo como o terceiro sistema; entrevistado pela equipe de *O Ponteiro*, da Associação, Recife, um dirigente do interior paraibano o considerou como a solução do futuro. Que cooperativismo é esse?

Vimos, no artigo anterior, que uma corrente do pensamento político aplicado ao cooperativismo aceita a ideia por nós proposta de um Partido que atribuisse ênfase à sua expansão e consolidação, mas, na opinião dos que a integram, em respeito à liberdade de iniciativas, seria preciso equiparar o cooperativismo e o mercantilismo na área econômica.

Outra corrente, no entanto, vai mais longe: mobilização político-partidária, sim, mas para conquistar um estado totalmente — e não totalitariamente — cooperativista. Nele todas as instituições e relações seriam cooperativadas.

Os moderados pensam no cooperativismo como alternativo ao capitalismo. Já os desta corrente, sem dúvida radicais, querem-no substituído ao mercantilismo e ao socialismo. Tanto que, para o partido de que tratamos, propõem o slogan: “Capitalização sem capitalismo;” “socialização sem socialismo.”

De que modo situar o cooperativismo como sistema substitutivo aos demais? Alguns tipos de cooperativas, entre nós, caracterizam-se, de fato, como sociedades de capital. Elas não lucram, mas lucram os que com elas operam. Dá-se pois, a nível de associado, acumulação à feição capitalista.

Se recorrêssemos à socialização dos meios de produção para, em consequência, implantar cooperativas teríamos cooperativismo a reboque do socialismo e não como instrumento de socialização.

Não se pediria um cooperativismo caudatário do socialismo; nada impediria, contudo, a socialização dos lucros (sic) gerados por cooperativas via incidência tributária de natureza extrafiscal, de acordo, aliás, com o modelo sueco de desenvolvimento social.

Neste caso se manteria uma estrutura capitalista de produção socializada por cima — com a acumulação da riqueza e da renda sujeita à socialização tributária. Ninguém, no âmbito dessas entidades, deixaria de lucrar, mas ocorreria a apropriação, pelo estado, para redistribuição social, de parcelas significativas da renda privada.

“CAPITALIZAÇÃO SEM CAPITALISMO”...

Mas, nesse estado plenamente cooperativista, coexistiria, com a capitalização cooperativada, um incremento à socialização.

Com uma diferença, porém, em relação aos propósitos socialistas: ao invés de se socializarem os meios de produção para se criarem cooperativas, através do cooperativismo é que se socializariam os meios de produção.

Em Sergipe, cooperativas compram terras e as distribuem a lavradores despossuídos. Trata-se de socialização pacífica, evolucionária — sem necessidade de revoluções.

No estado cooperativista haveria uma política de grandes fundos — um deles se constituindo como Fundo Agrário, justamente para possibilitar socialização por meio do cooperativismo.

Ao contrário do que sucede nas nações socialistas, em que os meios de produção, socializados, se estatizam, nesta hipótese eles se socializariam privatizando-se.

Em conformidade com um modelo amplo, geral e irrestrito de privatização social, também os setores sociais seriam entregues a cooperativas. Nada escaparia à sua influência e à sua forma de organização.

“SOCIALIZAÇÃO SEM SOCIALISMO”...

Desapareceriam, para sempre, no estado cooperativista, as relações de subordinação de empregado a empregador.

As situações de emprego ficariam igualmente cooperativadas. Cooperativas de trabalho, iguais às entidades empregadoras, é que aloca-riam e remunerariam mão-de-obra, a capacitariam, assistiriam e assumiriam co-responsabilidades na administração de seu aproveitamento e dos salários.

Escusado dizer que o trabalhador não teria hora e vez numa sociedade cooperativista. Aliás, os movimentos sindicais são tidos, atualmente, como típicos de acomodação a estruturas estabelecidas, enquanto um sistema global cooperativista visaria à sua transformação.

O ideal a alcançar, num estado cooperativista, consistiria na manutenção de um sistema dinâmico de oportunidades abertas a mudanças significativas e à mobilidade vertical inédita do trabalhador.

A essência das proposições dos radicais poderia ser deste modo resumida:

a — um estado cooperativista seria democrático porque refletiria o democratism inerente às organizações que o comporiam;

b — o homem, controlando organizações cooperativas, exclusivas nesse estado, controlaria politicamente o próprio estado.

Poderiam se agrupar, num partido, moderados e radicais? Cremos que sim. Ambos defendem a socialização do setor de serviços. Os moderados querem, no plano econômico, um equilíbrio entre subsistemas. Ora, os radicais, a eles se unindo numa etapa inicial de mobilização, poderiam aceitar essa ideia-força até que, conseguido referido equilíbrio, se apartariam dos radicais para buscar o estado cooperativista pleno.

Seria, é certo, uma união tática provisória. Mas suficiente para levar o nosso partido, que chamaríamos de Partido de Desenvolvimento Social, não fosse a recente absorção da sigla PDS, a uma afirmação capaz de conduzi-lo à consolidação.

UM LIVRO SEM LIMITE DE IDADE

SANDRINHA NA TERRA DO ANTES, de Fausto Wolff, Editora Codecri, 170 páginas, Cr\$ 150,00.

Era uma vez... O Livro de Fausto Wolff, *Sandrinha na Terra do Antes*, começa assim, como a maioria das histórias infantis de fadas, feitiças, príncipes encantados e princesas. Só que as semelhanças param aí. Em vez desses personagens, Fausto revive nos sete capítulos do livro o minhoco William Shakespeare, corvo Edgar, mais o esquilo dançarino Nijinski, o lagartixo Harpo Marx, a Gaiivota Antoine de Saint Exupery, o corujo orelhudo Nostradamus e outros que só mesmo a sensibilidade de Wolff poderia reviver.

A reunião de tão estranhos personagens poderia, à primeira vista, parecer uma caixa de objetos heteróclitos, artificialmente colocados um ao lado do outro, numa ciranda em redor de Sandra, nos seus 10 meses balbuciando os primeiros *ma... ma* e *gu... gu*. Isso não ocorre, entretanto. A sensibilidade poética do autor é uma linha que vai enredando a todos, de forma que nada fica fora de lugar, ora se transformando no amor do Coelho Branco e o gatinho Cavalu Maluco por Sandrinha até a entrada em cena do corvo Adolf Stalin Rockefeller Pinochet.

Diante de personagens tão importantes, poderia surgir uma pergunta: esse livro se dirige a que público? O simbolismo, as expressões — William Shakespeare, por exemplo, redige uma poesia que à primeira vista seria inconcebível para uma criança —, tudo isso leva a crer que pode ser lido por adultos. Mas a trama, o enredo, os personagens são os mesmos que deliciam qualquer criança. Poderíamos ir mais longe: a história se passa com Sandrinha nos seus 10 meses e narra como ela sai do jardim da Terra do Antes para a Terra do Depois em que passa a compreender que gato é gato e coelho é coelho e que a grande convulsão que a projetou no mundo é seu nascimento. E tudo isso é feito de forma lenta, quase didática, em que as crianças que vivem na poesia apreenderiam alguns fatos concretos da vida e os adultos que vivem *sob o concreto do mundo de hoje* retornariam à poesia que deve existir dentro de cada um. Assim, a história de Sandrinha é para todos, crianças, jovens, adultos e velhos. Cada um tem algo a aprender, principalmente a grande sensibilidade desse escritor chamado Fausto Wolff.

No final do livro resta ao leitor uma sensação de Nostradamus, um dos personagens fazendo uma profecia pelo avesso:

— Não — disse Nostradamus. — Ela apenas nos esquecerá e esquecerá tudo o que se passou e foi dito aqui na Terra do Antes. (...) Mas nós não vamos esquecer-la. Sandrinha é toda amor, ternura e justiça e isso é o que levará para a Terra do Depois. Com amor, ternura e justiça ela tornará à Terra do Depois melhor e melhor ajudará aos fracos e oprimidos a lutarem contra os poderosos e os prepotentes. E nós faremos o mesmo aqui na Terra do Antes. Quem sabe, um dia, todos os planetas serão um único planeta, todos os países um único país e todos os seres humanos um único ser humano. Talvez um dia a Terra do Antes e a Terra do Depois venham a ser uma só grande comunidade.

Outra sensação que o leitor experimenta é a de que um novo caminho está sendo aberto para a literatura infantil brasileira. Em outras palavras, multiplicam-se as experiências dentro de um campo da literatura muito esquecido pelos autores, começa-se a escrever e a escrever seriamente. Com a consciência de que deve chegar ao fim a mania de encarar a criança como alguém de quem basta abrir a cabeça para jogar fadinhas, castelos medievais e encantamentos maléficos ou benéficos.

Com *Sandrinha na Terra do Antes* o leitor infantil poderá entrar em contato, pela primeira vez, com grandes escri-

tores: William Shakespeare, Edgar A. Poe, Karl Marx, Andersen e os Irmãos Grimm. Resta saber qual será a reação diante desses autores que surgem de uma maneira tão original. O mínimo que se pode falar é numa semente lançada, esperando que a fertilidade da imaginação germine num interesse por esses autores. Pode parecer pernóstica a utilização desses personagens num livro infantil, mas só lendo a obra de Fausto Wolff para ser tocado pela transformação poética, em que tais personagens são versos escorrendo entre as páginas e dando a certeza de que estamos diante de uma obra-prima da literatura para crianças e adultos.

S.C.

CAPARELLI: TARTARUGAS ME MORDAM

OS MENINOS DA RUA DA PRAIA, de Sérgio Caparelli, L&PM Editores, 80 páginas, Cr\$ 70,00.

Quem lê *Os Meninos da Rua da Praia* não deixa de encontrar a mesma preocupação fundamental que Piroli mostra, por exemplo, em *Macacos Me Mordam*. No livro desse escritor mineiro de linha realista está presente que a liberdade é inegociável, essencial ao ser. Tanto um como o outro autor, em obras tão dispareces, levam o leitor a considerar, com uma simples história, gentilmente bem contada, que só é livre quem é capaz de destruir a prisão que constrói, com a ilusão de possuir.

Hoje em dia, quando tanto se queixa da decadência de leitores e escritores, que perdem aos poucos o contato com as palavras e se desarticulam frente às imagens fáceis da televisão, o aparecimento de um livro bem escrito já valeria aplausos. Sérgio Caparelli, no entanto, é um caso especial. Quem leu *Andrômeda* ou *Quebra Quebra* sabe que sua ficção é um jorro importante em nossas águas literárias. Além disso, se não escrevesse, ele seria contador de histórias; talvez a mesma veia o tenha levado a escrever sobre crianças, esses belos animalzinhos que ouvem e falam.

Os Meninos da Rua da Praia é uma série de aventuras de uma Tartaruguinha do Guaíba possuída um dia por três pequenos vendedores de jornal. Os três jornalheiros estão sentados no degrau de uma loja quando vêm passar a Tartaruguinha Fujona. Ela, experimentada, não deixava de espantar-se com o movimento humano. Tendo no passado sido atingida por esterco fresco, a bichinha sabia bem dos perigos acima do casco de uma tartaruga. Os meninos, pouco acostumados com quelonizitos, confundem-na com bosta de cachorro — na época da história, vacas não mais andavam pela rua da Praia — confusão perfeitamente compreensível em tais condições, mas Tar-



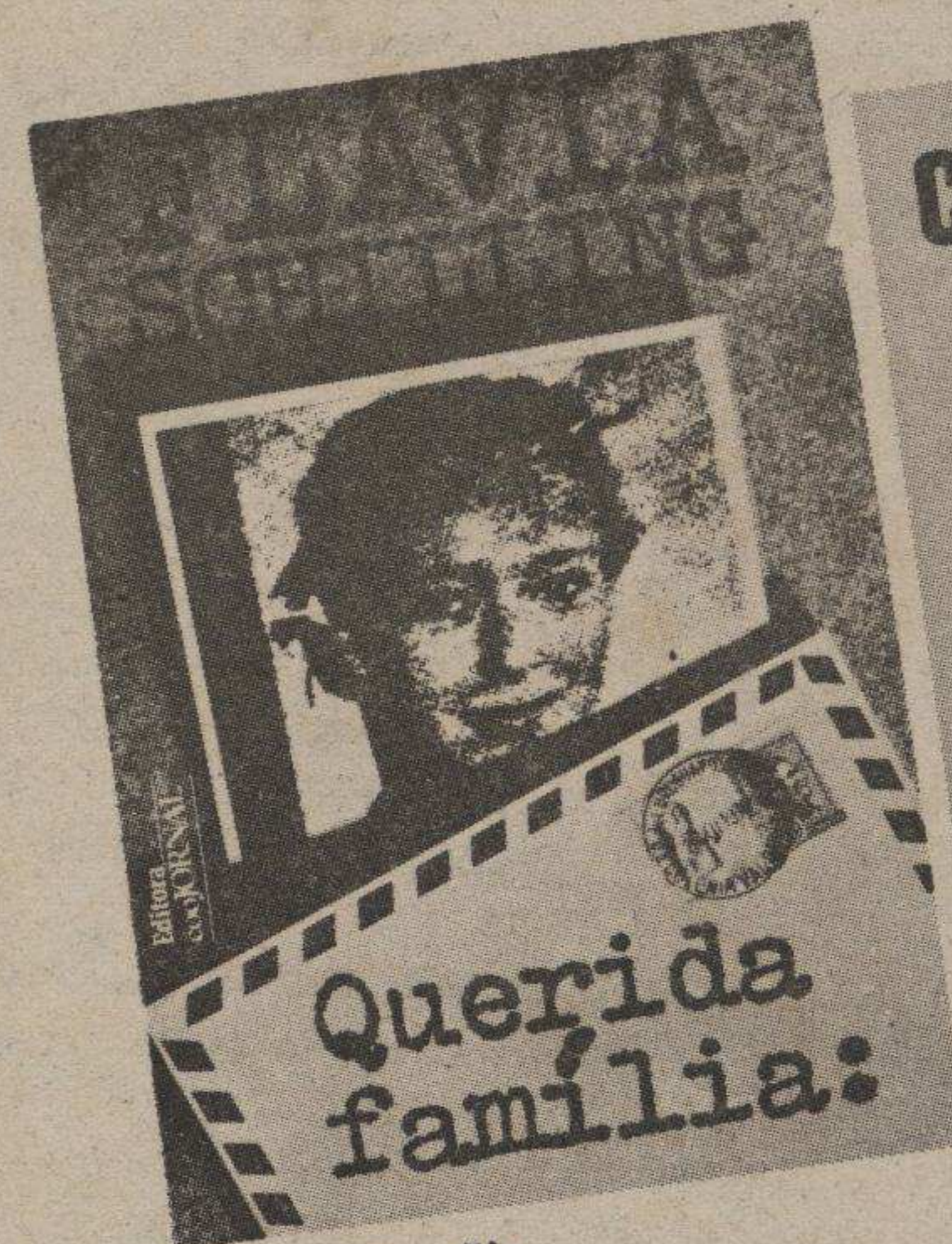
taruguinha ouve os comentários e medita: "Tonho pulou fora mas ficou pensativo, Será que boboiando era de fato uma palavra mágica que em vez de fazer sair fogo de unha fazia bosta andar? Ele largou os jornais e quase perdeu o equilíbrio. A Tartaruguinha nada entendia. Mas de repente, foi picada de raiva. Seria verdade o que pensava? Será que os meninos a estavam confundindo com bosta de cachorro? Não pode ser! É impossível! De verde, avermelhou-se. Ela, que quando chovia, se olhava no espelho das poças d'água e suspirava de tão bonita que se achava! Minha nossa! Como podiam confundir a mais bela Tartaruguinha com bosta de cachorro?"

Eis um livro que deve ser lido não apenas por escolares, ainda que seja dirigido a tal grupo. Qualquer pessoa que já foi criança encontrará nele momentos de rara beleza. O autor conhece como a palma da mão o gênio infantil. As situações, por poéticas que não deixam de ser, dramáticas como não podem às vezes deixar de ser, são contrabalançadas

com humor fino e muita fidelidade. Qual o menino que não brincou de tirar fogo das unhas para rir de um companheiro? Ou que não parou numa praça para investigar passes de magia de algum Pantaleão?

Tocada pelo antropomorfismo de Caparelli, cuja eficácia o autor já demonstrara em obra anterior, *Tartaruguinha* tudo vê e tudo sente, acompanhando Tiziu, Tonho e Socó numa jornada de deslumbramento, dor e estrepolias. O surpreendente domínio de narração que marca o texto e o uso feliz do ponto de vista (do quelônio) são o fio da meada com que se costumam os flagrantes da vida dos pequenos portoalegrenses. Com o sentido que a Tartaruguinha empresta ao leitor, não só é travado um conhecimento mais íntimo com a rua e com a vila, como são redescobertos pequenos detalhes que se esquece esquecendo de ser criança. As ilustrações e capa de Vera Muccillo acompanham magistralmente o texto pelas 80 páginas.

JOSE FONSECA



Querida Família
Um drama do nosso tempo.
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguayos.
Cr\$ 70,00

COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO

A experiência das cooperativas no capitalismo alemão

Erk Boettcher
Friedrich Klein
Walter Horn
Harry Weissmann

DEBATE 1
COLEÇÃO COOPERATIVISMO

Cooperativismo e Competição
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo Selo Debate nº 1
Cr\$ 75,00

DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojournal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte (s) livro (s):

..... exemplar (es) — Querida Família

..... exemplar (es) — Cooperativismo e Competição ao

preço total de Cr\$....., 00.

Nome.....

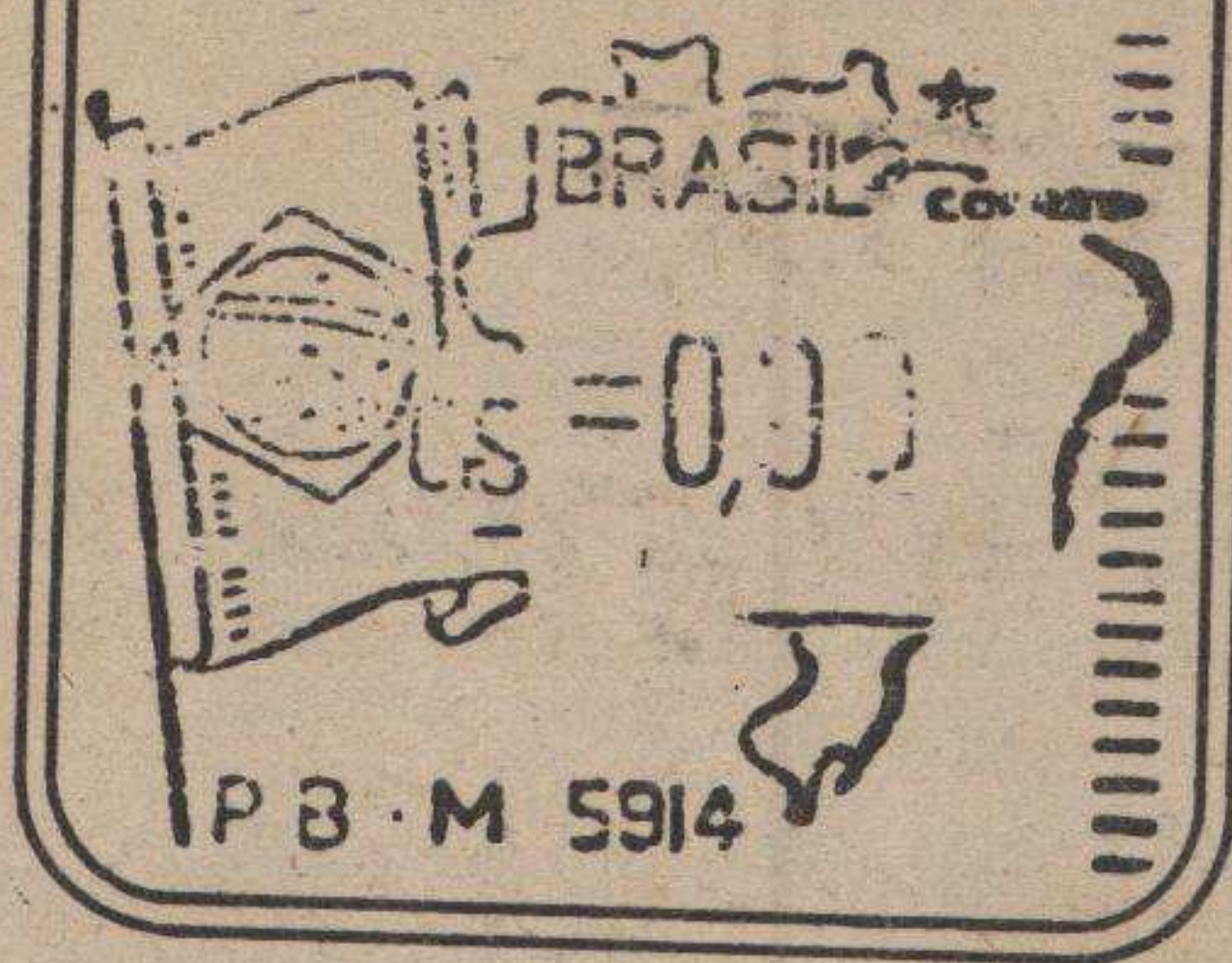
Rua..... Bairro.....

Cidade.....

CEP..... Estado.....

Assinatura

■ Não mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).



de Francisco Santos, não foi o primeiro filme brasileiro de ficção; b) não fui eu quem achou o citado filme.

Esse mérito cabe ao cineasta e pesquisador, aí de Porto Alegre, Antonio Jesus Pfeil, que não só encontrou fragmentos do filme como os recuperou, transformando o filme numa raridade dentro do destruído cinema brasileiro do mudo: é hoje o mais antigo filme de ficção sobrevivente à incúria e ao desprezo oficiais pela nossa memória, especialmente a visual."

Silvio Back, Curitiba, PR

O aborto ilegal e a manipulação do corpo da mulher

"Uma notícia publicada no *Jornal do Brasil* de 9 de janeiro chamou nossa atenção: a prisão de um médico e uma enfermeira acusados de praticar abortos na Clínica Jacarepaguá. Foram também presas as duas jovens supostamente submetidas ao aborto e seus respectivos noivos. Como feministas, queremos tomar posição não só frente ao caso em questão, mas de forma mais geral, com relação ao aborto. Esta questão é mais um elemento no contexto da opressão secular da mulher.

Nós, mulheres, desconhecemos nosso corpo e nada sabemos a respeito dos

ELA É BRASILEIRA.

ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO BRASILEIRO E CADA UM DE NOS É RESPONSÁVEL.

LIBERDADE PARA FLÁVIA



C.B.A. Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia

métodos da contracepção. A manipulação do corpo feminino se completa com a proibição do aborto, configurado como crime pelo Código Penal, passível de pena de prisão. Apesar disto, estima-se em três milhões o número de abortos por ano no Brasil! As condições em que são praticados são diretamente relacionadas com a classe social: para as mulheres de classe baixa, as fazedoras de anjos e os abortos sem nenhuma condição de higiene que quase sempre terminam em hemorragia e em curetagem a frio nos hospitais públicos; para as de classe média, existe nas grandes cidades uma rede para-legal de clínicas, onde as condições de atendimento podem ir de más a muito boas e o acesso às mesmas depende da capacidade financeira da paciente.

Nos fundamentos desta contraditória hipocrisia, arqui-conhecida pelo estado e a sociedade civil — ilegalidade do aborto e a proliferação das clínicas privadas — encontra-se como pano de fundo a questão da opressão da mulher e, especificamente, a política nacional de saúde, anti-social e promotora da assistência médica privada cujo único e imediato objetivo é o lucro e a comercialização da medicina.

Mas, mesmo se as mulheres de classe média têm acesso a clínicas melhores e nas quais o risco de vida é menor, o problema para elas não está resolvido: a configuração do aborto como crime lhes causa profundos traumas psicológicos, acentuados pela reprovação da sociedade e da família e pelas atitudes dos médicos e enfermeiras, raramente de solidariedade e comumente de chacota ou condenação. Agrava-se a situação com o perigo sempre presente de complicações com a justiça e o risco de prisão.

Dentre os três milhões de casos de aborto, ocorrem milhares de mortes, principalmente na população feminina pobre. Não obstante, verifica-se alta incidência de mortes e seqüelas também entre mulheres de classe média que recorrem às clínicas particulares onde, devido à ilegalidade do aborto e à impossibilidade de exigirem melhor atendimento, embora paguem um preço elevado, são impostas condições que só facilitam o lucro.

Como feministas, reivindicamos que as mulheres tenham o direito de controlar seus corpos, de optar por ter ou não filhos, em número desejado. Por um lado, isto implica em que elas tenham um amplo conhecimento de seus corpos e dos métodos anticoncepcionais, acesso a estes métodos e o direito ao aborto como último recurso. Por outro lado, é necessário também que as mulheres que desejem um filho tenham condições materiais para realizar sua maternidade. Por condições materiais entendemos salários decentes, assistência médica pública de boa qualidade, existência de creches, equipamentos coletivos e a socialização do trabalho doméstico.

Denunciamos, portanto, a hipocrisia da ilegalidade do aborto, defendemos a sua legalização e protestamos energi-

camente contra as prisões realizadas na Clínica de Jacarepaguá."

Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, Centro da Mulher Brasileira, Sociedade Brasil Mulher, Centro de Estudos e Atendimento à Mulher e à Infância, Departamento Feminino da União Estadual de Estudantes e Departamento Feminino do DCE-UERJ, Rio de Janeiro, RJ

Cr\$ 450 mil mais mordomias. Eta salário bom!

"O Brasil pode ir mal, mas a publicidade brasileira vai muito bem, obrigado.

Alguma dúvida? Saibam todos que jornais do Rio e São Paulo noticiaram em pequenas notas (daí muita gente não ter visto nem notado) a astronômica soma que um publicitário vai receber por mês: Cr\$ 450 mil!

É o sr. Abelardo Cid, que saiu da Salles/Interamericana para trabalhar na agência MPM do Rio de Janeiro. Ele foi contratado por Cr\$ 450 mil mensais mais uma gratificação mínima anual de Cr\$ 1.500.000,00, além das "mordomias de praxe", como disse um colunista carioca. E vai ganhar tudo isto apenas para atender a conta da companhia de cigarros Souza Cruz naquela agência.

Com esta, já disse para meu Minister ao jogá-lo pela janela: Vade retro, Satanás! Vou fazer melhor uso do meu salarinho."

Mário Costa, Rio de Janeiro, RJ

Os faraós doidos e as fraudes nos incentivos

"No antigo Egito, segundo Mikas Valtari, em seu livro *O Egípcio*, um médico viajou e deixou a sua propriedade aos cuidados de um escravo. Quando voltou, este disse:

— Meu senhor, a sua fortuna decuplicou.

— Mas como?

— Muito fácil! O faraó, na sua loucura, isentou um saco de trigo para cada um que a gente desse para os pobres. Então, para cada um que eu dava, pedia recibo de dez.

Esta história ficou muito popular há dois anos aqui no Rio Grande do Sul, quando estourou o caso do adubo-papel e suas fraudes milionárias. Infelizmente, temos a continuação, registrada agora em dezembro de 1979. O médico retornou de outra viagem e encontrou o escravo em júbilo.

— Meu senhor, sua fortuna decuplicou.

— Mas como, se esta safra de trigo foi a mais miserável de todos os tempos!

— Amo, o jovem faraó, tão doido quanto o pai, resolveu indenizar os

prejuízos do trigo através do seguro.

— Assim que minha fortuna aumentou com o dinheiro do seguro? Mas tanto?

— Não, meu senhor. Eu saí pelos vizinhos comprando trigo e deixando-os apenas com um estoque doméstico. E avisei a eles que, quando chegassem os homens do faraó, eles apresentassem apenas aquele trigo da sua casa e o seguro lhes pagaria todo o prejuízo; eles gostaram porque obteriam lucro dos dois lados.

— Se fizeste isto, então nós não recebemos o seguro!

— Amo, nós não tivemos prejuízo com a safra, ao contrário, conseguimos um rendimento médio de 1,4 tonelada por hectare. Só que o trigo comprado dos outros eu paguei com os lucros da fábrica de tijolos. Assim, os pesados impostos sobre a renda da fábrica não serão pagos, pois não houve lucros na fábrica nem na loja de moringas e alguidares. Como o faraó não cobra imposto de Renda Rural (Cédula G), o senhor meu amo é um homem duas vezes mais rico.

— Mas escravo, isto pode ser descoberto e elevar a ira do faraó!

— Não, meu senhor, é muito seguro, pois os homens do faraó, os sábios de Alexandria que recomendaram o uso do enxofre das minas da Sicília, querem justificar seus erros, pondo a culpa nos agricultores: que colheram pouco porque usaram o enxofre, mas não o aplicaram bem. Na verdade os sábios sabem que o enxofre é ineficaz, mas fazem com que os agricultores continuem usando-o porque isto beneficia os próprios sábios e seus amigos fabricantes...

Satisfeito, dias depois o médico voltou a seu escravo:

— Agora eu tenho que viajar de novo, escravo. Adeus.

— Viaje com os bons augúrios de Ra, meu senhor, e quando voltares terás a fortuna novamente aumentada."

Almino Barbosa, Porto Alegre, RS

O leitor também recomenda livros

"Foi com satisfação que lemos a excelente matéria do José Eduardo Degrazia na edição de dezembro, sobre o livro *Filhos do Medo*, do nosso amigo Ronivalter Jatobá.

Agradecemos a força que vocês estão dando e de nossa parte nos dispomos a prestigiar sempre mais o corajoso e bem bolado empreendimento jornalístico de vocês, pioneiro em nosso país.

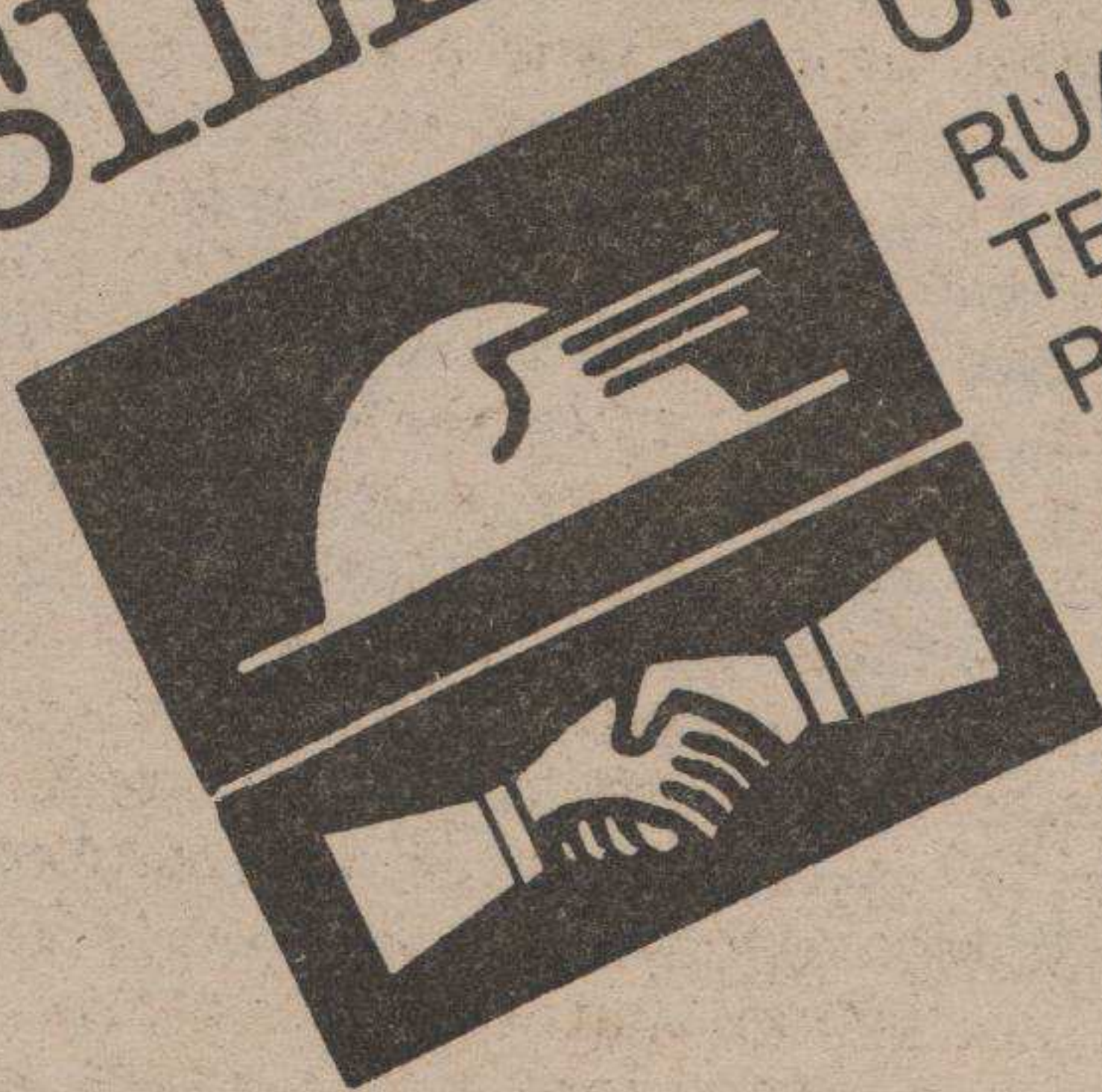
Vão aí outros dois livros da Global, um do gaúcho Marcos Faerman, *Com as Mãos Sujas de Sangue*. É de alto quilate. Outro livro é de um argentino, Gregorio Barembliitt, sobre os progressos e retrocessos em psicanálise e psiquiatria. É um livro polêmico, sem maiores pretensões, mas que merece ser conhecido."

Inácio Bueno, São Paulo, SP

As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.

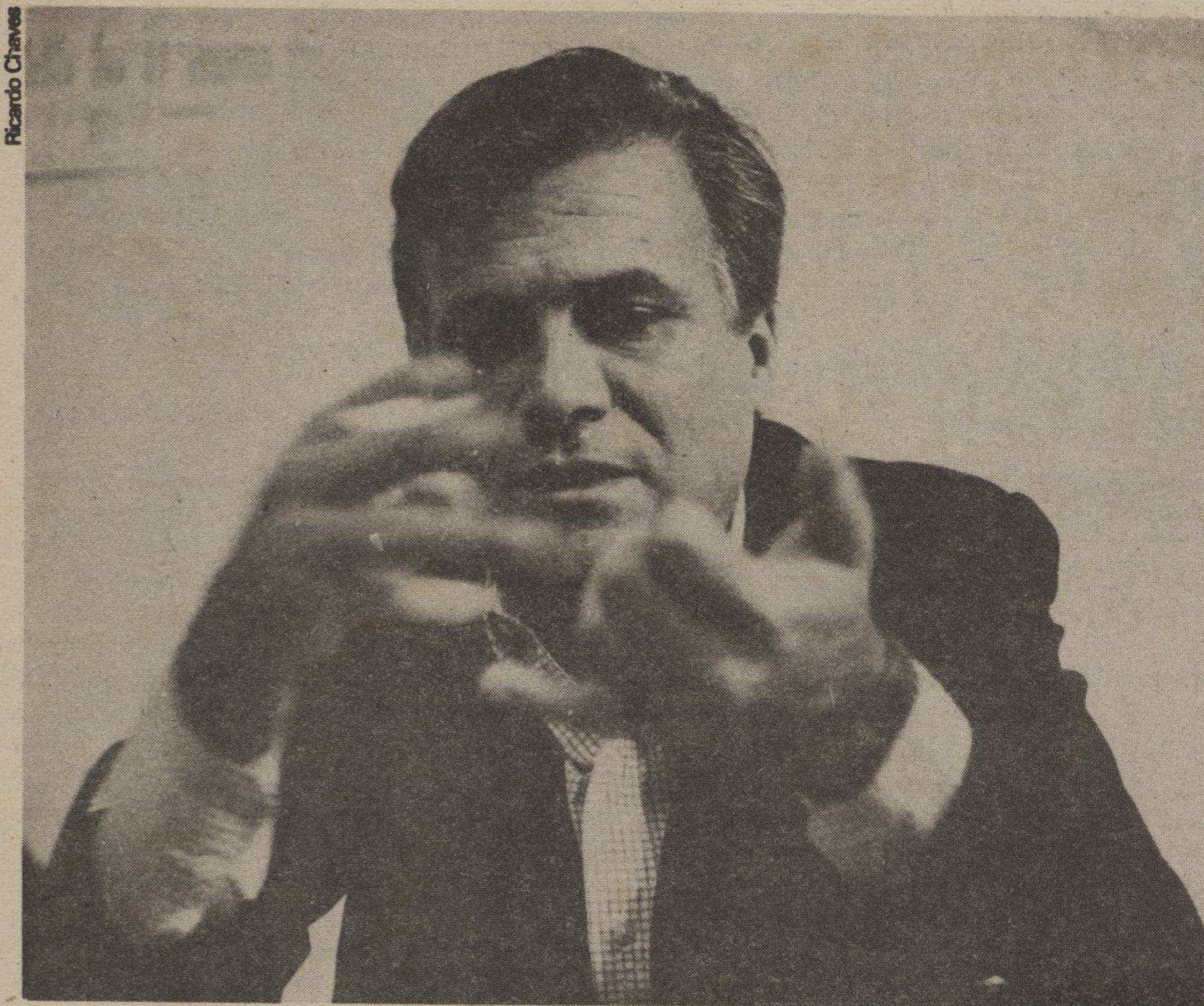
UNIPREV

MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965
HA 14 ANOS PROTEGENDO A
FAMÍLIA BRASILEIRA.



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA
RUA DOS ANDRADAS, 1251 — 9º ANDAR
TELEFONES: 21-3625 — 21-5869
PORTO ALEGRE — RS

SEDE: PORTO ALEGRE



Prestígio de Mino Carta não salvou o *República*, que circulou pela última vez dia 22 de janeiro



O único erro de Mino Carta

Jornal da República vendeu a *Isto É* para um banqueiro

Não foi simplesmente o fim de um jornal. E, se fosse só isso, já haveria motivo de sobra para decepção, num país onde sumiram vários jornais tradicionais nos últimos tempos. Quando o *Jornal da República* foi para as bancas pela última vez, no dia 22 de janeiro passado, acabava-se também — pelo menos por um bom tempo — a esperança de muitos jornalistas de encontrarem uma nova alternativa para o seu trabalho. Ele durou menos de cinco meses, circulando 124 vezes.

Idealizado pelo jornalista Mino Carta, responsável pelo lançamento de algumas publicações de sucesso (*Quatro Rodas*, *Jornal da Tarde*, *Veja* e *Isto É*), o *República* pretendia ser uma nova opção para os leitores insatisfeitos com o estilo imprensa tradicional — a chamada grande imprensa, criticada pelo conservadorismo e o comprometimento com o modelo político brasileiro. Ao mesmo tempo, o novo jornal pretendia evitar o sectarismo oposicionista da imprensa alternativa ou nanica, também criticada pelo excessivo engajamento contra o sistema vigente. Em suma, um jornal independente, como *La República*, de Roma, pairando acima da politicagem de gabinete e dos interesses dos anunciantes, onde os repórteres teriam liberdade para colocar sua opinião e sua assinatura em cada artigo ou reportagem.

Assim, prometendo ocupar um espaço vazio no mercado editorial, o *República* parecia destinado ao sucesso. Ainda mais que conseguira atrair uma boa equipe de profissionais, alguns recém-demitidos de grandes jornais por sua participação na frustrada greve dos jornalistas paulistas, em maio, outros tirados de sólidos empregos em São Paulo, Rio, Brasília, Porto Alegre, Salvador. Para os jornalistas, afinal de contas, a oferta era tentadora: além de bons salários, o *República* oferecia liberdade, independência, a perspectiva de revalorização do repórter uma figura meio desprestigiada no jornalismo brasileiro dos últimos anos.

Para sustentar o projeto do diário, Mino Carta contava com os lucros da revista *Isto É*, que ele fundara em 1976, e com o reconhecido tino comercial do empresário Domingó Alzugaray, dono da Editora Três e sócio da Encontro Editorial, a empresa proprietária da *Isto É* e do *República*. Apesar de tudo, a ousadia de lançar um jornal diário gerou uma série de especulações a respeito de quem estaria bancando o projeto. Entre os que teriam interesse em financiar o jornal,

direta ou indiretamente, falou-se em Olavo Setubal, diretor do Banco Itaú, ex-prefeito de São Paulo e líder do PP, "o partido dos banqueiros"; Delfim Netto, ministro do Planejamento; e Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil da Presidência da República, por quem Mino Carta nutre alguma simpatia e muita admiração.

Aos poucos, porém, os cochinhos foram sendo deixados de lado. Para decepção de uns e surpresa de outros, era evidente que não havia *ninguém* por trás do *República*. Afinal, qualquer um dos poderosos citados teria garantido ao jornal um mínimo de publicidade e isso não acontecia.

Lançado a 27 de agosto de 1979, o *República* tinha 16 páginas diárias. Para não ter prejuízos, devia vender 30 mil exemplares e receber de duas a três páginas de anúncios por dia. Ele chegou a vender até mais do que esperava, mas isso durou apenas duas semanas. Quanto à publicidade, somente no dia da estreia superou suas pretensões — saiu com 12 páginas num total de 38. Nos seus últimos dias, o *República* circulava sem um único anúncio e vendia apenas dois mil exemplares.

O primeiro a perceber que as coisas não iam bem foi Domingo Alzugaray. Quinze dias após o lançamento, ele começou a defender o fechamento do jornal. Mais um mês, Alzugaray abandonava a Encontro Editorial, avaliando entre 30 e 40 milhões de cruzeiros a parte que teoricamente lhe cabia na sociedade. Sem o sócio que lhe dava respaldo financeiro, o *Jornal da República* começou a procurar uma saída que viabilizasse sua continuação — e aí perdeu suas feições, que, na verdade, mal chegaram a se delinear. Apesar das dificuldades, no entanto, ele conseguiu em alguns momentos levar às bancas reportagens respeitáveis. Alguns exemplos: a cobertura da greve dos metalúrgicos de São Paulo, no final de outubro, o julgamento de Doca Street em Cabo Frio, os episódios envolvendo o general Figueiredo, em Florianópolis. Mas o fato é que, aos poucos, o *República* foi perdendo o ímpeto inicial e, com isso, os leitores.

Em seus últimos dois meses, Mino Carta tentou arranjar uma associação que permitisse a sobrevivência do *República*. Em novembro, contra a opinião dos sócios remanescentes da Encontro Editorial (Raimundo Faoro, Tão Gomes Pinto, Armando Salem e Fernando Sandoval), Mino Carta não quis fechar o jornal, mesmo sabendo que, antes de completar três meses, a equipe contratada poderia ser demitida sem direito aos benefícios trabalhistas (aviso prévio, proporcional a férias e 13º salário, etc). Em dezembro, foram feitos contatos com o *Diário Popular*, o sólido matutino da classe B paulista, que estava interessado numa associação. Mas o negócio não saiu, por-

que o *Diário Popular* não quis assumir a dívida do jornal.

Tantas voltas deu, o *Jornal da República* acabou caindo nas mãos de um banqueiro: Fernando Moreira Salles, filho de Walter Moreira Salles, do Unibanco. Uma rápida auditoria deu ao jovem herdeiro do Unibanco a certeza de que o *República* era inviável e devia ser fechado, antes que enterrasse também a revista *Isto É*. O jornal foi fechado e, no início de fevereiro, uma acurada auditoria na Encontro Editorial revelava um rombo de Cr\$ 98 milhões, sem contar encargos fiscais e trabalhistas, calculados em cerca de Cr\$ 30 milhões.

Agora, enquanto cerca de 50 jornalistas demitidos do *República* movimentam-se para arranjar emprego, a Encontro Editorial tem um novo sócio majoritário. Para assumir o passivo deixado pelo jornal, Fernando Moreira Salles ficou com 51% das ações da editora proprietária da *Isto É* (os restantes 49% ficaram com Mino Carta e seus amigos). Para saldar as dívidas, Moreira Salles acha que a revista precisa alcançar um superavit mensal de Cr\$ 5 milhões. Quanto a Mino Carta, que continuará dirigindo a *Isto É*, ele mesmo reconheceu no dia do fechamento do *República*: "Não sou empresário, sou jornalista".

Fernando Pessoa

A crise da imprensa alternativa

Entre os acontecimentos que marcaram época no Brasil dos anos 70, um dos mais importantes ficou de fora dos balanços que a grande imprensa dedicou à década passada: a chamada imprensa nanica. Começando pelo *Pasquim*, que é, sem dúvida, seu marco mais significativo, passando por *Opinião*, *Política*, *Versus*, *Ex*, *Movimento* e chegando às suas manifestações mais recentes, essa pequena e combativa imprensa permeou toda a década, afirmando-se como um dos pilares da resistência democrática ao regime, mesmo nos anos mais negros da ditadura. Além disso, somou algumas significativas vitórias à luta pela liberdade de expressão no país, mas hoje, quando se vive um clima de relativa abertura, busca com dificuldade ampliar seu espaço no cenário político nacional.

Em 1972, antes da censura, *Opinião* vendia 40 mil exemplares (na mesma época, *Veja* vendia 50 mil). Nos seus primeiros anos, os leitores do *Pasquim* chegaram a somar 200 mil. Se se comparam esses números com as estatísticas dos leitores de nanicos hoje, não se pode deixar de ver um sintoma de debilidade. O *Pasquim* vende atualmente em torno de 30 mil exemplares, seguido por *Repórter*, que fica na mesma faixa, por *Movimento*, que vende 15 mil e *Em Tempo*, que não chega aos 10 mil. Os mais novos: *Trabalho*, *Trabalhador*, *Companheiro*, *Horá do Povo*, *Tribuna da Imprensa Operária*, não vendem mais de cinco mil exemplares semanais.

Mas esses sintomas de debilidade dos jornais em particular não podem ser imputados à imprensa nanica em geral, entendida como alternativa à grande imprensa, porta-voz de interesses do governo e de grandes grupos econômicos. Com a abertura política, mesmo a grande imprensa arriscou alguns passos mais à esquerda, no sentido de atender à expectativa de uma grande faixa do público de oposição. É o caso da *Folha de São Paulo*, até recentemente, ou da revista *Isto É*, que se afirmou no mercado, nos seus primeiros tempos, por uma fachada de esquerda, em contraposição a *Veja*. Hoje, todas essas publicações recuaram, pres-

(Continua)

Se você mudou ou vai mudar de endereço...

Não esqueça de levar na mudança a sua assinatura do Coojournal. É só recortar o cupom, escrevendo o seu novo

endereço, e enviar para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, rua Comendador Coruja, 372 - 90.000 Porto Alegre.

ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

Nome.....
 End. Novo:..... Nº.....
 Bairro..... CEP.....
 Cidade..... Estado.....
 Profissão.....

sionadas pelos interesses de seus anunciantes.

É evidente que a imprensa nanica não tem intenção de concorrer com a grande imprensa, pois justamente, para manter sua independência, ela deve sustentar-se pelas vendas. Mas se não pode competir com os grandes em quantidade de informação, ela tem ainda um grande espaço a conquistar como veículo de análise e opinião. Se a imprensa nanica se mostra débil, ainda hoje, isso demonstra apenas que os jornais existentes não estão sabendo responder à expectativa do público mais à esquerda. Não é por acaso que todos esses jornais têm como pontos prioritários de seus programas a defesa de uma frente democrática popular.

É nessa defesa que todos parecem apostar sua sobrevivência. Como se dará isso na prática? O que se tem constatado é que, à medida que se afirmam como porta-vozes de tendências determinadas, esses jornais começam a abandonar as análises e a adotar uma linha mais doutrinária. *Versus* deixou de circular há pouco, depois de quatro anos, justamente no momento em que se apresentava como porta-voz da Convergência Socialista. *Movimento* fez uma tomada de capital de um milhão e meio de cruzeiros, para fazer frente ao déficit. E, face ao mesmo problema, *Em Tempo* vai virar quinzenário.

CRISE DE IDENTIDADE

Hoje, à parte *O Pasquim*, que nos seus dez anos de existência se mantém fiel à mesma faixa de público, todos os outros jornais parecem viver uma crise de identidade. Basicamente, todos disputam entre si os leitores da faixa estudantil universitária, ao mesmo tempo que pretendem intervir prioritariamente no movimento operário.

O editor de *Movimento* não considera isso um problema. Embora afirme a necessidade da união de grandes esforços numa frente democrática e popular, como forma de superar a debilidade da imprensa nanica, ele não considera um problema, ou uma manifestação de crise, a pequena tiragem dos nanicos.

"Vender cinco mil jornais por semana num país como o Brasil não é tão pouco assim", diz Raimundo Pereira. "O que vale é que são cinco mil pessoas ativas que o compram, pessoas capazes de interferir na vida do país. Existe hoje um empecilho brutal para a vendagem alta desse tipo de jornal. O trabalhador não tem condições físicas para ler, não tem espaço em sua casa, não tem dinheiro para comprar; a situação dele ainda é basicamente ditada pelas necessidades mais prementes. Por isso, eu acho que um jornal de cinco mil pessoas, se estiver com a razão, pode desempenhar uma grande influência".

Raimundo Pereira considera mesmo um "desvio idealista" a atitude que subestima o papel dos jornais de pequena circulação. "Em primeiro lugar, não se vai mudar o país pela palavra escrita", diz ele. "Desde que esses jornais sejam guias seguros para interpretar os acontecimentos do país, dentro de um ponto de vista dos setores populares e democráticos, eles estão cumprindo seu papel. Uma publicação da grande imprensa para ter grande influência não precisaria vender o tanto que vende; bastaria que fosse lida por 50 gerais e 50 grandes capitalistas, que são os setores que comandam o país, para cumprir seu papel".

MUDANÇA DE QUALIDADE

Já o editor de *Em Tempo*, Flávio Andrade, considera o momento atual como de importantes definições para a imprensa nanica.

"Até aqui essa imprensa se caracterizou pela ousadia, pela irreverência no tratamento de assuntos que antes não interessavam à imprensa burguesa. Com a abertura, essa imprensa se readaptou; superada a fase mais brutal da acumulação de capital, certos assuntos deixaram de ser incompatíveis com a sua existência como empresa mesmo. Inclusive essa imprensa está carreando os melhores quadros que se formaram na imprensa nanica.

Flávio Andrade acha que essas mudanças operadas no quadro político nacional colocaram a imprensa nanica num dilema. "A tendência é mudar, de uma forma ou de outra. Alguns se definirão, inclusive já estão se definindo como jornais de tendência. Outros tentarão manter uma perspectiva frentista, como é o nosso caso, o que implica também numa readaptação".

Ele acha que o apoio explícito de *Em Tempo* ao projeto do Partido dos Trabalhadores do Lula, não exclui a possibilidade de manter a frente. "A frente que nós defendemos é uma frente ampla mais voltada para o movimento operário. Nossa opção é de nos colar mais aos problemas políticos, sindicais, dos trabalhadores, mas nem por isso deixaremos de veicular os pontos de vista de outros grupos políticos também preocupados com a situação dos trabalhadores".

FRENTE OU TENDÊNCIA

Um dos editores de *Voz da Unidade*, que vai para as bancas em março próximo, não vê contradição entre um jornal de posição e a frente democrática.

"Um jornal pode expressar os pontos de vista de uma corrente de pensamento determinada e atingir um leque muito amplo da oposição, desde que não seja sectário", diz Gildo Marçal Brandão. "O que não pode haver é deformação da realidade. Acho que um jornal tem que dizer o que faz e fazer o que diz".

Gildo Marçal acha que há um grande espaço à esquerda a ser conquistado e não considera negativa a existência de vários jornais de oposição. "*Opinião* foi um jornal importante num determinado momento da vida do país. Era um jornal de frente, mas de uma frente muito pouco delimitada. Ele expressava a desorganização geral da sociedade civil. Hoje já existe um nível de organização muito maior e é importante que todas as correntes políticas possam se manifestar através de jornais próprios".

Voz da Unidade não esconde sua ideologia: ele se apresenta como corrente de opinião que luta pelo socialismo e deve ter entre seus colaboradores membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Mas não exclui a possibilidade de publicar textos que defendam uma perspectiva diversa da sua, desde que possam contribuir para um aprofundamento do debate político. "O governo aposta na incapacidade das esquerdas de apresentarem uma alternativa viável para o país. Nossa luta começa por aí".

Fátima Murad, SP

Repórter briga pelo direito de falar em sexo

Fotos de homens e mulheres agarrados na cama, fazendo sexo; denúncias de corrupção; às vezes apenas uma frase estampada na capa: "Abaixo a ditadura". A polêmica está sempre presente no jornal *Repórter*, que completou dois anos no final de 1979, com uma tiragem de 60 mil exemplares — feito dos mais expressivos para um nanico.

Repórter ocupa um andar inteiro num prédio do centro do Rio de Janeiro. Tem um orçamento mensal de Cr\$ 400 mil (metade para pagar a gráfica) e emprega, embora sem vínculo empregatício, 20 jornalistas, além de nove funcionários de administração, no Rio e em São Paulo. O jornal já sofreu cinco apreensões: três com base na Lei de Segurança Nacional e duas pela Lei de Imprensa. A última apreensão, surpreendentemente, foi justificada por jornalistas.

Para estes, *Repórter* teria se excedido ao tentar discutir a sexualidade no casamento e ao discutir — com fotos e usando uma linguagem grosseira — uma reportagem sobre exibições de sexo grupal numa boate carioca. Um jornal pornográfico? O editor Luiz Alberto Bittencourt, 30 anos, e o repórter José Antônio Nonato, 37 anos, autor da matéria censurada, falam sobre isto:

Uma das críticas que se faz ao jornal é que sua ousadia em publicar certas matérias dá margem a que a repressão atue, num momento em que aumenta a liberdade de imprensa. O que pensa disto?

Luiz Alberto — O raciocínio que se faz é mais ou menos o seguinte: vocês estão embolando o meio de campo e, de certa forma, justificando o arbítrio. Nada justifica o arbítrio e a experiência dos últimos 15 anos demonstra isto. A matéria da contracapa teria transgredido o tolerável, aquilo que as pessoas concebem como a moral permitida. Mas nós colocamos a questão na rua, para umas 150 pessoas, e a maioria (80) disse que o jornal não foi imoral porque mostrou uma realidade, que está sendo perseguido porque fala a verdade e que o governo não devia ter o poder de se antecipar à Justiça e apreender o jornal. Você veja como é difícil discutir a questão moral depois de 15 anos de ditadura. Cada grupo se apresenta como depositário da moral da população. A resposta que nós damos ao meio jornalístico, quando nos acusa de embolar o meio de campo, é esta: vamos ver se vocês estão falando uma coisa que se refere a muita gente ou que interessa só a vocês. Me parece politicamente incorreto dizer que a discussão sobre o problema sexual não é importante, que é secundária. Não é por acaso que hoje um jornal que fale sobre sexo venda bastante. É um assunto que interessa a todos. Por que não incorporar este tema a uma posição progressista? A matéria não está fazendo a apologia da sacanagem. Portanto, é incompreensível que alguém que tenha uma posição democrática possa afirmar que alguma coisa justifica o arbítrio. Mesmo se a *Fiesta* for apreendida, a questão de princípio do jornalista é defender o direito da revista pôr aquilo na rua. E o governo que a processe pelos caminhos legais, se quiser. Não me parece que se possa dizer: aceite o arbítrio contra uma publicação que elegeu um tema que eu não escolheria, mas não aceite o arbítrio em relação ao *Movimento*, quando diz que o general Bandeira é torturador.

Mas as restrições que se fazem às matérias do jornal não se referem ao fato de abordar questões morais, e sim a sua linguagem de gosto discutível. Dizem que *Repórter* está apelando para vender.

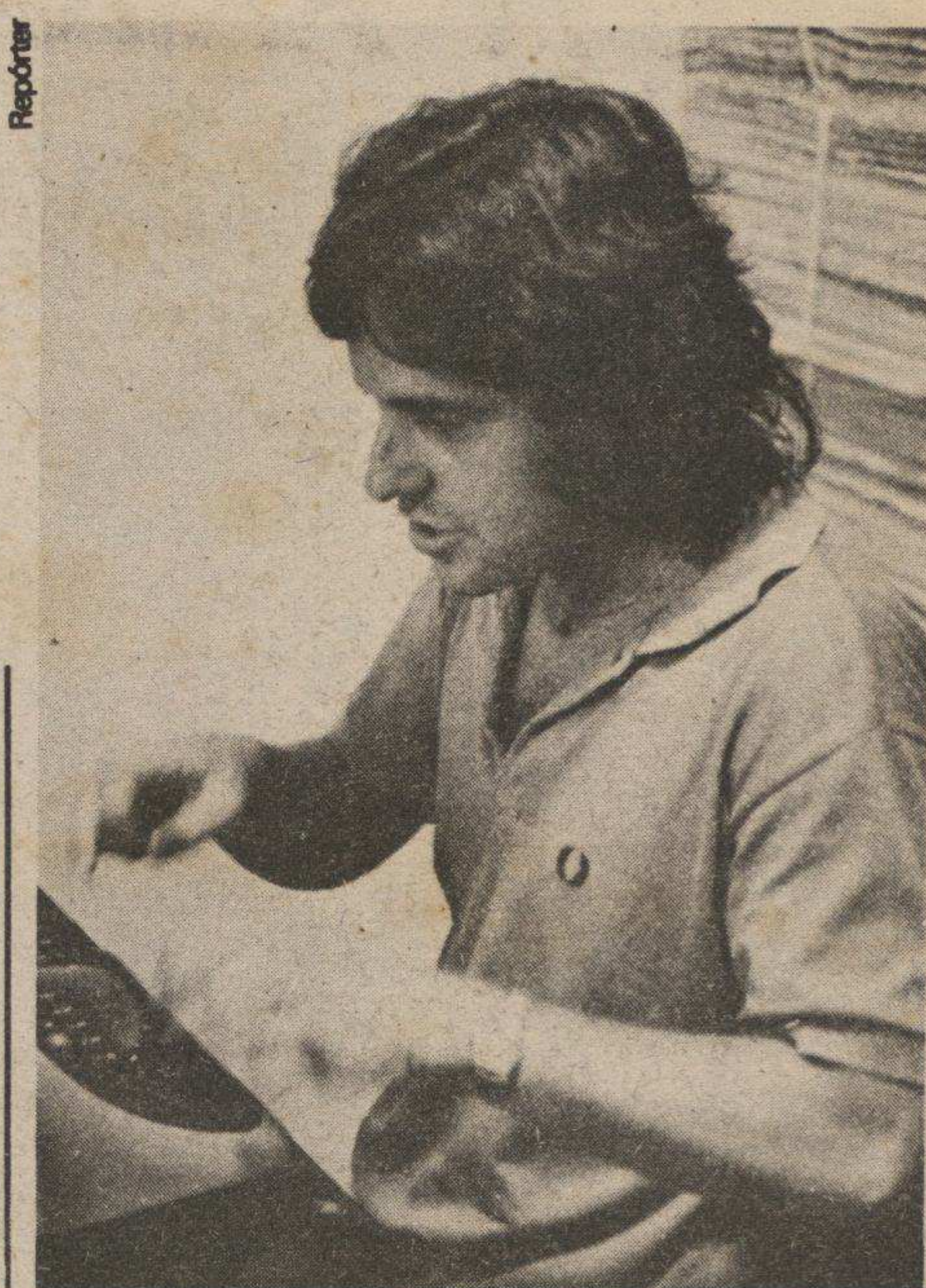
Luiz Alberto — Quem julga isto, como disse o Antônio Callado, é o leitor. Estamos procurando nos desvencilhar do texto pasteurizado do repórter, que expressa, de uma certa forma, a sanção dele, com base em sua ideologia, sobre o material que traz da rua. Queremos diminuir o fosso entre quem escreve e lê a matéria, através de uma linguagem coloquial, informal. Se a gente usa palavras, é porque ele faz parte da vida das pessoas, não vamos nos autocensurar. A prática do jornal é que vai definir os limites.

Diz-se que o *Repórter* é um jornal de sexo.

Nonato — Não é verdade. Foram somente cinco manchetes de sexo em 23 edições. Antes mesmo desta discussão começar, nós já tínhamos discutido, internamente, se não estávamos exagerando no conteúdo sexual. Mas uma análise das matérias mostrou que não. O problema é que o sexo incomoda todo mundo. O sexo é uma coisa tão presente no ser humano e às vezes as desgraças estão ligadas a isto, à não assimilação de uma sexualidade livre. Por isto nos vemos obrigados a abordar o sexo, até como um dever jornalístico. Todo jornalista consciente sabe que a miséria sexual no Brasil é grande.

Se o jornal é progressista, como diz o Luiz Alberto, que tipo de contribuição esta matéria dá à luta das oposições brasileiras pela democracia?

Luiz Alberto — Quero dizer que é impossível fazer a pauta de um jornal só tendo por



Bittencourt nega a pomografia



critério ajudar a luta das oposições brasileiras. Além disto, muitas das oposições estreitam seu ponto de vista. Só combatem no seu canto, protegidas pela polícia e, geralmente, com arcaicas e vazias. Nós queremos jogar no Maracanã, para todo mundo ver. Isto também é alargar o leque das lutas incorporadas pela esquerda. A miséria sexual faz parte da luta política, não só porque a repressão sexual é característica da opressão do estado, mas também porque o sexo é uma coisa que você não precisa ser da oposição para sentir.

Nonato — Eu ainda gostaria de perguntar o que as oposições brasileiras fizeram pela questão da sexualidade. Vi belos discursos sobre a promoção integral do homem, mas neles quase nunca havia lugar para este recanto obscuro que é o sexo. Fui menino de classe média e, na minha casa, cocô era cacá. Ora, eu saio na rua e sei que bunda é bunda. A luta do *Repórter* é um pouco esta: desvendar o nome das coisas.

Como é que vocês reagem quando se afirma que o espaço ocupado por *Repórter* na imprensa alternativa — inclusive vendendo bem — poderia ser melhor utilizado, com um jornalismo mais ativo politicamente?

Luiz Alberto — Quem faz esta crítica é porque não se preocupa em ler o jornal. Quem lê, sabe que o maior impacto que ele transmite não é o sexual, mas a crítica à miséria. Antes, diziam que explorávamos o mundo cão. Era a crítica do ponto de vista do comunismo ortodoxo: vocês estampam a miséria, mas não organizam uma reação contra ela. Ora, se houvesse lá uma reação, *in loco*, ela apareceria na matéria. O que nós não vamos fazer é editorializar as respostas que a gente gostaria que as pessoas dessem, como outros jornais fizeram e acabaram falindo. Quando fizemos a matéria das comerciárias, com uma mistura muito boa de sexo e condições de trabalho, mostramos a miséria sexual daquela gente que é obrigada a se prostituir para ganhar um pouquinho mais. Ouvimos as comerciárias, o Senac e o sindicato do Rio. O Sindicato dos Comerciários de São Paulo telefonou dizendo que a matéria estava tão boa, que nós devíamos fazer uma igual com eles. Desta repercussão, ninguém fala. E isto é imprensa popular.

Dizem aí que o jornalismo do tipo feito por *Repórter* não avança a luta pela liberdade de imprensa. Pois eu me arrisco a dizer que foi o nosso jornal que mais avançou nesta luta, no ano passado. Isto foi reconhecido pelo vice-presidente da ABL, o Pompeu de Souza. Até o momento em que o nosso número cinco foi apreendido, não se tinha tocado no fato de a Lei de Segurança Nacional permitir ao ministro da Justiça apreender jornais, suspender registros, cassar profissionalmente os jornalistas. A ABL só assumiu aquela luta após a briga com o *Repórter*.

JORNAIS QUE CIRCULAM HOJE, A NÍVEL NACIONAL

1. Movimento	nº 1 — julho de 1975	São Paulo
2. Em Tempo	— novembro de 1977	São Paulo
3. Repórter	— dezembro de 1977	Rio
4. O Trabalho	— maio de 1978	São Paulo
5. Trabalhador	—	São Paulo
6. Tribuna Operária	— outubro de 1979	São Paulo
7. Hora do Povo	— agosto de 1979	Rio
8. Lampião	— abril de 1978	Rio
9. Pasquim	—	Rio
10. Coojornal	—	

O Coojornal faz a cabeça de todo este pessoal.



Fernando Gabeira

Henfil
 Moacyr Scliar
 Dom Tomás Balduino
 Eloar Guazzelli
 Júlio José Chiavenatto
 Dom Pedro Casaldáliga
 Tárík de Souza
 Carmo Chagas
 Deputado João Gilberto
 Germano Bonow Filho

Elis Regina

João Bosco

Dom Pedro Casaldáliga

Moacyr Scliar

Heitor Alencar Furtado
 Nélida Piñon
 Neil Ferreira
 Fernando Gabeira
 Hildegard Angel Jones
 Carlos Gentile de Mello
 Elis Regina
 Osny Duarte Pereira
 João Bosco
 Luís Carlos Mandelli
 Ruben Ilgenfritz da Silva

Henfil

Júlio José Chiavenatto

Faça como esse pessoal aí de cima e mais um monte de gente importante que pensa: assine o Coojornal, o jornal que faz a cabeça dos intelectuais brasileiros. 12 edições por apenas Cr\$ 280,00.

Preencha o cupom e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.

Rua Comendador Coruja,
 372 - Porto Alegre
 90.000 - RS

Cupom de Assinatura Coojornal

Nome: _____

End: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

A tática do governo contra as eleições

Quem lê com certa regularidade os jornais, deve estar pensando, com muitas razões para isso, que o governo quer as eleições municipais desse ano. O ministro da Justiça e dirigentes da extinta Arena repetem, a cada dia, declarações favoráveis à realização das eleições e pelo menos uma parcela da imprensa caiu no engodo, como sempre bem arquitetado, nos gabinetes do Palácio do Planalto, ocupados pelo general Golbery do Couto e Silva e pelo capitão Heitor de Aquino Ferreira. Porque, na verdade, o governo não quer as eleições desse ano. Quer adiá-las para 1982 — e dar a entender que as eleições é uma tática para adiá-las sem assumir a responsabilidade pelo adiamento.

No cronograma político traçado pelos estrategistas do governo, denominado de *plano-mestre*, não consta qualquer atividade eleitoral em 1980. Esse ano deve ser, segundo o *plano-mestre*, o ano da reorganização partidária, do reordenamento das alianças políticas a nível nacional, estadual e municipal. Cumprida essa etapa, passa-se então, em 1981, a reformas constitucionais que extingam algumas das aberrações institucionais vigentes, como a Lei Falcão, os biônicos, as eleições indiretas para governador. Em 1982, sempre segundo o *plano-mestre*, é que se poderá pensar em eleições.

Como estão previstas eleições municipais em 1980, o remédio prescrito pelos estrategistas é adiá-las para 1982, realizando-se então eleições gerais mesmo: para vereador, prefeito, governador, deputado estadual, deputado federal e senador. O adiamento é justificado, do ponto de vista governamental, por dois argumentos. Em primeiro lugar, o quadro político, reestruturado pela extinção dos partidos, ainda não estará definido em 1980, a ponto de se obedecer com regularidade a todo o ritual previsto no calendário eleitoral. Em segundo, as dificuldades no setor econômico-financeiro com, entre outras coisas, retração dos investimentos públicos e inflação a mais de 70 por cento em 1979, desaconselhariam a realização de eleições pelo simples fato de que, insatisfeito e sem receber obras públicas, o povo tende a votar na oposição.

Esse é o cronograma, mas com o tempo surgiram algumas variáveis. Começou com o ex-ministro Petrônio Portella, que veladamente passou seus últimos meses de vida defendendo as eleições municipais desse ano. Portella, que pode ser acusado de muita coisa, menos de incompetência, viu que não realizar as eleições municipais seria um pesado ônus político para o governo. E concluiu que realizar as eleições e vencê-las seria uma grande vitória, com repercussões em todo o processo de institucionalização. Ganhar as eleições é possível, admitia Portella. E é possível porque a realidade das eleições municipais difere bastante das estaduais,



como ficou claro nos resultados de 1974, 76 e 78, e também porque o governo dispõe de instrumentos para possibilitar sua vitória. O novo partido governamental, o PDS, teria melhores condições de se organizar para a campanha eleitoral do que os partidos de oposição: PP, PTB, PMDB e PT. Contando com a máquina do governo, com seu imenso poder de pressão e com a desarticulação dos partidos opositores, às voltas com problemas internos e querelas entre si, o PDS teria condições de vencer as eleições desse ano e, com isso, dar novo peso e autoridade à política de institucionalização.

O raciocínio de Portella foi endossado por outros políticos, como o comando da ex-Arena, e o próprio ministro que o sucedeu, Ibrahim Abi-Ackel. Para os políticos, é melhor realizar as eleições. Eles têm a convicção de que dá para ganhar. Para os responsáveis pelo setor econômico-financeiro, porém — à frente o todo-poderoso Delfim Netto — as eleições devem ser adiadas. Delfim está às voltas com seu plano para reduzir a inflação e uma eleição fatalmente im-

plicaria em algumas medidas de caráter popular — ou populista — que ele desaconselha, por menores que sejam. Delfim e seus tecnocratas temem as eleições municipais e defendem seu adiamento.

A solução, então foi jogar os políticos governistas na defesa das eleições. Ora, se dá para ganhar, eles nada têm a perder. Nesse raciocínio, as eleições municipais desse ano não interessariam aos partidos de oposição e a eles deveria caber o ônus de adiá-las. Ou seja, o governo, através de vários de seus porta-vozes, está defendendo a realização das eleições municipais apenas para forçar os partidos de oposição a arcarem, pelo menos, com a co-responsabilidade do seu adiamento. Se a tática der certo, tudo estará bem para o governo. Não haverá eleições, nem ônus político. Se não der certo, tudo também estará bem. Os estrategistas estão certos de que sendo inevitável a eleição, o PDS poderá ter uma boa vitória.

Essa tática articula-se com a que foi traçada para enfrentar outra variável colocada no caminho do *plano-mestre*: a

chamada *emenda Lobão*, que restaura as eleições diretas para governador. O deputado Edison Lobão, que se elegeu com apoio do ex-presidente Ernesto Geisel (que foi a Imperatriz, no Maranhão, para ajudar sua campanha) e do senador José Sarney, apresentou por conta própria, no ano passado, uma emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas. A emenda tramitou e foi aprovada pela comissão mista de deputados e senadores incumbida de apreciá-la, devendo ser examinada pelo plenário do Congresso até 25 de março. O governo já se manifestou sobre a sua *inoportunidade*, mas tudo indica que, chegando ao plenário, será aprovada. É muito difícil, atualmente votar-se contra eleições diretas.

Acontece que o governo queria usar o restabelecimento das eleições diretas para governador como trunfo para futuras negociações políticas com a oposição, oferecendo-as em troca de alguma coisa como, por exemplo, o adiamento das eleições municipais. Além disso, o governo só quer colocar o assunto em debate no Congresso em 1981, de acordo com o *plano-mestre*. E, mais ainda, o governo quer faturar a proposta de eleições diretas, não quer deixar que qualquer parlamentar receba os méritos da iniciativa. Em resumo: a emenda Lobão atrapalhou os planos dos estrategistas do Planalto, principalmente porque eles sabem que, deixando o processo solto, a emenda será aprovada.

Para neutralizar a emenda Lobão, o governo vai apresentar ao Congresso um novo pacote constitucional, propondo mais do que o restabelecimento das eleições diretas: talvez o fim da Lei Falcão e dos biônicos, a autonomia das capitais estaduais, eleições nos municípios considerados de interesse da segurança nacional. Há dúvidas, ainda, sobre quando apresentar esse pacote. Inicialmente, pensava-se que seria possível apenas acenar com a intenção para derrubar a emenda. Mas, agora, os estrategistas já sentiram que terão de apresentar coisas concretas, palpáveis, para que deputados e senadores concordem em derrubar o projeto de Lobão. A emenda seria sacrificada em troca de emendas mais amplas. O cronograma terá que ser antecipado. O que viria em 1981, virá antes, mas, no momento, o importante é impedir que a emenda Lobão seja aprovada.

O governo, porém, não quer propor tanta coisa em troca de nada. Quer negociar o pacote constitucional em troca do adiamento das eleições municipais. Quer, afinal de contas, ganhar sempre, cada vez mais. Adiar as eleições, sem ônus político, impedir a aprovação da emenda Lobão e ainda faturar o pacote constitucional. Como sempre, os estrategistas do Planalto jogam alto — e para ganhar a todo custo.

RECEBA O COOJORNAL EM CASA 5 DIAS ANTES

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 280,00
 Envie cheque nominal ou vale postal para:
 Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
 Rua Comendador Coruja, 372
 Fone: 33-5099 (PABX) — Telex (051) 1605 90.000 — Porto Alegre — RS

Desejo receber o Coojornal a partir do nº Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 — entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome:
 Endereço: Fone:
 Bairro: CEP: Cidade:
 Estado: Profissão:

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 280,00
 Envie cheque nominal ou vale postal para:
 Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
 Rua Comendador Coruja, 372
 Fone: 33-5099 (PABX) — Telex (051) 1605 90.000 — Porto Alegre — RS

Desejo receber o Coojornal a partir do nº Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 — entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

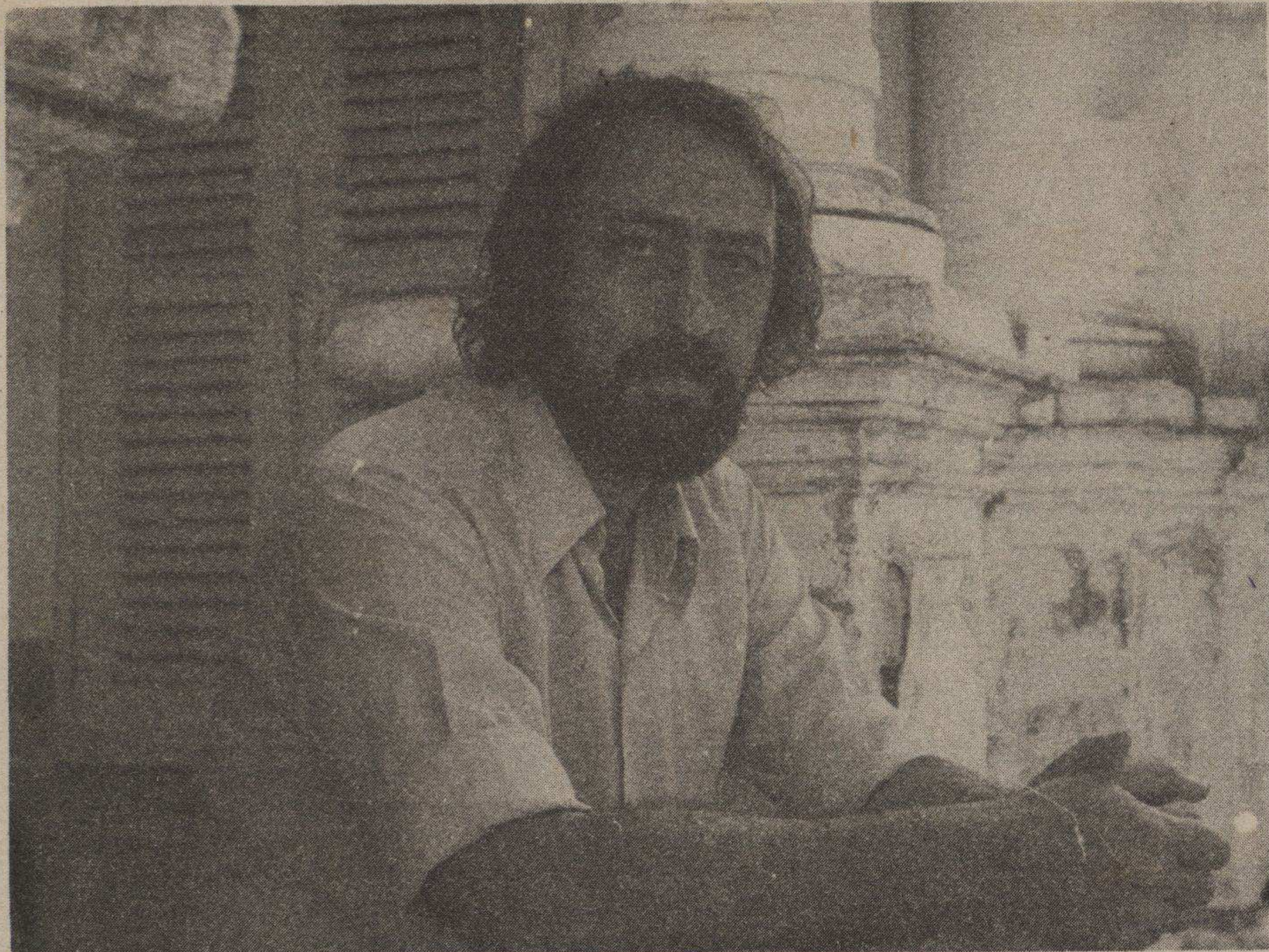
Nome:
 Endereço: Fone:
 Bairro: CEP: Cidade:
 Estado: Profissão:

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Como assinante, você recebe o Coojornal em outros estados no mesmo dia em que ele vai para as bancas em Porto Alegre. Quer dizer: no mínimo 5 dias antes de ele chegar às bancas de sua cidade.

cooJORNAL

Júlio Chiavenato



Fotos de Laino censuradas em Assunção: Stroessner detesta barbudos

Pior para Stroessner

Domingo Laino descobre na prisão que paraguaios estão prontos para a luta

Quando na casa de Domingo Laino, em Assunção, o rádio deu a notícia da queda de Somoza na Nicarágua, um champanha francês estourou. O próprio Laino, que tinha escolhido o champanha especialmente para a ocasião, fez voar a rolha e serviu alguns amigos para comemorar:

— Menos um ditador na América Latina! O nosso dia está próximo!

Entre vivas e prognósticos de que os ditadores, afinal, não são eternos, Laino estava longe de imaginar que alguns meses mais tarde Anastasio Somoza Debaile, o ditador derrubado na Nicarágua, se mudaria para Assunção. Menos ainda que logo depois seria preso novamente e confinado numa vilazinha do interior do Paraguai.

O mais conhecido líder da oposição paraguaia, Laino foi preso dia 15 de setembro de 1979, sem explicações. Da mesma forma, foi solto dia 21 de dezembro passado. Tanto sua prisão como a libertação mereceram algumas linhas da imprensa brasileira, que, no entanto, não liga para o que está acontecendo no país vizinho. Por isso, vale a pena contar a história da prisão e o confinamento de Laino, o qual virá ao Brasil em março para lançar o seu livro, em português, sobre a **invasão** do território paraguaio pelos brasileiros que compraram milhares de hectares de terras do seu país nos últimos 15 anos.

Preso pelos agentes da *Investigaciones*, a terrível polícia da ditadura de Stroessner, Domingo Laino foi confinado em Mbuyapey, um *pueblito* isolado nos confins do Paraguai. Um *pueblito*: uma igreja, uma praça e algumas casas em volta, tudo bem guardado por vários *soldaditos* que bloqueiam a única estrada que dá acesso à região.

Apesar de isolado, Mbuyapey é um vilarejo importante pelos homens que deo ao país. Entre eles está o arcebispo Bogarin, "o bispo dos pobres", um dos que mais lutaram contra a ditadura de Stroessner. Também nasceu ali Eligio Ayala, que foi presidente da República. Mbuyapey é o berço natal de José La Cruz Ayala, um jornalista revolucionário cujo pseudônimo — *Alon* — deu origem a um clube que influenciou toda a oposição paraguaia dos anos 50 e 60 e inspirou a guerrilha de 1959/61. O próprio Domingo Laino, quando estudante, foi do Clube Alon. Há uma tradição dos filhos de Mbuyapey, que se destacam na oposição. O partido de Laino, o Radical

Liberal Autêntico, é chefiado em Mbuyapey por Dona Lola, ex-guerrilheira, conhecida em todo o Paraguai porque para fugir da repressão marchou mais de 20 léguas — 130 quilômetros — com a filha recém-nascida nos braços. Essa filha hoje está exilada no México, por participar de outra organização revolucionária (OPM). Dona Lola tem outro filho que está foragido.

Isso tudo explica porque Stroessner não gosta de Mbuyapey, que também não gosta do ditador. Laino diz que "esse lugar tem vocação libertária". Ele conta que fez bons amigos no povoado e alguns camponeses foram lhe propor uma fuga. "Esse tipo de fuga demonstra que os camponeses estão dispostos a assumir um compromisso sério", diz Laino.

Como podia circular no povoado, Laino mantinha contato diário com os camponeses. Desse relacionamento concluiu que o povo mais humilde do campo está saturado dos desmandos da ditadura paraguaia. Isso é fácil de explicar, porque o camponês do Paraguai não tem como defender-se dos comandantes militares que são a "lei e a ordem" no interior. Ainda acontecem castigos incríveis no Paraguai. "Falei com um rapaz que tinha sido castigado com trinta chicotadas nas nádegas, dentro do destacamento militar de Mbuyapey", conta Laino. Outro caso contado por Laino é o de um jovem que, espancado com a coronha de um revólver na cabeça, ficou louco e hoje vagueia por Mbuyapey dizendo coisas sem nexo.

Segundo Laino, os camponeses de Mbuyapey são forçados a trabalhar de graça para os soldados nas obras públicas da região. Para que não reclamem, são acusados de algum crime hipotético, como cortar lenha de uma floresta sem dono. Esse tipo de violência é comum no Paraguai, mas Laino descobriu coisa pior em Mbuyapey: os soldados que trabalham ilegalmente e de graça nas estâncias dos figurões da ditadura. Alguns desses soldados, para se livrarem de suas tarefas, forçam os camponeses a trabalharem em seu lugar. Entre outros, são donos de terras na região de Mbuyapey o presidente da ANDE, Enzo Debernardi, muito conhecido no Brasil, pois participa da diretoria da Itaipu Binacional; Ramiro Patiño, gerente geral da Corporane (empresa estatal de água e esgotos); e o presidente da Administración Paraguaya de Alcoholes. Segundo Laino, "os peões dessas estâncias recebem seus salários da ANDE (empresa estatal de eletricidade) e da Administración Paraguaya de Alcoholes, e os caminhões e funcionários desses órgãos estatais prestam serviços aos estancieros".

Em seu quarto, na única pensão de *pueblito*, Laino encheu um caderno de anotações com as histórias do povo, dos soldados e dos fazendeiros de Mbuyapey. Foi a vantagem do confinamento: pôde conhecer mais profundamente o tamanho da corrupção paraguaia, que, segundo

ele, vem contribuindo para solapar ainda mais a popularidade de Stroessner. Por isso, Laino voltou da prisão otimista com a evolução política do Paraguai. Acha que o ditador não agüenta muito tempo.

Sua libertação foi tão surpreendente quanto sua prisão. No dia 21 de dezembro passado, uma sexta-feira, Laino estava almoçando em Mbuyapey quando ouviu a notícia no rádio: "O dr. Domingo Laino foi trasladado de Mbuyapey para destino desconhecido". Assustado, saiu à rua para contar aos amigos a notícia. Escondeu o caderno de notas, pediu que fossem observar o que ocorria no destacamento militar, pois nada lhe tinham comunicado oficialmente.

Laino foi levado para uma cela de Paraguari. Depois de meia hora, o chefe de polícia convocou-o a uma sala com uma grande fotografia de Stroessner e disse: "Desde esse momento, por ordem do Supremo Governo da Nação, "você está em completa liberdade." Em seguida, foi acompanhado por um oficial a um ponto de ônibus que o levaria a Assunção. Laino quis telefonar antes, mas o oficial se negou a acompanhá-lo, alegando que a ordem era para levá-lo à parada de ônibus.

— Mas eu estou em completa liberdade, você não ouviu o chefe de polícia dizer? — protestou Laino.

— Sim, mas você está em completa liberdade para ir à parada de ônibus!

Quando Laino chegou a Assunção, foi muito fotografado pela imprensa paraguaia. No confinamento, deixara crescer o cabelo e a barba. Nenhuma das fotos foi publicada, devido à ação da censura, que não permite a publicação de fotos de homens barbudos nos jornais, pois Stroessner não gosta. No Paraguai não existem barbudos, a não ser turistas e alguns rebeldes que insistem em deixar a barba crescida para mostrar, ostensivamente, que não respeitam o ditador. Um desses casos raros é Joel Filertiga, artista plástico e médico, cujo filho foi morto pela polícia de Stroessner.

Júlio Chiavenato

Todo mundo é suspeito na Alemanha

O desenvolvimento da tecnologia da informação, utilizando a computação eletrônica de dados, e a mentalidade de obediência cega às leis, sem questioná-las, permitiram que a República Federal da Alemanha chegasse ao atual estágio de alto controle político dos indivíduos pelo Estado, tornando-se um modelo de repressão política preventiva para o mundo ocidental, especialmente a Europa capitalista. Atemorizados pelo poder do sistema, algumas tímidas vozes começam a alertar para os fatos e a indicar a forma de resistência: o boicote da informação. Uma recente publicação da Associação dos Estudantes Evangélicos em Bochum, na Alemanha apresenta uma coleção de fatos divulgados pela própria imprensa alemã e mostra a crescente promulgação de leis e decretos que possibilitam a investigação policial legal e secreta de qualquer indivíduo, já que todos são considerados "suspeitos em potencial" de agir ou simplesmente pensar contra o sistema vigente na Alemanha Ocidental.

A legislação alemã permite a infiltração de agentes policiais ou cidadãos pagos pela polícia em quaisquer organizações civis, em escolas, em meios jornalísticos, em órgãos de classe. A escuta telefônica, a leitura de correspondência privada por amostragem rotineira, e exigência de uma postura política capitalista e de direita cristã são algumas das normas asseguradas por lei.

Para ser funcionário público, na Alemanha Ocidental, é preciso que nada conste sobre o indivíduo que desagrade ao sistema: suas convicções políticas (independente de suas ações) e seu comportamento privado (inclusive sexual) devem corresponder ao regime vigente em todos os sentidos. Muitas empresas privadas, especialmente no estado da Bavária, tam-

bém se recusam a empregar pessoas que tenham opiniões diferentes dos conceitos da democracia cristã e, para investigar os candidatos, utilizam os meios de informação do Estado.

Qualquer pessoa residente na República Federal da Alemanha tem que se registrar na polícia cada vez que muda de endereço e o documento de registro é exigido para todo o trâmite oficial. As chaves de residências não podem ser duplicadas nem estraviadas, pois constituem um importante fator de informação policial, já que todas as chaves do país estão registradas num centro oficial. Assim, de posse de uma chave, a polícia pode identificá-la e chegar em poucas horas até a porta correspondente.

A gravação telefônica, que já era legal desde 1968, na Alemanha, foi ratificada pela Convenção Européia de Direitos Humanos em 1978. O argumento é sempre o mesmo: prevenir uma possível ação contra o sistema. A prática do terrorismo, nessa última década, facilitou bastante a aprovação desse tipo de leis. Principalmente na Alemanha, onde o povo cultiva a tradição de obedecer as regras sem questionar.

1972 constitui um marco para o sistema de informação alemão e o controle do governo sobre a população. Nesse ano entrou em operação a rede NADIS, responsável pelo processamento eletrônico de todos os dados coletados sobre indivíduos, e foi também criado o órgão de informação policial conhecido por INPOL. Em 1975, a NADIS já havia fichado dois milhões de indivíduos. Em 1976, a INPOL possuía fichas de mais de três milhões de pessoas. Em 1978, o sistema de informação policial dispunha de 199 milhões de marcos anuais e tinha mais de três mil funcionários fixos.

No total, o governo alemão dispõe de dados computados sobre mais de oito milhões de pessoas. A rede de informação — coleta de dados, processamento e acesso ao fichário — alemã compõe-se de diversas instituições oficiais, destacando-se os departamentos locais e distritais da polícia política, a agência federal de investigação policial (BKA) e seus departamentos estaduais, o serviço de informação — *Verfassungsschutz*, que literalmente significa proteção à Constituição — federal e os 11 departamentos estaduais, a agência de serviço secreto alemão (BND) e o Serviço de Inteligência Militar.

A leitura também é controlada. Nas fronteiras, os agentes de segurança anotam os nomes das pessoas portadoras de livros ou periódicos considerados suspeitos, inclusive 287 revistas "com tendência esquerdista" e 239 publicações de organizações "de extrema esquerda". Entre as revistas, constam algumas de circulação nacional ou mesmo internacional, encontradas em qualquer banca de revista, como *Konkret* e *Das Da*, além de semanários da imprensa alternativa e periódicos de entidades como a União dos Advogados Democráticos.

Nas bibliotecas também são coletados dados para o serviço nacional de informação. Na *Amerika-Gedenkbibliothek*, em Berlim — uma das maiores do mundo —, o nome de todas as pessoas que retiraram livros considerados de extrema esquerda são registrados em microfilme, bem como as datas em que o livro foi utilizado.

Nem os parlamentares escapam da investigação. Ao contrário, são mantidos sob rígido controle. Por exemplo: qualquer parlamentar que mantém correspondência com algum cidadão da Europa Oriental — mesmo jornalistas, e diplomatas — tem seu dossiê no sistema nacional de informação.

As verbas destinadas pelo governo alemão ao serviço de informação têm aumentado rapidamente. Só a agência de serviço secreto de informação chamada *Verfassungsschutz* teve um orçamento de 77 milhões e 842 mil marcos alemães em 1977, recebendo ainda uma suplementação de 14 milhões e 761 mil marcos naquele mesmo ano.

Segundo o relatório dos estudantes evangélicos, no entanto, esse poderoso sistema tem uma falha: depende essencialmente de elementos humanos para a coleta e o processamento dos dados. Assim, eles recomendam, como alternativa de proteção ao indivíduo, evitar dar informação e, sempre que possível, fornecer dados falsos.



Universidade vigia e pune professores

O decreto que extinguiu as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) em todas as universidades brasileiras, assinado nos estereótipos do governo Ernesto Geisel, parece não ter tido o menor efeito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O organismo continua firme e forte na sua tarefa de vigiar, seguir e fiscalizar todos os passos dos professores, alunos e funcionários.

É bem verdade que na atual gestão do reitor Diógenes da Cunha Lima, homem que foi nomeado pelo dedo do senador biônico Dinarte Mariz, nada ainda aconteceu de anormal, a não ser a sua disposição de manter a ASI sob a chefia do temido policial Adriel Lopes, no cargo há cerca de seis anos. Uma das mais recentes tarefas da ASI foi denunciada pelo recém-eleito presidente do DCE da UFRN, Moisés Domingos. Em comum acordo com o reitor, a ASI procedeu ao *fichamento* de todos os *feras* — denominação potiguar aos candidatos aprovados no vestibular — através de um formulário com dados atuais e imediatamente anteriores de cada aluno.

Na cabeça do formulário, está escrito *Assessoria de Segurança e Informação*, seguida da expressão *curriculum vitae*. O reitor Diógenes da Cunha Lima, irritado com o tratamento *ficha* — que a imprensa deu ao *curriculum*, reagiu dizendo que era "sacanagem da imprensa". Ele insiste que o formulário, a ser preenchido pelos próprios alunos, contém apenas informações complementares, mas não explicou porque a tarefa não foi entregue à pró-reitoria de assuntos acadêmicos.

— Essa ficha — olhe, já estou até chamando de ficha — esse formulário, foi preparado pela ASI apenas a título de

colaboração, não será para utilização nem manuseio da ASI. O aluno não é obrigado a preenchê-lo, apenas seria aconselhável. Caso o aluno não queira preenchê-lo, o problema é dele — disse o reitor.

Essa advertência foi interpretada também como uma ameaça pelo DCE, que convocou uma reunião ampla para discutir o problema. Os alunos, que já estão todos matriculados e entregaram seus *curriculum*, dizem que em cada centro acadêmico são perfeitamente notados os informantes da ASI que, "descaradamente, se revestem da capa de funcionários burocráticos, quando na verdade ficam fiscalizando os alunos, notadamente os ligados ao DCE". Nominalmente, os alunos citaram o tenente Martins, que foi chefe da seção de mobilização do 7º Grupamento de Artilharia de Campanha (GAC) e que hoje *trabalha* na universidade, com a função de ficar perambulando sob as árvores do *campus*, pelos corredores e restaurante.

O reitor também insistiu em dizer que desconhece a existência do decreto que extinguiu as ASI e argumenta que "nenhuma lei pode proibir que a administração de uma universidade tenha o seu órgão de informações. O DCE está pressionando para que a ASI seja realmente extinta e o reitor garante que ela não tem função policial e que ela funciona como informação à administração da universidade. E alinhou um exemplo:

— Todos sabem que eu entrei aqui contra tudo e contra todos, fui um candidato de oposição. Quando assumi, verifiquei que todas as peças decorativas do gabinete do reitor tinham desaparecido. Procurei o coronel Adriel e em 48 horas tudo estava de volta. Como você vê, as funções da ASI são como esta.

O reitor ignora que em passado recente inúmeros alunos eram retirados da sala de aula para prestar depoimento na sala do coronel Adriel Lopes e aos alunos fez uma proposta que seria cômica se não fosse séria: "Vou retirar a ASI da universidade. Ela passará a funcionar fora do espaço físico do *campus*. Enquanto isso vou mandar tirar a placa da porta do coronel Adriel. Assim teremos a idéia de que o organismo não mais existe".

Para completar a apreensão dos quase 12 mil alunos o reitor Diógenes da Cunha Lima e o seu aliado Adriel Lopes assinaram um convênio com a Polícia Federal, mediante o qual a Universidade Federal do Rio Grande do Norte indicará alguns de seus alunos para fazerem estágio na área de administração. Quem serão indicados? Seremos obrigados a aceitar? Teremos que nos transformar em policiais? Estas são algumas das indagações que os estudantes se faziam no final de janeiro, enquanto aguardavam a comunicação oficial, pois o assunto só veio à tona porque vazou a informação. O convênio foi assinado em dezembro do ano passado.

Thais Marques, Natal



Assembléia na Cotrirosa: [tensa, nervosa, mas com uma boa solução

Chega de logros na Cooperativa!

Uma das maiores cooperativas gaúchas de trigo e soja, a Cotrirosa, de Santa Rosa, vive há mais de um ano dias tumultuados, desde que foram descobertas incriveis irregularidades na sua administração. Seus quase 10 mil associados foram enganados durante algum tempo pela diretoria, até que denúncias sucessivas de irregularidades, desvios e favorecimentos ilícitos causaram, no fim do ano passado, a queda da direção.

A primeira denúncia séria surgiu logo após a diretoria ser reeleita, em 1978. Hilario Miguel Schorr, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa, revelou que a direção, tentando salvar a difícil situação financeira da cooperativa, colheu assinaturas para integralização de novas quotas de capital junto aos associados. Estes eram convencidos a assinar notas promissórias em branco, em *confiança*, que depois eram preenchidas em valores três e até quatro vezes superiores.

Logo depois o próprio Inbra, órgão que orienta e fiscaliza as cooperativas, comprovou a manipulação do balanço da cooperativa em 77/78, quando foi ocultado um prejuízo superior a Cr\$ 20 milhões. No ano passado, quando o balanço, desta vez elaborado com o acompanhamento do Inbra e do Banco do Brasil, revelou um prejuízo de Cr\$ 50.352 mil, causado em boa parte por má administração, a diretoria da Cotrirosa ficou numa situação insustentável.

No começo do ano, apenas a oposição apresentou candidatos à eleição do Conselho Fiscal, que imediatamente contrataram uma auditoria que detectou mais irregularidades. Resultado: Edgar Dessuy, presidente, e Adão Magalhães, diretor-secretário, solicitaram sucessivos licenciamentos de 90 dias, até que no último dia 18 de janeiro, junto com o diretor-superintendente Norberto Emmel, demitiram-se da direção. Antes disso, porém, Dessuy teve que assinar uma promissória no valor de sua dívida na cooperativa: Cr\$ 6 milhões. E saiu com fortes indícios de enriquecimento ilícito, pois era proprietário de uma pequena área de terra e parte de um hotel e, dez anos depois de ter assumido como presidente da cooperativa, possuía frota de caminhões, postos de gasolina, granjas e outros bens.

Não é à toa que os três membros do Conselho Fiscal anterior eram chamados de *Os Três Patetas* pelo representante do Banco do Brasil, Daltro Bombassaro. Aparentemente, só eles não viam as irregularidades que o relatório da auditoria encomendada pelos novos conselheiros fiscais revelou, em 50 páginas datilografadas. Só para citar algumas: inexistência de qualquer tipo de controle de estoques; falta total de planejamento;

prejuízos constantes na comercialização; desorganização interna; registros irregulares; movimentação irregular de fundos de capital; uso e abuso do dinheiro da cooperativa em negócios não autorizados; empréstimos não autorizados a altíssimos juros e, em alguns casos, empréstimos a juros ridículos de 0,5% a alguns poucos associados.

Existe um grupo, designado pelos auditores de "os grandes devedores da cooperativa", que totalizava, em 1979, uma dívida de Cr\$ 14.483.177,94. Entre estes 16 grandes devedores estão os ex-dirigentes Edgar Dessuy e Norberto Emmel.

Na confusão que obviamente se estabeleceu, não faltaram os oportunistas. Valdemar Pisoni, um associado que cultiva 180 hectares e que há quatro anos não entrega um grão de trigo na cooperativa, lançou-se candidato à Presidência e apresentando como seus maiores cabos eleitorais o governador do Estado e o prefeito de Santa Rosa.

Mas não conseguiu nada: seu nome foi rechaçado na assembléia realizada no dia 31 de janeiro, quando os associados optaram pela indicação de uma diretoria provisória composta pelos atuais conselheiros fiscais, para que esta encaminhe legalmente a convocação de eleições.

Pisoni foi derrubado por uma nota distribuída pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, refutando o apoio do governador e perguntando se a Cotrirosa necessitava de uma diretoria escolhida pelos seus associados ou de um presidente indicado pelo governador. O clima da assembléia do dia 31 foi tenso e nervoso, a ponto de um associado indignado exclamar que "isto aqui não é rinha de galo" — numa clara referência a Pisoni, conhecido na região por sua paixão pelas brigas de galo.

A nova assembléia ocorrerá no fim de fevereiro. Houve até quem pedisse a intervenção do Inbra, mas o representante do órgão, Vergílio Perius, mostrou que esta não seria a melhor solução para a cooperativa, principalmente porque havia uma clara disposição dos associados pela sua recuperação.

Este foi, aliás, o fato mais importante desta lição exemplar, como destacou Vergílio Perius: os associados, que num primeiro momento se mostravam desinteressados em relação à administração da cooperativa, movimentaram-se para alterar a situação. O quadro administrativo da Cotrirosa ficou tão deteriorado que exigirá um grande esforço dos novos dirigentes para recuperá-la economicamente — e principalmente recuperar o prestígio da entidade junto a seus associados, milhares deles, pequenos agricultores.

Cesar Penteadó



COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística.

Conte com a Coojornal em:

Serviços fotográficos. Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotografos com formação jornalística e publicitária. Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores. Produção e impressão *off-set* de material jornalístico, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Serviços gráficos e visuais Arte, *lay-outs*, produção de capas de livros, logotipos, folhetos, prospectos, cartazes, programação visual, malas-diretas, etc...

Serviços editoriais Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe. Edição de revistas, livros, jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

COOJORNAL

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 372
Fones: 33.5990 e 33.5099 — Telex (051)1605
90000 — Porto Alegre — RS

Eles acreditaram no Ano Econômico 79.

Amaral de Souza, Telmo Thompson Flores, Eliseu Padilha, Sérgio Saraiva, Ênio Verlangieri, Nelson Clóvis Rossi, Ruben Ilgenfritz da Silva, Jorge Babet Miranda, Carlos Goidanich, José Antônio Prates Júnior, Mauro Knijnik, Roberto Maisonnave, Seno Dreyer, Alécio Ughini, Daniel Iochpe, Paulo Vellinho, Túlio Vargas, Jorge Gerdau Johannpeter, Guilherme Socias Villela, Péricles de Freitas Druck, Raul Randon, Don Charles Bird, Luiz Carlos Mandelli, Aldo Sani, General Motors do Brasil, Bamerindus, Makro, CBPE, acreditaram na seriedade e na profundidade do Ano Econômico, uma análise imparcial da economia gaúcha.

Entre para esse time em 80.

A edição 80 do Ano Econômico sairá em julho, ainda mais completa e detalhada, com a presença das Limitadas e das Cooperativas, ao lado das Sociedades Anônimas.

Se você tem o que dizer e o que mostrar, não pode ficar de fora.

COOJORNAL

**ANO
ECONÔMICO**



Os padres que pegam no pesado

No ABC paulista, alguns sacerdotes vivem como operários dentro das fábricas

Por RICARDO CARVALHO

Ivo é pedreiro. Pedro é metalúrgico. Carlos foi electricista. Fizeram cursos na França, correram o mundo e hoje dividem as despesas de uma casinha de fundos, na periferia de Santo André, em São Paulo. Os três se confundem com os habitantes do bairro: usam roupas simples, têm as mãos grossas. Mas ao contrário daquela gente pobre, Ivo, Pedro e Carlos escolheram a vida que levam porque cumprem uma missão: eles são padres da ordem dos Filhos da Caridade, trabalham para sobreviver e, de vez em quando, celebram missas nas favelas e nas vilas operárias.

Não são missas comuns. Nas paróquias dos padres-operários, como em muitas outras da periferia paulista, quem manda é o povo. E o povo da Igreja Católica vive discutindo os seus problemas: o custo de vida, o preço da gasolina e a forma de enfrentá-los. Os padres-operários participam disso, afinal os problemas são deles também. Os três, pagam Cr\$ 5 mil de aluguel por uma casa de seis cômodos pequenos: cozinha, banheiro e quatro quartos. Em cada quarto, uma cama, uma mesa e uma estante. Em cima da mesa, em todos os quartos, dezenas de papéis convivem com publicações e livros abertos em páginas abandonadas pelas tarefas do dia a dia. Nas estantes, livros modernos de Teologia da libertação, doutrina que, em suma, legitima a opção pelos pobres.

A cozinha é, ao mesmo tempo, a sala de estar, de jantar e de reuniões. Uma mesa vermelha de fórmica destoa do fogão azul, onde tem sempre um café para ser esquentado, mas combina com a geladeira, incrustada entre estantes verdes, cobertas por plásticos rosa. Na parede descascada, um cartaz do VII Congresso Latino-Americano de Trabalhadores, realizado em São José da Costa Rica, em novembro de 1977, com a palavra de ordem: "Solo el pueblo salva el pueblo".

As tarefas caseiras são divididas entre eles, mas a cada dois dias dona Maria, a empregada, limpa a casa e prepara a base da alimentação, cozinhando panelas de arroz e feijão. Na hora do almoço, quando a situação financeira é melhor, cada um come um bife e, no jantar, eles misturam um ou dois ovos com o arroz e feijão e têm sempre alguma verdura guardada na geladeira.

Nem sempre a situação financeira é boa. De maio de 1979 para cá, por exemplo a caixinha comum caiu a zero, porque Pedro permaneceu boa parte do tempo desempregado e é ele quem ganha mais. Atualmente, como metalúrgico (torneiro-mecânico) ganha Cr\$ 10 mil mensais, mas sempre que tem uma greve ele é despedido, daí a necessidade do fundo-desemprego. Ivo, o pedreiro, não chega a ganhar Cr\$ 4 mil mensais, mas também não trabalha todo dia, dedicando-se ainda à Pastoral de Juventude. Por não conseguir conciliar suas atividades de padre e de electricista numa indústria metalúrgica, Carlos saiu da fábrica e hoje é coordenador da Ação Católica Operária (ACO) na região e ganha Cr\$ 8 mil por mês.

Os três curiosamente são estrangeiros e não encontram muitas explicações para a falta de padres-operários de nacionalidade brasileira. Na região, entre os seis que existem, apenas um é brasileiro. Não têm muitas atividades comuns, além de rezarem juntos nas segundas-feiras e nas quartas realizarem o que chamam de "uma revisão de vida", quando discutem os seus problemas, seus compromissos consigo mesmos e com os trabalhadores.

Padre Pedro já pegou cadeia

— Nós somos o símbolo de uma Igreja diferente, que encara sua missão ao lado do povo — afirma Pedro. Ele está com 49 anos, é padre há 21, e operário há 12. Seu nome, na verdade não é Pedro. Ele pede para não ser identificado, recusa ser fotografado, por uma razão muito simples: pode perder o emprego, porque o patrão não gosta muito dessas histórias. Mas tem cara de Pedro, um bigodinho bem cuidado, o cabelo bem preto e as costeletas já encanecidas.

Está há poucos meses no emprego atual e quase ninguém sabe que ele é padre. Pedro prefere assim, porque, quando descobrem logo que ele é um sacerdote, o relacionamento se torna mais difícil, o operário o identifica imediatamente com o padre da paróquia e só fala de batizados, casamentos...

Padre gosta mesmo é de, aos poucos, ir conhecendo os companheiros de trabalho. Não fala de Igreja e nas intermináveis conversas durante o cafezinho, o almoço, vai falando de direitos trabalhistas, passando uma visão política nova, mencionando a justiça social e

defendendo sempre o fortalecimento do sindicato.

— Nunca tenho pressa de politizar ninguém. O papo começa hoje e depois se estende como um diálogo permanente que dura meses e meses — explica Pedro, que encontra dificuldades até mesmo dentro da Igreja para exercitar sua missão de "símbolo de uma nova Igreja". Não da parte do bispo de Santo André, dom Cláudio Hummes, que, pelo contrário, apóia o trabalho dos padres-operários — "mas padres com menos firmeza política acabam nos atacando, por trás —. Mas isto não chega a ser um problema para eles, como o próprio Pedro que escolheu ser um operário "para ajudar na libertação da classe operária". Libertação que inclui aspectos religiosos, políticos, sociais, econômicos e culturais. Ou, nas palavras de Pedro, que seja uma libertação que "traga o respeito à classe operária, que tem direito a um lugar na sociedade".

Pedro explica que um dos objetivos de seu trabalho é lutar pela implantação de uma sociedade socialista, "que será construída e gerenciada pelo povo e apenas por ele". Acha que é difícil medir os resultados do seu trabalho, "já que ele envolve toda uma mudança de mentalidade", e considera o mais importante de tudo "que o povo sinta que a Igreja está do seu lado, do lado do trabalhador". Diz que sua missão não é dirigir a classe operária e nem tomar o lugar dos dirigentes, "mas ser um deles na luta".

Ser um deles na luta já significou prisões, como em 1968, quando ficou, ao lado dos outros padres da ordem, uma semana preso em um quartel que não se lembra qual é. E muitas demissões, "porque quando o patrão descobre que há um padre na fábrica, fica, primeiro, sem jeito, mas se estoura uma greve, o padre é o primeiro que sai, porque o patrão fica

logo a imaginar que ele é o cabeça".

Ele tem consciência da força de sua liderança em uma fábrica, produto de muita dedicação aos estudos, principalmente da história da classe operária. Faz uma leitura da Bíblia que ele chama de "operária" e estudou também Marx, além das habituais leituras religiosas. Acha que a fé que tem está intimamente ligada à libertação da classe operária e não vê nenhum risco de ser confundido, na fábrica, com a reencarnação de Cristo, visão que dele apenas fanáticos poderiam ter.

Defende arduamente o direito do povo de opinar em tudo o que lhe diz respeito e, por isso, faz algumas críticas ao PT, de Lula e companhia. Afirma, primeiro, que o projeto, teoricamente, "é muito bacana e bate com o sonho de Cristo de construir um reino de Deus". Porém, diz que este sonho já aconteceu aqui e no exterior e que, na realidade, não vê "a preocupação das lideranças políticas de levarem as discussões até as bases".

Padre Ivo trabalha para dar exemplo

— Eu queria ser padre sem deixar de ser povo. — Assim, o pedreiro-padre Ivo resume sua opção em ser um operário. Seu nome correto é Ives Rennée Marie Rannou, abasileirado para o fácil Ivo. Francês, 42 anos, chegou ao Brasil em 1974 e é padre desde 1965. E por que ser um padre operário?

Na obra em que trabalha atualmente, Ivo balbucia uma resposta, mas prefere passá-la a Pedro Pinheiro da Silva, pedreiro como ele: "Pedro, por que ser um padre-operário?" Como se estivesse com a resposta na ponta da língua, Pedro explica que, assim, o padre dá o exemplo. Resposta simples, talvez produto dessa nova Igreja.

"Mas não é só isso", explica Ivo, que, no interior da França, onde morava com a família, tinha muita raiva do pároco local que não fazia absolutamente nada. E escolheu ser um padre-operário também para fugir daquela lembrança, já que padre queria ser. Foi padre-operário na França, começando como carpinteiro.

Chegou ao Brasil em 74 e logo conseguiu emprego em obras na Baixada Santista. A exemplo do padre Pedro, não se apresentava como padre; esperava que a descoberta fosse feita, o que invariavelmente acontecia. Os peões desconfiaram de Ivo, porque ele nunca falava de mulher e, muito menos, saía com elas. Até que, depois de uma conversa sobre o assunto, Ivo confessou que era padre e, a essa altura, os companheiros já tinham se acostumado com o francês e não ligaram para o fato.

Em 76, mudou-se para Santo André, onde trabalha de três a quatro dias por semana nas pequenas obras que aparecem. Quando não está na obra, promove reuniões de jovens, "ajudando-os a refletir sobre as orientações de Puebla, Medellin e da própria diocese". O seu



Padre Ivo ou Ives Renneé Marie Rannou: queria ser padre sem deixar de ser povo.



Padre Carlos: orgulhoso de ter dom Evaristo Arns como companhia

movimento tem estreitos laços com a Juventude Operária Católica (JOC) e poderá se transformar em um embrião da entidade na região.

Ivo estudou muito Filosofia, "diante das próprias necessidades que o estudo da Teologia impunha". Nunca leu Marx diretamente, mas teve acesso aos trabalhos de Ducok e Schillebeckx, teólogos que em muitos momentos se utilizaram da teoria marxista. Atualmente, está às turras com o livro *Cristologia desde a América Latina*, do teólogo Ion Sobrino, porque tem pouco tempo para leituras.

Não teve muitas complicações com a polícia. Só uma vez, quando ainda estava em São Vicente, apareceu um agente do Dops perguntando por ele, e nunca mais apareceu, depois de dar um show, desfilando todas as informações que tinha sobre Ivo, desde o seu tempo de França.

Ivo só sente não estar trabalhando em uma grande obra, onde exerceria com maior profundidade o seu trabalho evangelizador, junto a uma categoria, a da construção civil, "que quase não tem consciência de classe".

Padre Carlos sabe que o chamam de "Comuna"

Aos 30 anos, vivendo ainda em Montevideu, Carlos Tosar descobriu sua vocação para padre. E mais, queria ser um padre-operário. No Uruguai, não havia condições para realizar o sonho. Mudou-se então para a França e, aos 36 anos, iniciou seus estudos. Três anos depois, em 1964, chegou ao Brasil e, entre seus estudos de Teologia e sobre a situação política-social da América Latina, foi se adaptando à nova realidade. No início de 1966, iniciou seu trabalho de electricista em uma indústria metalúrgica. Já morava, na época em um bairro operário. Somente em 1969, com 44 anos, Tosar se ordenou padre.

Quis ser um padre-operário por muitas razões, como "ter uma vida mais igual à do operário, para poder sentir mais de dentro suas necessidades, angústias e alegrias". Escolheu também a carreira porque dá uma certa independência econômica em relação à Igreja e "por um testemunho evangélico de uma Igreja que tem de continuar a vida do Cristo, que foi um operário".

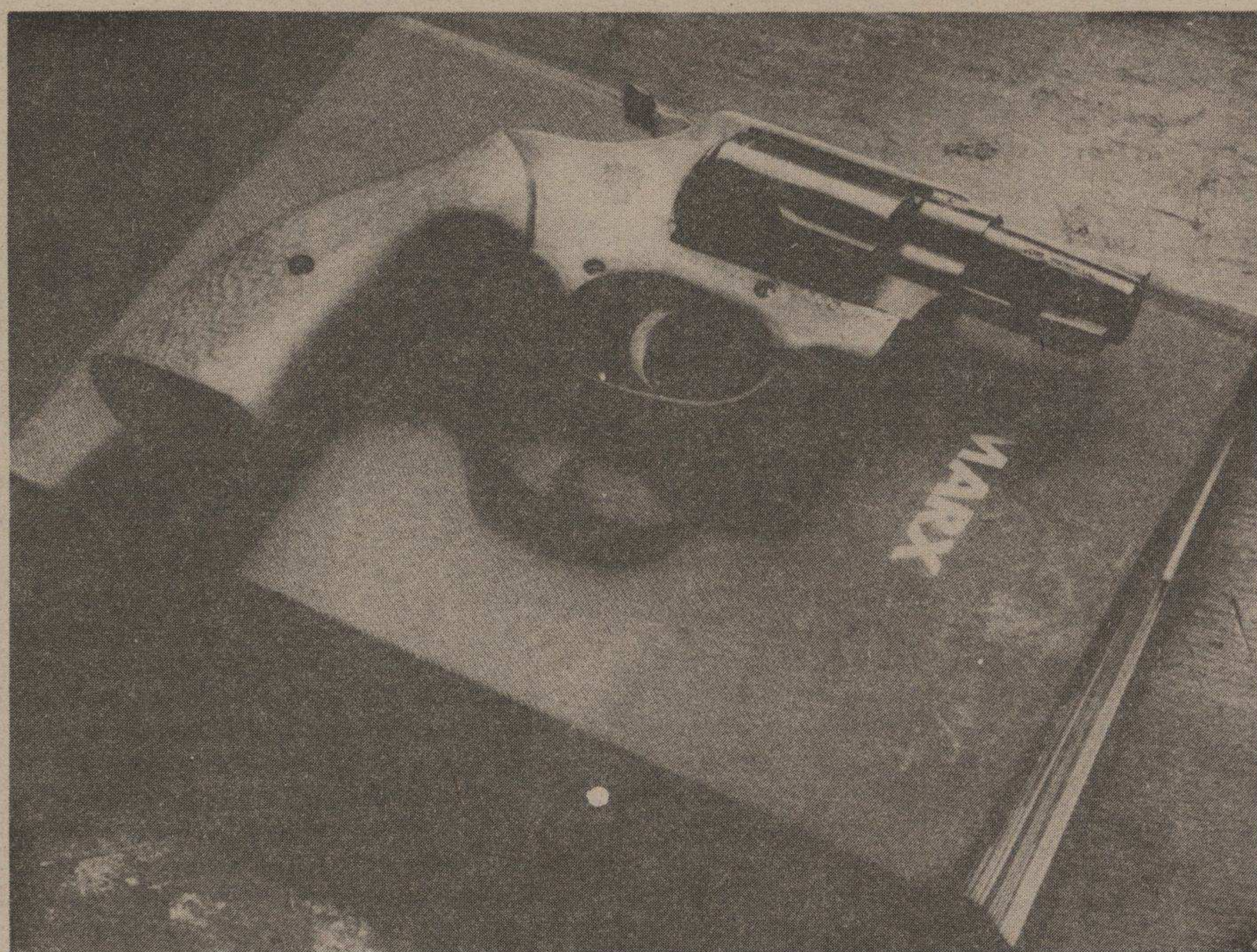
Enquanto trabalhava na fábrica, Carlos continuava com suas atividades de pastor, ligado sempre à classe. Mas não agüentou por muito tempo. Em 1973, largou a fábrica para se dedicar exclusivamente à organização, na região, da ACO, que segundo Carlos é um movimento destinado à formação de militantes operários cristãos. A ACO começou suas atividades no Brasil em 1962, sendo uma espécie de continuação da JOC, que lida apenas com jovens.

Como o padre Pedro, Carlos também foi preso em 1968. Naquele mesmo ano, havia participado da greve dos metalúrgicos de Osasco, que tinha à frente do sindicato José Ibraim, recentemente retornado do exílio. No começo, foi difícil trabalhar, porque, sendo logo reconhecido como padre, "o pessoal fazia fila para falar de seus problemas".

É de opinião que o trabalho do padre-operário está absolutamente legitimado por diversos escritos da Igreja, a começar pelo próprio Evangelho. Vez por outra, enfrenta alguns problemas, como as recentes afirmações do secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes, de que comunistas e Igreja formam hoje uma forte aliança.

—Os problemas poderiam ter sido maiores se o povo lesse mais jornal, o que não acontece porque eles não têm dinheiro para isso.

Mesmo assim, acha que todos os padres que estão de uma forma ou outra envolvidos com a questão operária, apoiando a sua luta, são classificados como comunistas pela polícia "e por setores mais de extrema direita dentro da Igreja". E salienta que está orgulhoso de ter como companhia dom Paulo Evaristo Arns, dom Helder Câmara. Leitor de Gramsci, Carlos faz questão de salientar que os padres operários não são os donos da verdade, "senão faríamos a seita dos radicais e abandonaríamos a Igreja".



Fascismo proletário?

Por MAURÍCIO TRAGTENBERG

Na noite do dia 14 de dezembro de 79, na porta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 30 adeptos do jornal *A Hora do Povo*, estranhos àquela categoria profissional, agrediram os membros da Oposição Sindical Metalúrgica com cassetetes, correntes e barras de ferro. Deixaram feridos Vito Giannotti e Raimundo de Oliveira, sendo que este teve que ser medicado no Pronto-Socorro.

"Só não conseguiram a eliminação física dos companheiros porque conseguiram refugiar-se num clube na rua Tabatinguera", disse a Carta Aberta aos Trabalhadores e à Opinião Pública em Geral, da Oposição Metalúrgica. O que é de pasmar é que os membros sindicais refugiaram-se no Clube Militar, onde um coronel, de revólver na mão, impediu a invasão e agressão aos operários clamando:

— Vocês têm que respeitar quem pensa diferentemente!

Tais acontecimentos suscitam reflexões. Os agressores são os mesmos na última campanha salarial dos metalúrgicos investiram contra seus companheiros que deram força total à campanha. Além do mais, são os que querem que os trabalhadores aceitem o famigerado *Pacto Social* que beneficia exclusivamente a classe patronal. Em suma, "são aqueles que batendo no peito se dizem marxistas-leninistas, mas armam-se de correntes e cassetetes e vão à porta de nosso sindicato colocar os operários *aventureiros* na linha" (trecho da Carta Aberta).

Isso mostra até que ponto o autoritarismo não se constitui em privilégio exclusivo do estado e de seus agentes, porém, como um cancro, infiltrou-se nos poros da sociedade civil, especialmente no seio de grupúsculos que se jactam de dialéticos, porém usam *práticas fascistas* como meios para chegar a seus pretensos fins: libertar a classe operária da exploração e da dominação.

Ora, os fins a atingir são definidos pelos meios empregados. Jamais se conseguirá desalienar uma classe batendo em seus membros com cassetetes, correntes, barras de ferro. Deus livre a classe operária de tais libertadores, ao contrário, uma das condições de autolibertação da classe consiste em livrar-se de tais *libertadores* ou *representantes*. Tais práticas fascistas mostram que, embora o fascismo como sistema político e ideologia serviu de escudo aos grandes monopólios na Itália e Alemanha, suas *práticas* se universalizaram no meio operário por meio de um seu irmão-inimigo: o stalinismo. O stalinismo representou, na história do movimento operário, a formação de partidos que usam uma linguagem de esquerda e realizam uma prática político-social conservadora, em alguns casos próximos à direita tradicional.

A intolerância à divergência, o exterminio físico dos opositores no campo

operário, a calúnia como arma política contra os *heréticos* e *cismáticos* se constituíram num arsenal político do stalinismo, especialmente vigoroso entre as décadas de 30 e 40.

Foi na Espanha, em plena guerra civil, que na área dominada pelo stalinismo deu-se uma das maiores repressões que a história conheceu à esquerda não-autoritária. Assim, militantes da Confederação Nacional do Trabalho, de tendência socialista-libertária, membros do Partido Operário de Unificação Marxista, foram mortos, torturados e presos nas *tchekas* constituídas pelos adeptos de Carrillo.

Enquanto lutavam contra Franco, esses militantes eram fuzilados pelas costas pela GPU (polícia secreta) a serviço do stalinismo. Resultado: foi mais graças a essa repressão à esquerda não-autoritária e menos ao apoio de Hitler e Mussolini que Franco venceu a Guerra Civil, submergindo a Espanha em 50 anos de trevas.

A memória histórica é curta, especialmente no quadro brasileiro. Práticas autoritárias fascistas, executadas por minorias no meio operário, se constituem no maior entrave ao crescimento da consciência social e política do operariado, socializam a insegurança e o medo. Isso merece o repúdio da sociedade civil.

As divergências entre as várias facções no meio operário devem ser resolvidas mediante a discussão ampla e aberta dos problemas e não de sua repressão mediante a violência de grupos organizados contra seus companheiros.

No nosso caso, mais do que o repúdio a essa prática fascista dos adeptos da *Hora do Povo*, incumbe aos trabalhadores autênticos colocar em xeque esse fascismo proletário nascente, mediante a conscientização de que a imposição de qualquer *verdade* pelo terror no meio operário está a serviço de seus piores inimigos, daqueles que exploram o trabalho operário e daqueles que, a pretexto de se autoproclamarem sua vanguarda consciente e organizada, pretendem unicamente o poder de Estado para se constituir em nova classe exploradora.

Métodos repressivos utilizados contra a classe operária por qualquer facção — por mais "bem-intencionada" que esteja — objetivamente contribuem para que o obscurantismo, a intolerância e a preocupação ocupem o espaço da discussão aberta, da crítica serena.

É hora de lembrar a Espanha de 1936/39, onde êmulos espanhóis esmagaram as correntes de esquerda não-autoritárias, permitindo a emergência e vitória do franquismo. Ainda sobra tempo para meditar nisso. Mas este tempo é exíguo.

* Professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas e da Unicamp

Saúde do trabalhador: a vida pela metade

Cerca de 80 sindicatos de todo o país estão querendo realizar no segundo semestre deste ano o primeiro congresso brasileiro sobre a saúde do trabalhador. É um tema delicado e complexo sobre o qual não existem dados confiáveis. As poucas estatísticas oficiais são desacreditadas pelos sindicatos, que imaginam poder criar um organismo de estudos e pesquisas de saúde, nos moldes do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômico (Dieese).

O ponto de partida dessa briga por melhores condições de saúde foi um estudo do Sindicato dos Ceramistas de Jundiá (SP), que constatou uma altíssima incidência de silicose entre os trabalhadores de minas, pedreiras, olarias, cerâmicas e marmarias. Segundo os dados levantados, 10% a 15% dos operários do setor acabam adquirindo a silicose num prazo de cinco a 10 anos. A silicose é uma doença pulmonar provocada pela aspiração da sílica, uma poeira branca que sai das pedras.

Segundo os sindicatos operários — que começam a trabalhar em conjunto com sindicatos de médicos — existem de 150 mil a 200 mil trabalhadores brasileiros expostos à sílica. Destes, 30 mil seriam portadores de silicose irreversível. No entanto, os sindicatos reconhecem que é impossível calcular o número de operários atingidos por outras doenças pulmonares provocadas por poeiras de asbesto, berilo, mica, ferro, bauxita, bagaço de cana, algodão, sisal, linho, cânhamo e outros produtos.

As doenças pulmonares preocupam os sindicatos porque são progressivas e irreversíveis, afetando diretamente a capacidade de trabalho e o tempo de vida. Num documento publicado no ano passado, 45 sindicatos paulistas denunciavam: "Como os trabalhadores brasileiros começam a vender sua força de trabalho muito cedo, essas doenças se tornam evidentes entre 30 a 45 anos, em plena idade produtiva". Ou seja, o trabalhador é destruído no meio da vida.

As estatísticas oficiais não catalogam suficientemente as doenças pulmonares. Segundo o Ministério do Trabalho, há uma tendência à redução das doenças profissionais, cujo total entre 1971 e 1976 teria sido de 17.282 casos. Deste total, 95% seriam relativos a dermatoses, surdez e saturnismo. As doenças pulmonares estariam incluídas entre os 5% restantes. No entanto, segundo os sindicatos paulistas, apenas em Jundiá e Criciúma (SC), o número diagnosticado de doenças pulmonares — cerca de 800 — já representaria os 5% das "outras doenças profissionais típicas".

O Ministério do Trabalho, também afirma que estão diminuindo os acidentes de trabalho. Esse índice teria caído de 15,57% para 8,45% sobre o número de trabalhadores segurados no INPS, entre 1974 e 1978. Os sindicatos respondem: "É difícil aceitar uma redução de 25% nos acidentes de trabalho nos últimos quatro anos, já que as condições de trabalho nas empresas — as condições inseguras — não têm melhorado".

Antes de fazer o congresso sobre a saúde do trabalhador, os sindicatos estão tentando levantar dados que permitam uma discussão mais profunda do problema. Aí está a grande dificuldade, pois fora das estatísticas oficiais não há fontes de informação. Os dados existentes são escassos e parciais. Alguns, porém, são impressionantes. Entre os 700 mil metalúrgicos do estado de São Paulo, por exemplo, há 8.771 operários completamente surdos por causa dos ruídos no ambiente de trabalho, enquanto 48.869 sofreram perdas auditivas de diferentes graus.

Raquel Soares, SP

Quando a gente fala em testa-de-ferro, este homem dá uma gargalhada

Por NOE MESQUITA

No início de outubro, os jornais brasileiros publicaram um manifesto em defesa da democracia assinado por dezenas de entidades empresariais de todo o país. A publicação, afirmando um compromisso com a vocação democrática da nação, em favor das liberdades individuais, da livre iniciativa e da justa distribuição dos frutos do progresso, não obteve o impacto esperado. Pelo contrário, recebeu críticas por ser defasado e possuir um conteúdo de difícil credibilidade, pois em anos anteriores as mesmas entidades divulgaram manifestos de apoio ao autoritarismo do regime político brasileiro.

O articulador do manifesto de outubro foi Mário Garnero, um dos sujeitos mais hábeis e insinuantes da cena econômica brasileira na década de 70. Aos 42 anos, ele superou amplamente os contornos e limites de uma carreira iniciada como genro do velho Monteiro de Carvalho, chefe do grupo econômico Monteiro Aranha, proprietário de 20% do capital da Volkswagen do Brasil. Há apenas seis anos, Garnero era um diretor menor da Volks brasileira, onde representava os interesses do sogro. Foi eleito então presidente do Sindicato da Indústria Automotivística e de seu braço civil, a Anfavea, entidade poderosa que lhe serviu como trampolim para alcançar cargos nacionais e internacionais, numa carreira que não parece encontrar obstáculos nem resistências. Hoje é diretor influente na Volkswagen brasileira, na qual representa agora os 80% da matriz alemã (não é mais genro de Monteiro de Carvalho).

Sua última façanha foi conseguir, em meados do ano passado um lugar na Comissão Nacional de Energia (CNE), onde é um dos três representantes da iniciativa privada, ao lado dos especialistas em energia Eduardo Celestino Rodrigues e Ney Webster de Araujo. Sua função na importante CNE é, na realidade, representar e defender a participação dos capitais externos nos projetos de desenvolvimento energético do Brasil. Uma função que ele exerce também como presidente do Brasilinvest, um banco de investimentos formado por cerca de 60 acionistas da Europa, da América do Norte e do Brasil, de acordo com uma composição acionária arquitetada pelo próprio Garnero, em 1975, ano em que organizou e promoveu um seminário em Salzburg, na Áustria, para mostrar aos empresários de todo o mundo as oportunidades de negócios no Brasil.

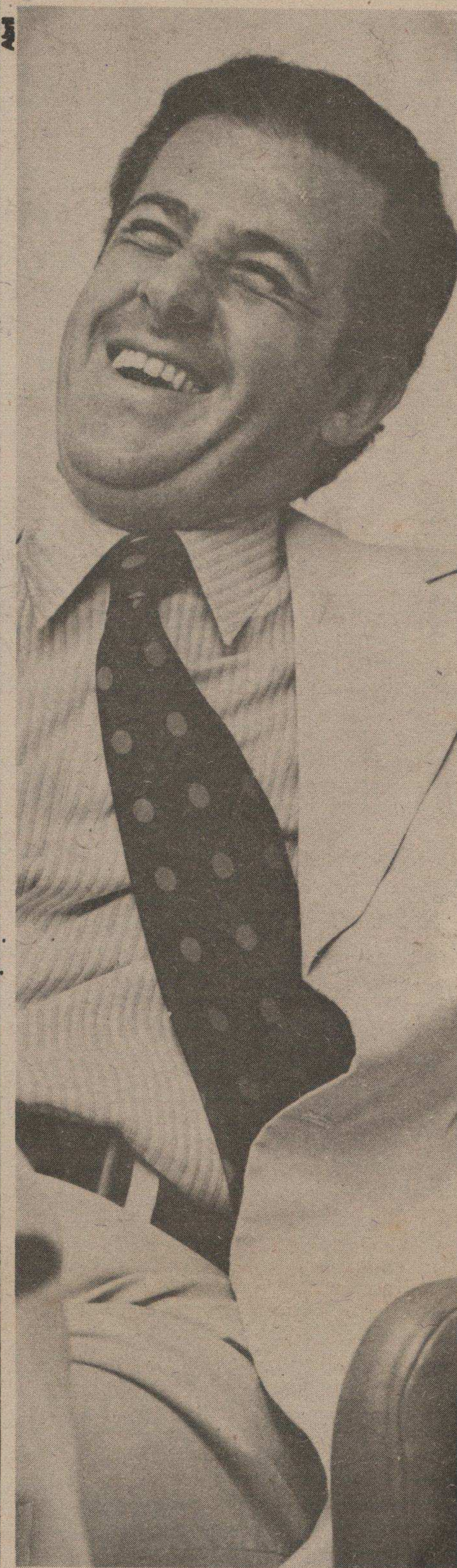
Além disso, como presidente de outro organismo, o Fórum das Américas, Garnero tem promovido debates sobre integração econômica entre os países da América Latina e da América do Norte, como ocorreu no início de 1979, em São Paulo, onde se reuniram centenas de empresários de vários países para palestras e debates prestigiados por ministros brasileiros e até pelo presidente da República.

Com esse pique surpreendente, Garnero acabou arranjando para si mesmo um lugar estratégico na galeria de empresários com influência na economia e na política do Brasil. É verdade que o seu nome nunca aparece na lista de empresários citados como possuidores de pensamento próprio — Claudio Bardella, Severo Gomes, José Mindlin, Laerte Setúbal, Dilson Funaro, Jorge Gerdau Johanpeter, Einar Kok, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, Abilio Diniz, Paulo Francini e os irmãos Antonio e José Ermirio de Moraes Filho. Enquanto todos esses representam a corrente que se convencionou chamar de "empresariado nacional", Mario Garnero corre numa faixa própria, agindo como uma espécie de delegado e porta-voz de capitais estrangeiros.

Na prática, ele defende a abolição das fronteiras nacionais para que os capitais internacionais possam agir livremente, apenas disciplinados pelo estado. A esse tipo de pensamento, naturalmente agradável às empresas transnacionais, Garnero alia uma considerável dose de ambição pessoal, combinada a um raro senso de oportunidade. Por isso, alguns de seus colegas do mundo dos negócios não o toleram. Em 1977, no curso de um conflito de interesses setoriais entre a indústria automobilística e a indústria de auto peças, o presidente do Sindipeças, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, famoso pela sua franqueza, afirmou à imprensa que Garnero não passava de "um pelego da Volkswagen". Incomodado, Garnero abriu um processo judicial por difamação e calúnia contra Vidigal, que teve de se retratar publicamente.

Atualmente, Garnero sente-se tão à vontade em suas posições antinacionalistas que simplesmente acha graça quando lhe perguntam se é realmente um testa-de-ferro. Foi assim, com sarcasmos e evasivas, que ele repeliu uma pergunta feita num programa de televisão, em São Paulo, sobre sua atuação empresarial. Para ele, testa-de-ferro é um termo ultrapassado no mundo sem fronteiras de hoje. De fato, estão superados os tradicionais testas-de-ferro misteriosos que fugiam da imprensa e agiam nas sombras, conchavando influências e interesses nos círculos fechados do poder e do dinheiro.

No Brasil, não existe melhor exemplo dessa mudança do que o próprio Garnero, que joga aberto, dá entrevistas, escreve artigos em jornais, organiza seminários e articula manifestos inspirados no liberalismo. Mais do que um testa-de-ferro, o dirigente da Volks, da Anfavea, do Brasilinvest e do Fórum das Américas é um novo espécime gerado pela recente evolução da economia brasileira, que se internacionalizou e sofre crescentemente os reflexos de decisões tomadas em outros países como diz o jovem em-



Garnero: correndo em faixa própria

presário Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, com uma ponta de orgulho, "todos nós, jovens empresários, somos filhos da Revolução de 1964, e filhos legítimos". O qualificativo cabe também a Garnero, uma espécie de agente da Trilateral(*) no Brasil.

Esta não é uma função que lhe caiu nas mãos por acidente. Ao contrário, Garnero sempre ostentou uma visão internacionalista pró-americana. Em seu currículo pessoal, por exemplo, ele faz questão de lembrar que entre outras atividades, como a de presidente do Centro Acadêmico 22 de agosto, da Faculdade de Direito da PUC, de São Paulo, em 1961, foi o promotor da visita do ex-senador norte-americano Robert Kennedy ao Brasil, em 1964, e o responsável pela vinda ao Brasil e programação de estudos em São Paulo do ex-secretário de estado norte-americano, Henry Kissinger, também no ano de 1964.

Quando foi eleito presidente do sindicato da indústria de veículos, ele parecia destinado a tornar-se um futuro presidente da Fiesp, a mais poderosa federação industrial da América Latina. Com o tempo, porém, ficou mais ou menos claro, principalmente para ele, que os industriais paulistas não gostariam de passar a sua federação para as mãos de um empresário identificado com as multinacionais. Garnero, que dirigiu temporariamente o Projeto Rondon, há alguns anos, é tido também como um velho candidato a ministro da Indústria e do Comércio. No entanto, como também lhe parece meio problemático conseguir um cargo público importante no país, uma das hipóteses mencionadas por empresários paulistas é a de que Garnero está trabalhando atualmente para ser secretário da OEA, a Organização dos Estados Americanos, órgão da ONU em que ele poderia tentar executar suas idéias de integração econômica multinacional e intercontinental.

*A Trilateral é um comitê formado por empresários, banqueiros e políticos dos três blocos econômicos mais importantes do mundo capitalista: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Arregimentada por iniciativa do recentemente falecido David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank, a Trilateral luta para preservar o sistema capitalista, ainda que tenha de promover-lhe uma reforma, dando-lhe uma face mais humana (daí a política de defesa dos direitos humanos iniciada por Jimmy Carter), para enfrentar os perigos representados pelo distanciamento entre os países pobres e os países ricos.

O pensamento de Mário Garnero

Sobre a interdependência econômica: "A rejeição apriorística do processo de interdependência econômica hoje em curso, em escala planetária (...), expõe os partidários de tal tese ao ridículo de um pensamento paroquial, em claro contraste com a grandeza já alcançada pelo Brasil" (5/5/75).

Sobre os empresários: "Estamos tomando posições que nos levam ora contra a estatização, ora contra as multinacionais, sem ficarmos a favor de nós mesmos" (2/12/75).

Sobre as multinacionais: "As multinacionais não têm poder sobrenatural, mas eficiência no exercício administrativo" (2/12/75).

Sobre a democracia: "O exercício dos negócios se identifica estreitamente com os postulados definidores da democracia no plano político-social, pois que a democracia não constitui apenas a manifestação da liberdade em si, mas a utilização plena e integral da inteligência e do esforço coletivos" (5/5/75).

Sobre a reforma partidária: — "A criação de novos partidos, num futuro próximo, representará uma redistribuição do poder político. Para o empresariado (...) Os empresários devem entender que a reformulação partidária implicará a tomada de decisões baseadas nos votos (...) Nas relações entre os empresários e o poder, não serão necessários apenas os números e os estudos de viabilidade. O número de votos de quem decide terá um peso relativamente maior" (21/8/78).

Sobre os trabalhadores: "Os trabalhadores precisam conscientizar-se de que, na estrutura econômica, eles representam ao mesmo tempo o papel de produtores e consumidores. Nessa condição, ao produzirem mal, eles terminam por consumir mal;

ao gerarem pressões excepcionais no campo salarial, eles tendem a absorver as conseqüências dessas pressões" (31/10/78).

"Que se convençam as lideranças trabalhistas de que podemos (empresários e trabalhadores) atuar unidos, orientados pelo senso do bem comum que a sociedade requer de todos nós. Enganam-se os que pensam isolar os trabalhadores do processo de decisão. Por outro lado, é preciso que os trabalhadores se conscientizem de sua importância no processo produtivo, mediante atitudes consentâneas com a realidade que os cerca, os envolve e pode fazer deles beneficiários e vítimas" (31/10/78).

Sobre as ideologias: As ideologias estão perdendo substância e o que está acontecendo é a afirmação de posições políticas mais condizentes com as realidades dos países. Não é o caso de defender o socialismo de estado isoladamente ou, exclusivamente, defender a iniciativa privada (21/8/78).

Sobre o socialismo: "Falam-me, e ouço-as retumbantes, tal o ritmo de viva repetição, das excelências do regime comunista, repositório de uma pretensa sociedade igualitária, em que não existiriam nem pobres, nem ricos. Em face da realidade brasileira, isso me parece desonestidade intelectual..." (2/5/79).

Sobre os capitalistas brasileiros: "Temos incorporado, ao longo de nossa formação, uma estranha aversão ao lucro, ao progresso, ao êxito das empresas e de seus gestores. Esse sentimento preconceituoso suscita dubiedades junto a segmentos de poder, e dissemina na opinião pública dúvidas infundadas quanto à real capacidade do sistema de economia de mercado de resolver a chamada questão social" (2/5/79).

Sobre quem combater: "Os extremistas e os radicais devem ser combatidos, também, devem ser os oportunistas, os líderes de ocasião e os que se travestem de vanguardistas" (26/12/78).

Sobre o capitalismo: "Por que não proclamarmos nossa firme crença num capitalismo democrático, quando sabemos, menos pelo proveito pessoal dele retirado e mais pela experiência acumulada na promoção de riquezas abrangedoras, que este é o sistema que melhor se ajusta à condição humana, melhor responde às ambições e condicionamentos humanos?" (21/5/79).

Sobre a estatização: "O princípio do intervencionismo estatizante é o vestibular do socialismo" (4/5/79).

Sobre o diálogo: "Sem radicalização o diálogo é factível, e a partir do diálogo a radicalização exaurir suas forças" (25/5/79).

Sobre os economistas latino-americanos: "Dá-se tristeza ver a América Latina envolvida até pelas elucubrções de teóricos, que retratam dramas e misérisas, mergulham fundo no autoflagelo e na autocomiseração; mas se mostram incapazes de formular uma alternativa viável para os problemas continentais" (18/6/79).

Sobre a missão do empresário: "Dentro da missão do empresariado, avulta a tarefa de dizer e demonstrar ao povo que somos a favor da prosperidade coletiva e, nela, do avanço e das conquistas de cada cidadão, defendemos a liberdade de todos, mediante uma estrutura de respeito mútuo e recíproco aos diferentes interesses e pleitos que animam a sociedade brasileira; condenamos o exercício abusivo da posse e do controle do capital, especialmente o uso deste fator produtivo em detrimento do interesse social; apoiamos a atuação mediadora do estado (...); repudiamos os radicalismos em geral..." (21/5/79).

OS RELATÓRIOS DO EXÉRCITO SOBRE A GUERRILHA

Por OSMAR TRINDADE/ELMAR BONES

A perseguição aos guerrilheiros de Carlos Lamarca no vale do Ribeira, em 1970, e a morte do capitão que liderava a luta armada no sertão baiano, em 1971, contadas em relatórios reservados do Exército

Há alguns meses, depondo na Câmara dos Deputados, em Brasília, o ministro Walter Pires, do Exército, fez uma surpreendente revelação, ao afirmar que as Forças Armadas tiveram 95 mortos e 235 feridos na luta contra os grupos armados de esquerda, entre o final da década de 60 e o início da década de 70.

Foi a primeira vez que uma autoridade militar citou publicamente as baixas da "guerra civil" que se desenrolou nos bastidores do período de prosperidade econômica conhecido como *milagre brasileiro*, entre 1968 e 1974.

Apesar de tudo, o assunto ainda permanece quase absolutamente fechado para o governo, geralmente disposto a ocultar as reais dimensões desse fenômeno político que teve seu auge no período de 1969/71, sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici.

Alguns militares — como o recém-falecido general Hugo Abreu, comandante das tropas que combateram as guerrilhas do Araguaia — acham que já é tempo de liberar as informações sobre a luta armada, para que a população brasileira não continue alheia a fatos recentes da história do país.

Salvo esporádicas referências na época em que ocorreram, os episódios da luta armada só começaram efetivamente a aparecer na imprensa a partir da segunda metade do governo Geisel (1974-1979), graças à iniciativa isolada de alguns jornalistas. Entretanto, restam ainda lacunas imensas na história político-militar do período que se inicia com a edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, quando o Congresso foi fechado, mandatos foram cassados, direitos políticos foram suspensos, a censura baixou sobre a imprensa e a ideologia da segurança nacional tomou conta do país.

Conhecidos como o período mais negro da ditadura militar, os primeiros anos do governo Médici (1969-1974) registraram assaltos a bancos, seqüestros de personalidades, tiroteios entre militares e esquerdistas, banimentos, exílios forçados ou voluntários, cassações e violências de toda espécie, com especial destaque para o capítulo das torturas que ainda hoje continuam sendo denunciadas.

Fracionada em diversos grupos que, somados, não passavam de algumas centenas de militantes, a ala da esquerda que pegou em armas contra o regime político brasileiro teve três principais chefes militares: Carlos Marighella, Joaquim da Camara Ferreira e Carlos Lamarca, todos saídos do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, que na época condenava o emprego da luta armada. Os três foram objeto de intensa caçada por parte das Forças Armadas.

Marighella, autor de um manual de guerrilha e chefe da Aliança Libertadora Nacional (ALN), o principal grupo militar de esquerda formado no país, foi morto pelo DOPS numa rua de São Paulo, em novembro de 1969.

Joaquim da Camara Ferreira, conhecido como "o Velho", que assumiu o comando da ALN após a morte de Marighella, foi liquidado também em São Paulo, em outubro de 1970.

E Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército, do qual desertou em janeiro de 1969, carregando fuzis e munição, que passou pelas fileiras da ALN, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) foi morto no sertão da Bahia, em setembro de 1971.

Esse trabalho de resgate da história, de certa forma, já teve início. Em novembro último, por exemplo, foi lançado o livro *Desaparecidos Políticos*, organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa. Baseados em levantamentos próprios e de entidades vinculadas ao movimento pela anistia, eles relacionam 120 desaparecidos e mais de 200 mortos nas fileiras da esquerda entre 1964 e 1979.

Por sua vez, alguns setores do governo, inclusive na área militar, parecem inclinados a facilitar a reconstituição de alguns momentos mais obscuros da história recente do país. O próprio depoimento do ministro Walter Pires na Câmara, por acidente que pareça, é um indício de que as Forças Armadas começam a romper a barreira do sigilo. No caso, sua contribuição é fundamental, pois são as Forças Armadas que detêm o maior acervo de informações sobre esse período.

Não é segredo que os órgãos de segurança especializados na coleta e interpretação de informações, sob o pretexto de combater as ameaças de subversão, passaram por um processo de completa modernização a partir de fins da década de 60. Estórias de censura postal e escuta telefônica, que se tornaram rotineiras nos últimos anos, fizeram do SNI um órgão assustadoramente familiar no dia-a-dia de políticos, militares, jornalistas, professores, artistas e dirigentes sindicais brasileiros. Não por acaso, portanto, a chamada comunidade de informações — que abrange todos os funcionários dos órgãos de segurança como SNI, CIE, Cisa, Cenimar, Dops e outros — armazenou nos arquivos e computadores das Forças Armadas um extraordinário volume de material sobre a vida e a morte de brasileiros de norte a sul, principalmente os adversários e inimigos do regime político atual. Em contrapartida, os brasileiros em geral, e mesmo os que têm o dever de sabê-los (como os políticos), pouco conhecem do funcionamento, métodos, estrutura e dimensão dos órgãos de segurança, seus correlatos e similares.

Dados esparsos indicam que, para-

lamente ao reequipamento dos órgãos de segurança, ocorreu no período da luta armada uma considerável modernização das Forças Armadas, que extraíram inúmeras lições da prática para modificar seus métodos de trabalho. Nesse terreno, é importante constatar a evolução do comportamento militar do primeiro ao último movimento armado de contestação.

Em 1965, quando o coronel Jefferson Cardim Osório, liderando um grupo de 33 homens ligados a Leonel Brizola, aposentou-se de um caminhão militar em Três Passos (RS) e saiu armado de espingardas e revólveres rumo ao Paraná, a fim de implantar ali um foco guerrilheiro, o Exército brasileiro, surpreendido, teve dificuldades para mobilizar-se na caça àqueles aventureiros, que acabariam sendo presos dias mais tarde, cercados no sudoeste paranaense.

Dois anos depois, em abril de 1967, as Forças Armadas já pareciam melhor preparadas para enfrentar tentativas de guerrilha, tanto que desfizeram facilmente — ajudados pela desorganização adversária, naturalmente — o núcleo esquerdista que pretendia iniciar um movimento guerrilheiro na Serra do Caparaó, na divisa Minas-Rio-Espirito Santo.

Até então, descontado o sigilo exigido por operações militares, as Forças Armadas não criaram maiores obstáculos ao trabalho dos jornalistas que podiam circular com relativa liberdade no cenário dos conflitos. Em relação a Caparaó, considerada a primeira tentativa mais séria de iniciar um foco de guerrilha, o próprio Serviço de Relações Públicas do Exército cuidou de produzir um relatório minucioso com a versão oficial dos acontecimentos. Depois, tudo se tornou mais difícil: as Forças Armadas foram se fechando e os jornalistas passaram a encontrar crescentes dificuldades em sua tarefa de registrar os acontecimentos.

Hoje, em conseqüência, ainda se conhece pouco sobre os principais capítulos da *guerra civil* brasileira.

Entre abril e junho de 1970, por exemplo, as Forças Armadas do Brasil realizaram uma das maiores mobilizações militares desde o fim da II Guerra Mundial, a fim de destruir uma base de treinamento de guerrilha da VPR no Vale do Ribeira, a 200 quilômetros de São Paulo. Na época dos acontecimentos, os poucos repórteres enviados à região não puderam acompanhar as operações. Além disso, por cautela ou censura, jornais e revistas mal tocaram no assunto. Até hoje, a reportagem mais ampla sobre o assunto, ainda assim incompleta, foi publicada em setembro de 1978 pela revista *Veja*. Em agosto de 1979, a *Folha de São Paulo* publicou novos detalhes da questão.

A grande mobilização militar no Vale do Ribeira deveu-se em boa parte à presença no local do procuradíssimo Carlos Lamarca, que acabaria escapando após um cerco de 40 dias. Apesar do seu relativo fracasso, as operações militares no Ribeira proporcionaram a talvez mais importante experiência prática às Forças Armadas, que aplicariam suas lições em outros episódios decisivos da *guerra civil*, especialmente a caçada final a Lamarca, no interior da Bahia, e o combate à guerrilha do Araguaia, no interior do Pará.

Para compreender como e porque as cenas do Ribeira significaram um aprendizado para as Forças Armadas, basta ler o relatório oficial sobre o assunto, que até agora permanece reservado. Os trechos que seguem são transcrições desse relatório, assinado pelo general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército, de São Paulo, em 1970. É a primeira vez que se publica o ponto de vista militar sobre os episódios que, dentro das Forças Armadas, ganharam o nome de operação Registro. Quase dez anos depois de sua realização, é também a primeira vez que se divulgam cifras reais sobre o efetivo militar empregado no Ribeira. Até agora, persistia o mito de que o Exército havia lançado entre cinco mil e 20.000 soldados contra Lamarca. Na verdade, as tropas não chegaram a dois mil homens, ou seja, menos de 200 por guerrilheiro.

Num outro relatório assinado pelo general Argus Lima, está a versão oficial da caçada final e a morte de Carlos Lamarca no sertão baiano, documento igualmente inédito.



Ribeira do Ribeira

O que a guerrilha do Ribeira ensinou ao Exército

Sucesso ou fracasso?

O relatório do general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército na época, não apresenta respostas conclusivas sobre o resultado da operação militar realizada durante mais de 40 dias no vale do Ribeira, em meados de 1970, quando mais de 1.600 soldados foram mobilizados para combater uma dezena de guerrilheiros.

Em sua análise, porém, o general deixa claro que houve erros e falhas lamentáveis, a começar pelo emprego precipitado da tropa numa missão que poderia ser melhor resolvida por um grupo bem treinado de agentes policiais. Outros senões apontados foram o despreparo e a falta de motivação dos soldados, a deficiência das comunicações e uma série de dificuldades operacionais ocasionadas pela estrutura inadequada das Forças Armadas. De positivo, o general aponta o apoio da população civil.

Positivos ou negativos, favoráveis ou desfavoráveis, cada um dos aspectos da operação militar é analisado minuciosamente ao longo das 40 folhas do relatório, cuja maior parte — afóra a descrição dos eventos militares mesmo — dedica-se a comentar as falhas e sugerir as correções necessárias. Algumas recomendações, quanto ao combate à subversão, saem do terreno militar, como se pode verificar ao longo das transcrições que seguem.

Principais falhas encontradas no apoio logístico

a — Na estrutura da 2ª Região Militar

A 2ª Região Militar, como as outras RM, não está aparelhada para desempenhar as funções de Apoio Logístico a tropas em operações. Seus órgãos, constituídos de Estabelecimentos, Depósitos e Parques, são fixos. Para a organização do Destacamento Logístico, houve necessidade de se improvisar com os meios existentes, normalmente com prejuízo das funções normais dos órgãos. Chegou a 16 (dezesesseis) o número de Organizações Militares que integraram o Destacamento Logístico com equipamento e pessoal.

b — No Suprimento Classe I

— Foi notada a falta de conhecimento no uso da ração R2 (Ração Operacional). Algumas Unidades as consumiram sem abater do número de rações normais (R1). A tropa consumia R2 sem autorização.

— O Estabelecimento Regional de subsistência/2 estava com suas rações R2 com prazo de consumo vencido, portanto, sem nível em rações operacionais. A dotação prevista para 1970 ainda não havia sido recebida do órgão provedor.

— Foi sentido pela tropa que o acondicionamento da ração R2 não facilita ao homem seu transporte, face ao seu volume e peso.

— As Unidades não tinham controle dos efetivos a alimentar, baseando seus pedidos em estimativas.

— As cozinhas das Unidades apoiavam por área, ultrapassando em muito suas capacidades.

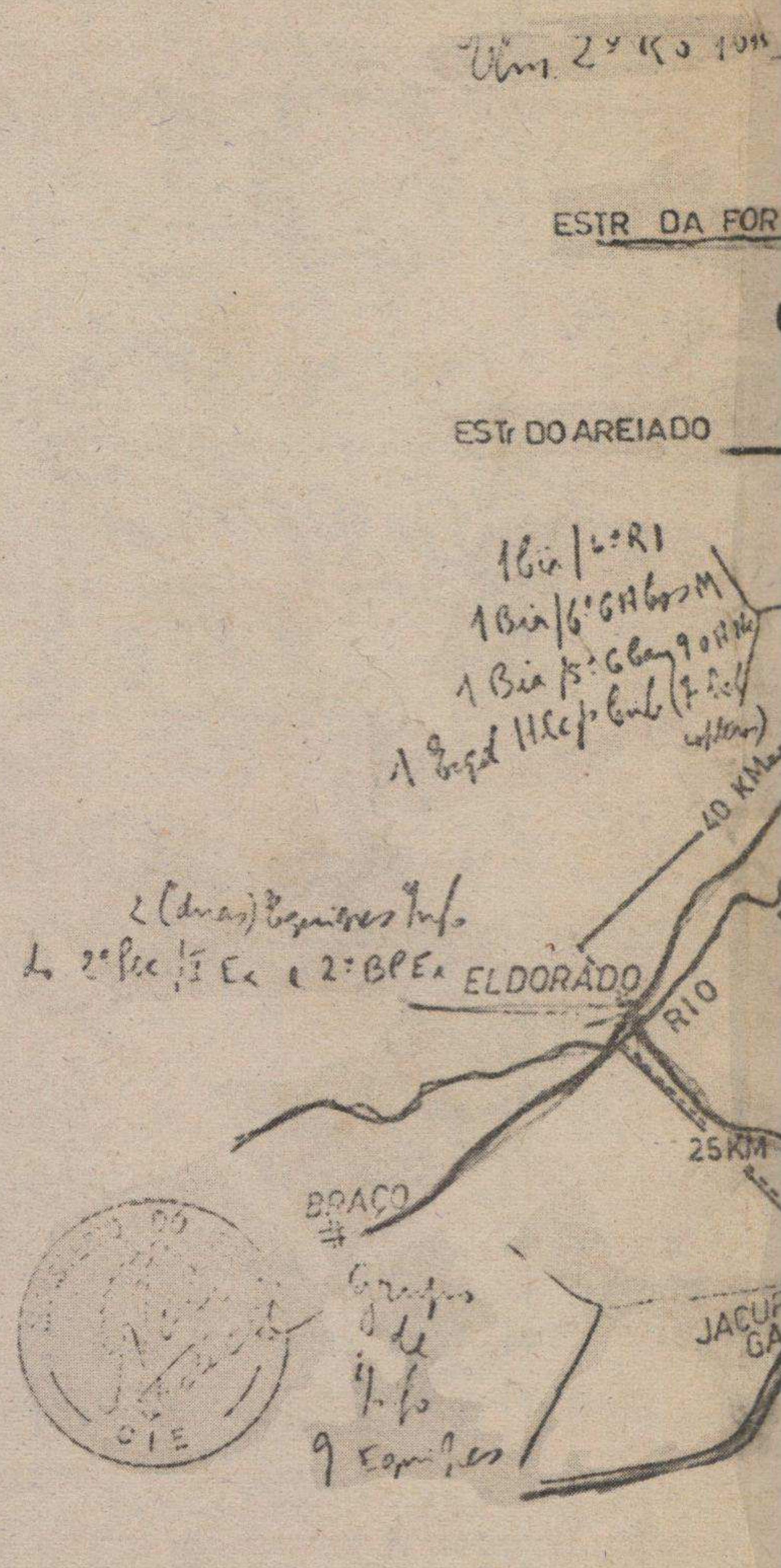
— A quantidade tabelada foi considerada insuficiente para tropa em operações, particularmente tendo em vista a flutuação dos efetivos apoiados pelas cozinhas.

— O Destacamento Logístico sentiu dificuldades em suprir as Unidades em gêneros perecíveis. A falta de viaturas frigoríficas impossibilitou o fornecimento de carne pelo ERS/2. A solução foi dada pelo fornecimento de numerário às Unidades para aquisição nas proximidades das cozinhas.

General José Canavarro Pereira, autor do relatório sobre a operação do Vale do Ribeira, ao lado de Abreu Sodré, governador de São Paulo, na época, e o mapa da zona de operações.



Geraldo Guimarães/Abril



— A tropa sentiu falta de cigarros na ração R2.

c — No Suprimento classe II/IV

— O tecido de que é feito o uniforme de campanha dos soldados não resiste às ações através de matas. A costura dos mesmos também deixou muito a desejar.

— Os coturnos, à semelhança dos uniformes, também não resistiram às operações, mesmo de elementos que não se engajaram nas ações (Dst Log.). Foi um dos pontos que mais chamou a atenção dos Comandantes de Subunidades e Unidades.

— Algumas Unidades se deslocaram para a área de operações com seus homens sem uniformes e calçados de troca, sem seu material de estacionamento.

d — No Suprimento Classe III

— O DRMM/2 empenhou todos os seus meios para compor o Destacamento Logístico. Ficou sem flexibilidade para atender outra área que necessitasse de seu apoio.

— As Unidades deixaram de conduzir a totalidade dos camburões para combustível existentes. Isso dificultou muito o reabastecimento.

— Em certos momentos, o sistema de Suprimento Classe II ficou na dependência do combustível existente nos postos civis da área de REGISTRO, nos quais as viaturas ou cisternas eram reabastecidas para posterior reposição pelo Destacamento Logístico.

— Foi sentida a falta de tonéis para combustível. As Unidades que levaram tiveram seu reabastecimento facilitado.

e — No Suprimento Classe V

— A principal falha apontada no que tange à Classe V foi o fato de que algumas Unidades não levaram suas dotações orgânicas, ocasionando pedidos de munição ao DRAM/2.

— E como conseqüência da falha anterior, algumas Unidades ainda deixaram de retirar seus pedidos de Classe V.

f — Diversos

— A falta de conhecimento dos efetivos existentes na área, bem como das organizações que aí operavam (Exército, Aeronáutica, Polícia Militar, DOPS, etc.) trouxe grande dificuldade na organização inicial do Destacamento Logístico.

— Algumas Unidades não realizaram a manutenção de 1º e 2º escalão em suas viaturas.

— Foi notado certo desconhecimento no que tange a normas de suprimento. Certos tipos de material foram pedidos diretamente a escalões superiores, fora da cadeia de suprimento.

— Algumas Unidades não conduziram seus reboques cisternas.

— A maioria das cozinhas utilizou gás nas suas cozinhas de campanha, trazendo problemas de suprimento, por não ter item previsto.

Apoio de Comunicações

A inexistência de um Batalhão de Comunicações na área de II Exército fez com que a operação fosse apoiada pelo pessoal e material da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo,

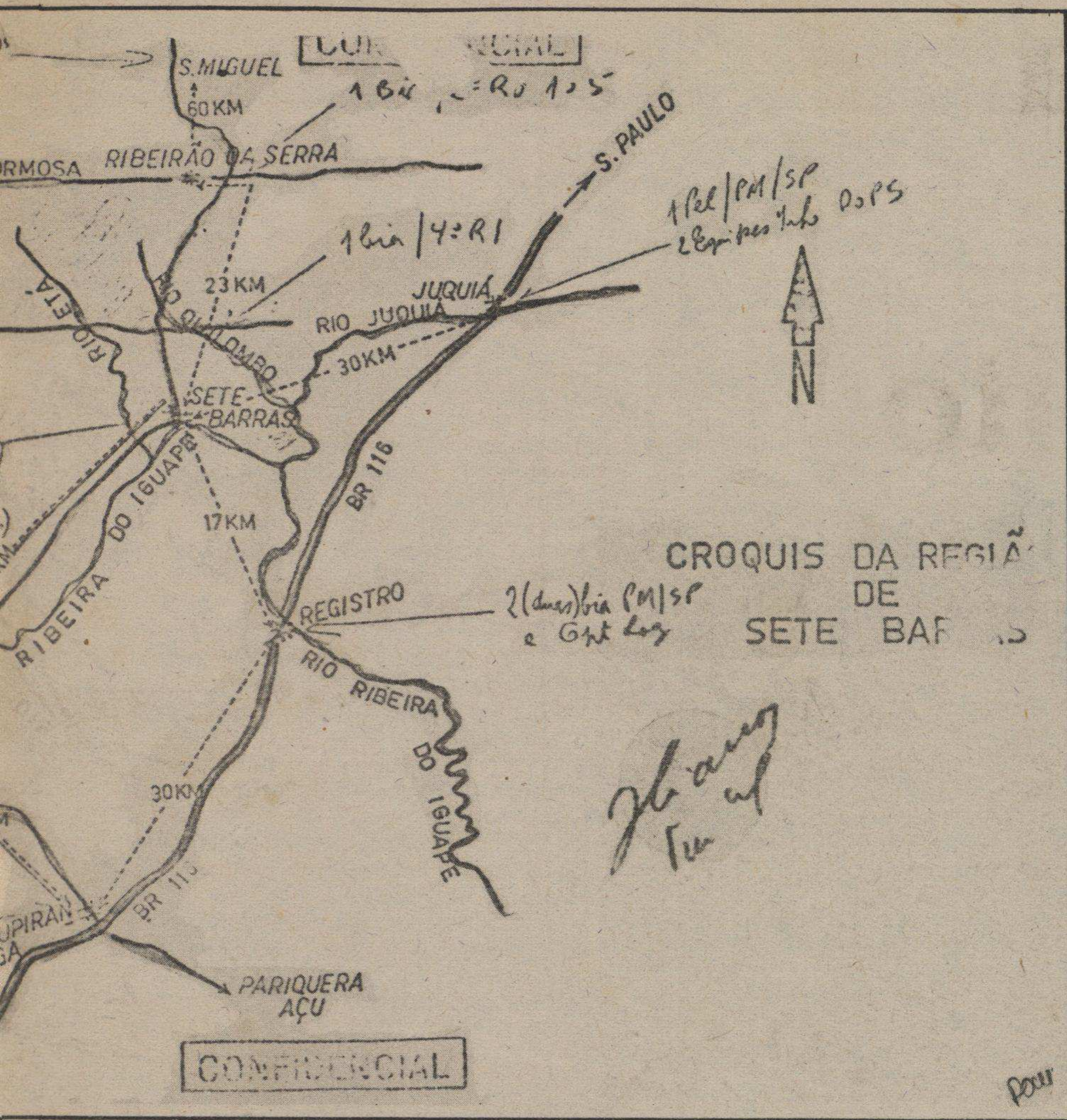
com todas as improvisações e adaptações que se fizeram necessárias. No que pese a esplêndida colaboração prestada pelo Serviço de Comunicações da Polícia Civil, é fácil compreender-se os problemas que surgiram com o emprego dos meios de comunicações da Polícia.

Não foi possível, por exemplo, estabelecer a padronização das regras de exploração, nem o emprego dos sistemas de autenticação, em virtude da maioria dos operadores serem elementos civis.

Face à impossibilidade, logo de início, de se empregar um sistema de código e cifras, as informações mais importantes não podiam ser transmitidas pelo rádio, a



O Exército mobilizou 1.600 soldados, que acamparam na região durante 40 dias em abril/março



fim de não comprometerem a segurança. Somente mais tarde, já na 2ª fase da operação, é que se pôde estabelecer um sistema de código, para a transmissão e recebimento de mensagens sigilosas. O material utilizado pelas Unidades do Exército, se bem que em número reduzido, funcionou satisfatoriamente.

Os novos conjuntos rádios, o EB-11 AN/GRC-9 e o EB-11 AN/PRC-25 demonstraram boa eficiência no seu funcionamento. O único problema surgido em relação a estas estações, foi a carência de baterias (pilhas) para o AN/PRC-25.

Outro problema que apareceu foi a inexistência de um equipamento rádio por-

tátil para ser usado na selva durante a execução das patrulhas.

Apoio de outras Forças

1 — Força Aérea

As operações foram apoiadas pela Força Aerotransportada, através de helicópteros e aviões. Os helicópteros foram largamente utilizados nos reconhecimentos ou transporte de tropas; quando se necessitava colocar a tropa em determinadas regiões para efetivação imediata de cerco. Estes reconhecimentos e transportes são muito eficientes, porém, prejudicam o sigilo da operação e denunciam nossas intenções. É quase impossível reconhecer o inimigo na selva, através de reconhecimento aéreo, pois a cobertura lhes é muito favorável. Entretanto, tais reconhecimentos são particularmente úteis para verificação de nossos dispositivos e a atualização de cartas. Os helicópteros foram também utilizados na evacuação de feridos, no suprimento de elementos lançados em regiões de difícil acesso e no metralhamento de áreas suspeitas. Os aviões T6 e B26 foram usados na inquietação do inimigo através de bombardeios e tiros diretos de metralhadoras. Aviões e helicópteros do SAR foram, também, empregados no transporte de feridos dentro da área e desta para os hospitais da guarnição. É necessário haver entrosamento de nossa instrução com a Aeronáutica a fim de se aproveitar em toda plenitude o apoio proporcionado pelos helicópteros e aviões.

2 — Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo participou ativamente de toda a operação, não só como órgão de busca de informes como, também, na instalação de barreiras e na exploração das comunicações. As buscas de informes e o trabalho de comunicações foram realizados pela Polícia Civil. O estabelecimento de barreiras esteve entregue à Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Problemas levantados:

— Os fatos provaram o despreparo da maioria da tropa da Polícia Militar do Estado de São Paulo para o tipo de operações que foram realizadas na área:

— Ficou evidenciada a necessidade de manter um Oficial de ligação da Polícia Militar junto ao Estado Maior operacional;

— A tentativa de utilização de cães especializados da PMESP na prisão de furtivos não logrou êxito, em virtude da técnica utilizada pelos mesmos de usarem os cursos d'água como rota de fuga. No entanto, nos serviços de guarda, os cães se mostraram eficientes.

CONCLUSÕES

A. Considerações Preliminares

A OPERAÇÃO REGISTRO teve início com uma típica Operação de Informações, visando processar um informe obtido num interrogatório de um elemento aprisionado no RIO DE JANEIRO.

Precipitadamente, porém, diante das primeiras informações positivas sobre a existência do inimigo, transformou-se numa Operação Militar, visando aprisioná-lo ou destruí-lo, com o emprego, inclusive, de cobertura aérea por helicópteros e aviões T6, sem que se conhecesse exatamente o valor, onde e como se encontrava esse inimigo.

O resultado não poderia ter sido outro. O inimigo, que desde cedo vigiava nossos passos com dois observadores bem colocados, dispersou-se na mata que conhecia muito bem, em terreno acidentado e difícil e a operação transformou-se numa caça, por cercos, vasculhamentos e patrulhas, de pequenos grupos de homens que se diluíam e se escondiam com a maior facilidade.

Podemos considerar, assim, como primeiro erro cometido, e que se refletiu de maneira irreversível no restante da operação, o emprego precipitado da tropa pelo pessoal que se encontrava na área. A tropa viu-se na contingência de procurar, ela mesma, e agora em piores condições, porque feito através da mata que desconhecia, as informações de que necessitava para localizar o inimigo. Isto determinou um aumento sensível do efetivo a empregar, muito mais em função da extensão a percorrer do que do valor do inimigo, que se sabia ser fraco.

É certo que uma busca de informes, feita com mais profundidade e com menos precipitação e o estudo detalhado da área, conduziriam fatalmente ao emprego da tropa em melhores condições. Talvez mesmo, levasse à conclusão de que seu emprego, no caso, não seria necessário. É possível que a situação pudesse ser resolvida através de ação tipo policial, como tocaias, campanhas, emboscadas e outros artifícios menos ruidosos, capazes de conduzir a melhores resultados. Isto é particularmente vantajoso quando o inimigo é militarmente fraco, como no caso. Na realidade, este erro, provocado pelo aodamento, fruto da inexperiência e do louvável intuito de capturar o inimigo, no mais curto prazo, determinou o prolongamento das operações, emprestando-lhe uma importância que, na realidade, não teve.

Surge o primeiro grande ensinamento. Somente empregar a tropa em ações regulares, após certificar-se da situação, do valor e da localização do inimigo, ainda que para isso seja necessário perder algum tempo.

É preciso ter em mente que na guerrilha, o inimigo dificilmente aceita o combate. Somente o faz quando é surpreendido, ou quando toma a iniciativa, o que ocorre quando as condições lhe são muito favoráveis e ele consegue uma superioridade momentânea. É necessário então colhê-lo de surpresa.

Reverendo os fatos, verificamos que, em novembro de 1969, informes chegados nos davam conta da existência de guerrilheiros na área de REGISTRO. Os limitados recursos existentes na Subárea B, que possui na sua 2ª Seção apenas 1 Oficial e 2 Sargentos, não permitiram que fosse feito um processamento regular desses informes, que, pela sua imprecisão e generalização, foram considerados como muitos outros que chegam todos os dias e que, pelo mesmo motivo, não podem ser processados. Coincidentemente a OBAN estava, naquela época, assoberbada pelos trabalhos na Capital.

A atual situação exige que se faça, pelo menos, uma tênue cobertura de toda a área, à procura de possíveis locais de treinamento de guerrilhas. Esta tarefa é de responsabilidade dos Comandantes de subárea que, na verdade, não podem exercê-la por absoluta falta de meios. Diante da realidade como a que começamos a viver, não é suficiente fazer constar nos textos legais a atribuição, é necessário dar meios para cumpri-la. Temos que encarar objetivamente este problema. Temos a impressão de que já passamos da época de nos enganarmos mutuamente.

Ressalta aqui o importante papel que poderão desempenhar as Secretarias de Segurança dos Estados, através de suas

polícias, civil e militar, que, devidamente instruídas e motivadas, poderão prestar inestimáveis serviços. Infelizmente, a Polícia de São Paulo, com o efetivo de 70.000 homens, não tem motivação e está despreparada para ações desta natureza.

Convém ressaltar, na oportunidade, a importância da conquista da população civil, não só para que trabalhe em nosso favor, mas, principalmente, que negue seu apoio ao adversário. Na OPERAÇÃO REGISTRO ela colaborou decididamente conosco. Foram os civis que nos proporcionaram as melhores informações. Tivemos até o caso em que um morador da região veio entregar à tropa os 25 cruzeiros que lhe haviam pago por uma refeição fornecida a um subversivo.

Merece destaque a importância e a necessidade de se lançar mão de habitantes da área para servirem de guias à tropa, principalmente em regiões de mata densa ou florestas.

B. Principais ensinamentos colhidos no desenrolar das operações

1. Aspectos Táticos

(a) Cerco e Vasculhamento

As operações se realizaram basicamente sobre três aspectos, isolados ou simultâneos: cerco, vasculhamento e patrulhamento. Tiveram, porém, uma característica comum: a desproporcionalidade entre a extensão das áreas e os meios para realizar as operações, agravada, paradoxalmente, pelo pequeno vulto do inimigo.

O pouco conhecimento que se tinha inicialmente dos métodos e maneiras de agir do inimigo, particularmente quanto aos seus processos de deslocamento, alimentação e fuga, dificultou nossa ação para capturá-lo.

A experiência nos ensinou, porém, que o cerco em linha tênue, com homens excessivamente distanciados, como foi feito (houve subunidade que teve 20 km de extensão para vigiar), é precário e perigoso. Precário porque o inimigo, durante a noite, pode passar sem ser percebido, e perigoso, porque a qualquer hora pode ser rompido pela ação em força. É necessário então, ao realizá-lo, dispor-se de elementos fortemente armados, em lugares próprios, para dar-lhe profundidade e condições de atender a qualquer emergência. No caso de deficiência de meios para realização do cerco, será preferível ocupar pontos de possível passagem, agindo de tocaia ou emboscada. São particularmente propícios os locais onde exista alimentação (armazéns, casas particulares ou roças), pois o guerrilheiro — e foi o caso em geral em REGISTRO — não a carrega consigo, sendo obrigado a explorar os recursos locais. Os raros encontros assinalados, ocorreram justamente nesses locais.

Quanto ao vasculhamento, só deve ser utilizado quando o inimigo tem certo vulto. Aí, também, um elemento de choque deve estar à mão para atender a qualquer emergência.

(b) Sigilo das Operações

É da maior importância o sigilo das operações. No início das operações, dois observadores inimigos, como já dissemos, muito bem colocados, assinalaram toda nossa movimentação.

A redução drástica dos movimentos de pessoal, viaturas e aeronaves, uso de disfarces em trajes civis, habituais na área, de barba e cabelo crescido, de viaturas civis e outros artifícios, são recursos da maior eficiência. É necessário ter em mente que os processos convencionais de combate são, em sua generalidade, ineficazes. É importante que cada um desenvolva sua imaginação e criatividade, pois esta luta é de ardis, fintas e emboscadas. É a luta dos mais vivos e inteligentes.

O uso de disfarces pela tropa conduz à necessidade do uso geral e obrigatório de Senhas e Sinais de reconhecimento, para evitar choque entre nossos próprios elementos, como aconteceu entre duas patrulhas nossas, uma delas comandada por um Tenente-Coronel. Não esquecer que a Senha gritada, à distância, pode ser ouvida pelo inimigo convenientemente colocado, principalmente próximo às sentinelas. Será conveniente, também, a existência de um SINAL DE PERIGO para qualquer emergência que, se existisse, talvez tivesse proporcionado ao Sargento KONDO a oportunidade de alertar o posto que deteve a sua viatura.

(Continua)

(c) Segurança Individual e coletiva
Ressalta-se em todas as oportunidades a importância da segurança, tanto individual como coletiva.

Não permitir deslocamento de viaturas isoladas sob qualquer pretexto.

Qualquer ponto de suprimento ou instalação deve ter uma segurança conveniente. Para economia de meios, concentrá-los em locais de fácil defesa e, tanto quanto possível, fora da vegetação que facilita a aproximação do inimigo.

(d) Informações

A informação é fundamental no combate à guerrilha e por isso deve ser organizada com especial cuidado. Nesse sentido, a centralização dos seus trabalhos deve ser procurada sempre. A duplicidade de ação, mesmo involuntária ou feita com a melhor das intenções, é prejudicial porque pulveriza os informes e dispersa os esforços.

Uma Central de Informações, equipada com pessoal e material especializado, a fim de possibilitar a coordenação dos órgãos de busca, processamento de informe e a produção de informações necessárias à tomada de decisões pelo Comando, é medida que se impõe. A essa Central deverão ficar subordinados todos os elementos de informação existentes na área, inclusive policiais militares e civis, que os coordenará e os empregará de acordo com as necessidades e o conjunto de operações. Evitar-se-á, assim, a iniciativa de elementos subordinados que poderão prejudicar a conduta das operações, por desconhecimento global da situação.

Na OPERAÇÃO REGISTRO houve duplicidade de Agências de Informações em JACUPIRANGA e SETE BARRAS com resultados negativos. A PMESP também possuía uma Agência trabalhando independente.

É indispensável incutir em todos os escalões, desde o Soldado até o elemento mais graduado na área, a necessidade de que todo o informe coletado seja transmitido, pelo meio mais rápido possível, à Central de Informações, para que esta possa assessorar o Comando na tomada da decisão. É necessário, ainda, que a Central de Informações disponha também de recursos financeiros para poder recompensar informantes da região e pagar agentes recrutados na área, que deixam de trabalhar para nos servir. Em alguns casos a informação tem que ser considerada como um produto que se compra com dinheiro.

(e) Barreiras

As barreiras devem ter obstáculos e profundidade, contando com armas automáticas devidamente escalonadas e disfarçadas, em condições de atirar sobre qualquer elemento que venha forçar sua passagem. Devem também ter ligações de rádio entre si. O incidente de ELDO-RADO PAULISTA ilustra bem este fato. Os guardas foram alvejados ao se aproximarem da viatura e os subversivos fugiram porque ninguém cobria a sua ação.

(f) Armamento e Equipamento

No que toca ao armamento e equipamento, é oportuno ressaltar:

— Algumas Unidades estavam equipadas com mosquetão, que absolutamente não se coaduna com esse tipo de guerra. Isto teve influência no moral da tropa, que se considerava inferiorizada;

— Quanto ao equipamento, deve ser leve e tem que proporcionar, ao homem, capacidade de durar nas patrulhas e nas emboscadas. A adoção de um borsal-mochila onde possa levar cama-rola, plástico 2x2, rações, curativos, repelente, etc., seria uma solução. O facão de mato tornou-se uma peça eficiente e imprescindível no equipamento a ser distribuído.

(g) Comunicações

Já se tornou lugar-comum falar da deficiência de nossas Comunicações. Não fosse a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, não teríamos os meios mínimos para o emprego da tropa. O uso de recursos da Secretaria determinou que nosso sistema de identificação e as mensagens de maior sigilo tivessem, por segurança, trânsito muito limitado.

Reitero aqui a importância de que o II



Soldados do Exército guamecem uma barreira em Jacupiranga

Exército disponha de Batalhão de Comunicações. A 2ª Cia. de Comunicações, com os limitados meios de que dispõe, somente deu algum apoio às Unidades na área de REGISTRO.

(h) Apoio Aéreo

É oportuno fazer algumas observações sobre o uso do helicóptero. Sem dúvida, é um meio ideal de transporte em regiões de difícil acesso, mas seu uso deve ser feito com critério, porque é altamente denunciador de nossa presença e de nossas intenções. É particularmente eficaz no lançamento de tropa na retaguarda de um inimigo aferrado.

Quanto ao bombardeio por aviões, seus resultados são precários quando o inimigo não está devidamente localizado, como foi o caso.

2. Aspectos Logísticos

(2) Núcleo de Comando Logístico

A 2ª Região Militar praticamente não dispõe de meios logísticos para apoio ao combate. Todos os seus órgãos são constituídos de instalações fixas. Somente a boa vontade, a iniciativa e o espírito de colaboração de todos, permitiram que fosse dado, com elementos improvisados, um apoio logístico razoável às operações. Aqui convém ressaltar o apoio da FAB, que foi incansável no transporte de suprimento e pessoal, não só na zona de operações, através de helicópteros em locais de difícil acesso, como também da área de SÃO PAULO para REGISTRO. A evacuação de feridos diretamente para o Hospital Militar em SÃO PAULO e da Polícia Militar, foi um trabalho da maior valia.

Com os meios logísticos atualmente existentes na 2ª Região Militar, só poderá ser organizado um Destacamento Logístico improvisado para apoio limitado. A fim de que ela possa estar apta a dar apoio logístico às tropas em operações, no estado de São Paulo, em mais de uma direção, é indispensável que seja criado, no mais curto prazo, um Núcleo de Comando Logístico, com meios modestos que possam no futuro ter a amplitude desejável. Desta forma, seriam imprescindíveis:

- Um Pelotão de Apoio de Manutenção
- Um Pelotão de Transporte
- Um Pelotão de Saúde
- Uma Seção de combustíveis e lubrificantes
- Um Pelotão de Intendência
- Uma Seção rádio equipada, primordialmente, com material tipo SSB, para ligação a grandes distâncias do Comando, Depósitos e Estabelecimentos.

(b) Fardamento

Dois tipos de suprimento merecem um destaque especial: os uniformes e os coturnos. Com pouco mais de duas semanas de operações, e mesmo antes, nossos coturnos estavam arrebatados e os uniformes descosidos e sem botões. Isto se refletiu sobre o moral da tropa,

pois, em alguns casos, os soldados tiveram que fazer deslocamentos descalços através da mata.

Temos a impressão de que os laboratórios de testes dos Estabelecimentos de Intendência não estão funcionando a contento.

3. O Exercício do Comando

O exercício do comando foi dos mais difíceis.

A atual estrutura do CACAAé/2, sem um Estado-maior organizado, como é o caso também da AD/2 e ID/2, dificultou sobremaneira a execução das ações na área de REGISTRO. Somente após o reforço com elementos do II Exército e o uso de Comandantes de Unidades no Estado-maior, é que passou a poder coordenar melhor as ações.

Esta situação foi sensivelmente agravada pela heterogeneidade da tropa que lhe foi posta à disposição. Além das Unidades de Infantaria que colaboravam (2º BC/1 Pel, 4º RI/2 Cias, que se alternavam, 6º RI/1 Cia e elementos do 2º BPE), dispunha de Subunidades de Artilharia de Costa, Artilharia Antiaérea e Artilharia de Campanha, Pára-quedistas, Polícia Militar Civil, Aeronáutica, Marinha, etc.

É indispensável que sejam organizados os Comandos de Brigada, mesmo em menor número, mas que disponham de elementos necessários ao exercício do Comando. Organizá-los apenas nominalmente pouco adiantará.

4. O Preparo do Homem

A tropa empregada na área de operações era oriunda, como já dissemos, de quase uma dezena de Organizações Militares, constituindo assim, um grupo heterogêneo, quanto à formação, ao adestramento e à subordinação. Isto porque de acordo com o PLANO SEGIN do II Exército e de conformidade com a doutrina formulada pelo Estado-maior do Exército, a área onde se desenvolveram as operações pertence, na sua quase totalidade, para efeito de Segurança Interna, ao CACAAé/2 que assumiu, efetivamente, o comando das operações, inicialmente com um efetivo reduzido e que, na medida das suas necessidades, foi sendo reforçado pelo II Exército. As operações foram realizadas, também, em período crítico para o II Exército, quanto à disponibilidade de tropa para emprego. É a fase em que um grupamento de instrução está em meio à sua formação e o outro está sendo incorporado. Este fato fez com que o II Exército empregasse na área tropas inexperientes e com pouca instrução.

As características da operação que, na realidade, não eram de uma operação contraguerrilha, e sim um tipo de operação policial para captura de tuguivos, para o qual o Exército ainda não dispõe de experiência, acarretou a necessidade de se improvisar e mesmo de se criar alguns métodos para atender às necessidades da operação.

A tropa empregada na área, apesar de

já ter tido alguma instrução antiguerrilha, evidenciou que a instrução recebida tinha sido insuficiente ou malministrada. Isto foi verificado na maioria das Unidades, particularmente no que se refere à execução de patrulhas, vasculhamento e serviço em campanha.

A inexistência de uma tropa especializada e experiente, que muitas vezes as características do terreno e da operação exigiam, particularmente quando se teve de lançar mão de patrulhas para vasculhar a mata fechada, foi outro problema que teve que ser enfrentado. Tentou-se solucioná-lo com o emprego de um pequeno efetivo de instrutores e monitores do Curso de Operações Especiais da Brigada Aeroterrestre, mas que logo se retirou da área, face aos compromissos do ano de instrução daquela Brigada.

Além disso, o desconhecimento da área de operações pela maioria da tropa, aliado à falta de cartas atualizadas, em contraste com os terroristas que já a conheciam, dificultou a perseguição e a busca do inimigo.

Vários aspectos têm que ser considerados na preparação do Soldado para a contraguerrilha:

— O principal é o condicionamento do homem para que acredite e se disponha a fazer esse tipo de luta. Ele tem que ser motivado. No caso presente, pelo fato do inimigo estar em fuga constante, sempre longe dos olhos da tropa, não oferecendo combate, a não ser no encontro fortuito com a Polícia Militar, assim mesmo quando fugia, tornou quase impossível incutir na tropa a idéia de que estavam numa operação real.

De um modo geral, nas ações de patrulha, em qualquer parada para descanso, o homem se deitava, abria o blusão e esquecia a arma, sem a menor preocupação de segurança.

Também, nas esperas monótonas de cerco e guarda, os homens se distraíam facilmente, exigindo dos oficiais e graduados o maior trabalho.

Além dos aspectos fundamentais da índole do povo brasileiro, não afeito à violência, e da deficiência de nossos programas, métodos e processos de instrução, ressalte-se, como dificuldade para preparar os homens, a idade dos jovens conscritos (19 anos), ainda muito imaturos, para enfrentarem uma luta cheia de malícia e violência, como a da Guerra Revolucionária, levada a cabo por homens adultos, fanatizados e a serviço de uma ideologia.

Este aspecto não pode ser esquecido e há necessidade de que seja profundamente estudado, para não sermos surpreendidos de modo irreparável.

Como solução imediata, tudo parece indicar a necessidade da profissionalização de parte do Exército, permitindo dispor-se de homens melhor preparados e amadurecidos. Essa profissionalização não deve corresponder apenas à manutenção no Exército de homens engajados. Ela deve ser planejada, e posta em prática mediante execução de programas de instrução rigidamente estabelecidos, que permitem manter sempre o enquadramento do homem e sua eficiência para a luta. Esta solução tem a virtude de evitar as constantes crises dos períodos de desincorporação, como o que acabamos de viver.

Dois linhas de ação podem ser adotadas. A primeira, que é a realizada hoje pelos pára-quedistas. Tê-los numa ou mais Unidades, em condições de acorrer a qualquer parte do Território Nacional. A segunda, criar em um grande número de Unidades, uma fração destinada a esse tipo de operação. Tanto uma como a outra apresenta vantagens e inconvenientes. O importante, porém, é que se os tenha.

Mesmo com essa profissionalização, o restante da tropa deve ser também preparado para esse tipo de ação. Esta preparação deve incidir de modo particular sobre os quadros. Aos conscritos, deve ser ministrada instrução que os reforce física e moralmente, procurando desenvolver-lhes a coragem e a agressividade. Como na Argentina, a instrução dos conscritos sobre técnicas de guerrilha e contraguerrilhas, deve sofrer limitações, face à possibilidade de virem a ser usadas contra nós, após o retorno à vida civil.

O que é indispensável, porém, é que

se disponha de meios para ministrar essa instrução, particularmente em áreas apropriadas. Seria de toda conveniência aproveitar a Área 2, em REGISTRO, para organizar um campo de instrução.

Desejamos deixar bem claro de que nada adiantará ter homens mais velhos nos quartéis se não se dispuser de recursos em locais de instrução, armamento, munição, combustível, etc., para realização de fato desses programas de instrução.

C. Considerações Finais

Os ensinamentos que colhemos são de real valor. Cumpre agora ter a sensibilidade de defini-los acertadamente. É importante, porém, que, empolgados pelos atuais acontecimentos, não incorramos no erro pendular de passar de um extremo ao outro, de tal modo que, em breve, o Exército brasileiro não tenha outra habilitação senão a de combater guerrilhas. Precisamos não esquecer que as guerrilhas têm que ser subjugadas, mas que são eventuais e esporádicas.

É preciso, então, ter em conta que a Prioridade não tem força para desclassificar a Essencialidade. Por tudo isso é preciso não esquecer que combater os movimentos insurreccionais é apenas uma das finalidades do Exército.

Consideramos que o inimigo, embora ainda não o desejasse, atingiu a um dos objetivos da guerrilha rural, obrigando-nos a um desgaste pelo emprego de efetivo relativamente elevado para um tão pequeno número de guerrilheiros.

Consideramos que o inimigo, sem nenhum vínculo com o terreno ou com qualquer estrutura militar, objetivava

apenas e de qualquer maneira "salvar a pele" e nunca oferecer combate. Por isso, talvez, nem se possa considerar a OPERAÇÃO REGISTRO como uma ação contraguerrilha, mas apenas mera perseguição a fugitivos.

Sabemos que deixamos de obter uma vitória total pelo aprisionamento de todos os terroristas, mas essa vitória nunca se sentiu ameaçada pela ação do inimigo. Foi apenas decorrente da falha de um homem, que não cumpriu as medidas de segurança recomendadas, por covardia, não aproveitou as oportunidades que o destino lhe ofereceu, impedindo que se conseguisse a destruição total do inimigo.

Julgar, como pretendem alguns, o resultado de uma operação militar pela evasão de quatro fugitivos, em circunstâncias muito especiais, não se coaduna com o bom senso e é simplesmente ridículo.

Destruímos a organização incipiente do inimigo, apossamo-nos de suas áreas

de treinamento e aprisionamos vários de seus principais elementos, apesar de todas as condições adversas: a mata densa, a extensão da área, a instrução da tropa, o equipamento deficiente, o armamento obsoleto e inadequado. Nossa tropa, à medida que o tempo passava, melhorava sensivelmente, particularmente no aspecto moral, o que aumenta a nossa confiança em sua capacidade de reagir positivamente a circunstâncias adversas, sendo apenas necessário aprimorar a sua formação.

A experiência adquirida foi palpável e nos permitiu, desde já, levantar vários erros de estrutura e instrução, propiciando sua melhoria. Permitiu-nos sentir a inadequação de alguns equipamentos e suprimentos, aconselhando-nos, desde logo, a adotar medidas para melhora de seus padrões. Conseguimos, de modo magnífico, realizar uma positiva integração do Exército, Aeronáutica e Marinha reforçando a confiança mútua já existente

entre nós. Parece-nos que a OPERAÇÃO REGISTRO deixou um saldo francamente favorável.

Finalizamos até agora a OPERAÇÃO REGISTRO e dela tiramos todos os ensinamentos militares mais importantes e, para finalizar, gostaríamos ainda de ressaltar os seguintes aspectos:

A repressão à subversão e ao terrorismo que estamos todos realizando, quase exclusivamente à base de ações militares, embora necessária e indispensável, por si só, nada resolve se, paralelamente, não tentarmos eliminar os focos de infecção que alimentam seus quadros e que têm origem, principalmente, nas Escolas e Universidades do país. É impressionante a constatação desse fato. Cerca de 98% dos subversivos-terroristas presos têm origem nas escolas de filosofia e de ciências sociais do país.

É também imprescindível e necessário que se tente atenuar, pelo menos, o foco de infecção externo de CUBA, principal responsável pelo preparo e adestramento desses homens que, periodicamente, injeta nas fileiras subversivas de toda a AMÉRICA.

Outra imprescindível medida que se impõe, é o desencadeamento de uma intensa e bem planejada ação psicológica, de âmbito nacional, visando a conquista da população e o revigoração dos excelentes predicados cívicos, morais e religiosos que formam a mentalidade do nosso povo, bom e generoso.

Estamos certos de que a conjugação dessas três formas de ação, levar-nos-á, seguramente, ao total desmantelamento das organizações subversivo-terroristas que agem em nosso país"

O cenário da guerra do Ribeira

"De maneira geral, a área é montanhosa... coberta por vegetação densa, de alto porte e de difícil permeabilidade, limitando os movimentos somente através das trilhas e picadas... A observação tanto terrestre como aérea é extremamente dificultada, o que facilita o homídio no interior das matas. São abundantes na área bananais e palmitais possibilitando a sobrevivência nela por algum tempo... estradas nos dias secos, permitem o

deslocamento de viaturas, em grandes trechos, mas não em sua totalidade... A região é constituída de matas densas pontilhadas de clareiras, onde encontramos bananais e culturas de chá. É cortada por inúmeros riachos que dão origem a charcos que dificultam sobremaneira os movimentos..." (Da introdução do relatório da Operação REGISTRO)



DIÁRIO DA GUERRILHA

O cotidiano das operações militares no vale do Ribeira, de acordo com o relatório do II Exército

OPERAÇÃO REGISTRO

Custo (Cr\$)

Classe I (alimentação, salário)	164.940,13
Classe II/IV (mat. intendência)	25.181,87
Classe III (combustíveis)	64.172,20
Classe V (municião)	35.250,76
Manutenção de veículos	38.578,15
Mat. comunicações	1.841,50
Mat. engenharia	27,90
Saúde	7.433,12
TOTAL	337.425,63

Corrigido monetariamente para janeiro/80 de acordo com o Índice Geral de Preços (coluna 2) da Fundação Getúlio Vargas: 4.454.000,00

Observação: algumas despesas, como a Classe I, seriam realizadas mesmo que não houvesse a operação.

EFETIVO MÉDIO

I Fase — De 17/4 a 9/5/70

	Oficiais	Praças
CACAAé	4	36
CIE	3	5
2ª. Seq/II Ex	2	1
2º RO 105	20	314
6º GA CosM	5	273
4º RI	13	262
1º/6º RI	5	170
5º GCan 90 AAé	5	183
2º BPE	5	39
2ª Cia Com	1	28
PMESP	2	131
2º BC	1	32
TOTAL	66	1.474

II Fase — De 10/05 a 1/6/70

	Oficiais	Praças	Diversos
CACAAé	4	36	
CIE	3	5	
Elementos da I FAT,			
2ª. Seq/II Ex, DOPS,			
5ª. RM e PMP			50
4º RI	13	262	
1º/6º RI	5	139	
6º GA CosM	13	200	
5º GCan 90 AAé	4	150	
2º RO 105	20	314	
2ª Cia Com	1	28	
2º BE Cmb	—	7	
PMESP	14	414	
TOTAL	77	1.555	50

CONVENÇÕES

CACAAé — Comando de Artilharia de Caça Antiaérea
 CIE — Centro de Informações do Exército
 2ª Seq/II Ex — Seção de Informações do II Exército
 2º RO 105 — 2º Regimento de Obuses de 105 mm
 6º GA CosM — 6º Grupo de Artilharia Costeira
 4º RI — 4º Regimento de Infantaria
 1º/6º RI — 1º Batalhão do 6º Regimento de Infantaria
 5º GCan 90 AAé — Grupo de Canhões Antiaéreos de 90 mm
 2º BPE — 2º Batalhão de Polícia do Exército
 2ª Cia Com — 2ª Companhia de Comunicações
 PMESP — Polícia Militar do Estado de São Paulo
 PMP — Polícia Militar do Paraná
 I FAT — Força Aerotransportada (para-quedistas)
 5ª. RM — 5ª Região Militar (Curitiba)
 2º BE Cmb — 2º Batalhão de Engenharia de Combate

I FASE: 17/4/70 a 9/5/70

Dia 17/4/70 — sexta-feira — Às 13 horas, chega ao II Exército o primeiro informe, procedente do CIE, denunciando a existência de uma área de treinamento de guerrilha perto de Jacupiranga, no vale do Ribeira, estado de São Paulo. Imediatamente, duas equipes do 2º BPE — uma de choque, fardada, e outra em trajes civis — foram enviadas ao local para checar ao informe.

Dia 18/4/70 — sábado — No final da tarde, as duas equipes voltam do vale do Ribeira, informando que a área de treinamento fora localizada, mas tinha sido abandonada dois meses antes. Simultaneamente, chegam ao II Exército, procedentes do Rio, agentes do CIE, com novas informações.

Dia 19/4/70 — domingo — A chegada de novos agentes do CIE ao II Exército traz novos dados colhidos em interrogatórios de presos do Codi do I Exército, no Rio: a área 1 de treinamento de guerrilha fora realmente abandonada, mas perto dali havia a área 2, onde se achavam vários terroristas em atividade. Duas equipes do 2º BPE foram deslocadas para a área 2, também perto de Jacupiranga.

Dia 20/4/70 — segunda-feira — O campo de pouso de Registro começa a receber tropas, armas e munições transportadas por quatro helicópteros e quatro aviões T6. Uma equipe do II Exército localiza a área 2 de treinamento de guerrilha, situada perto de uma pedreira, à altura do Km 249,5 da BR-116. Com o apoio de helicópteros e aviões, o sítio é invadido, mas nenhum guerrilheiro é encontrado.

Dia 21/4/70 — terça-feira — Continuam a chegar tropas ao vale do Ribeira, entre elas um pelotão de para-quedistas. O tenente-coronel Mero é designado para chefiar as operações de caça aos guerrilheiros, calculados em pouco mais de uma dezena.

Dia 22/4/70 — quarta-feira — Chegam mais tropas ao vale. Uma brigada do 6º GA CosM ocupa a região da Torre de Microondas. Helicópteros fazem vôos de reconhecimento. O general Paulo assume o comando das operações.

Dias 24, 25 e 26/4/70 — sexta, sábado e domingo — Chegam mais tropas ao vale, onde já se concentram perto de 1.500 homens. Prosseguem as operações de busca e reconhecimento por terra e ar. Para-quedistas saltam em clareiras. Soldados vasculham o rio Capelinha, que corta os dois sítios onde os guerrilheiros tinham sua base.

Dia 27/4/70 — segunda-feira — Pela manhã, são presos na BR-116, onde tentavam pegar carona, os guerrilheiros Darcy Rodrigues ("Batista", "Souza", "Léo"), ex-sargento do Exército que acompanhou o ex-capitão Carlos Lamarca quando do roubo de armas do 4º RI, de Quitaúna (SP), em janeiro de 1969; e José Lavechia ("Nicolá" ou "Nicolau"). Estavam desarmados, tendo abandonado no mato seu material, mais tarde localizado e apreendido (constava de 2 fuzis FAL, 3 revólveres 38, duas mochilas, redes de mato, bússola, fardamento e roupas, 130 cartuchos de fuzil e 120 cartuchos de revólver 38). Submetidos a interrogatórios, os dois presos disseram que inicialmente, estavam no vale do Ribeira 18 militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), mas seis deles saíram da área no dia 18 de abril, antes do cerco militar. Restariam no vale 10 guerrilheiros. Patrulhas passam a vigiar a BR-116 e as estradas da região. Em companhia dos dois guerrilheiros presos, os soldados vasculham as duas sedes da base guerrilheira.

Dias 28 e 29/4/70 — terça e quarta-feira — Continuam as missões de reconhecimento, busca e vigilância. São descobertas trilhas na mata. Perto da torre de Microondas, uma seção de metralhadoras começa a realizar tiros de inquietação.

Dia 30/4/70 — quinta-feira — Aviões T6 e B6 da FAB iniciam bombardeios aéreos na região de Barra do Turvo, Areado e Itapeúna, para forçar os guerrilheiros a saírem do mato.

Dia 1/5/70 — sexta-feira — Prosseguem as missões de busca, reconhecimento, vigilância e bombardeio. A BR-116 é interdita e o tráfego São Paulo-Curitiba desvia-se para a BR-373.

Dia 2/5/70 — sábado — Com a ajuda dos dois prisioneiros, é retirado todo o material apreendido nas duas casas da base guerrilheira.

Dia 3/5/70 — domingo — Retiram-se do vale os para-quedistas.

Dia 4/5/70 — segunda-feira — Bombardeado o centro da área onde poderiam estar os guerrilheiros, entre Areado e Barra do Turvo. Uma patrulha é lançada no rio Capelinha.

Dia 5/5/70 — terça-feira — Partindo da BR-116, onze patrulhas são lançadas na Serra do Aleixo, entre Areado e Barra do Turvo.

Dia 6/5/70 — quarta-feira — Estabelecido contato com a patrulha lançada dia 4, segunda-feira. Resultados negativos.

Dia 7/5/70 — quinta-feira — Começam os preparativos para a evacuação do grosso da tropa, pois suspeita-se que os guerrilheiros tenham conseguido sair da área. Pelo plano, ficariam no vale uma companhia de infantaria, uma brigada de canhões, o destacamento de logística e elementos da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Dia 8/5/70 — sexta-feira — Deixam o vale as primeiras tropas. No início da noite, ocorrem graves entreveros armados em Eldorado e na estrada Eldorado-Sete Barras. Primeiro, um grupo de guerrilheiros chega a Eldorado a bordo de um caminhão. Os quatro policiais da cidade, armados de revólveres, dão voz de prisão aos guerrilheiros, que respondem a bala. Ficam feridos dois guardas e um civil. Em seguida, os guerrilheiros fogem em direção a Sete Barras, sendo perseguidos por tropas que saem em seu encalço. Na estrada, o caminhão dos guerrilheiros defronta-se com um pelotão da PM. No tiroteio, 14 soldados saem feridos, enquanto o tenente Mendes, comandante do pelotão, é capturado e levado como refém. Os guerrilheiros abandonam o caminhão e embrenham-se no mato. Posteriormente, perto da entrada de Sete Barras, um pelotão e uma patrulha do Exército, deslocando-se em sentidos opostos, trocam tiros entre si: cada lado havia confundido o outro com o grupo guerrilheiro, em virtude da escuridão da noite e da falta de informações sobre o choque armado entre os guerrilheiros e a PM, pouco antes. Do acidente, resultam feridos o tenente-coronel Mero e um soldado.

Dia 9/5/70 — sábado — As tropas procuram infrutiferamente os guerrilheiros. Suspende-se o plano de evacuação, reajusta-se o dispositivo militar no Ribeira, encerra-se a primeira fase das operações.

II FASE: 10/5/70 a 1/6/70

Dia 10/5/70 — domingo — É preso o guerrilheiro Edmargo Copfert ("Jair"), que se extraviara dos companheiros durante o entrevero da noite de sexta-feira na estrada Eldorado-Sete Barras. Patrulhas militares continuam procurando os guerrilheiros. O efetivo militar do vale do Ribeira é reforçado por novas tropas.

Dia 11/5/70 — segunda-feira — Preso outro guerrilheiro, José Araújo da Nóbrega ("Alberto"), que também se perdera dos companheiros no choque da noite de sexta-feira. Prosseguem as buscas, sem resultados.

Dia 12/5/70 — terça-feira — Várias patrulhas executam missões nas estradas, rios e matos da região próxima de Sete Barras.

Dia 13/5/70 — quarta-feira — Chega ao

vale um pelotão de fuzileiros navais incumbido de vigiar os rios do vale, principalmente o Ribeira (o maior da região, navegável), para impedir eventuais tentativas de fuga dos guerrilheiros por via fluvial.

Dia 14/5/70 — quinta-feira — As tropas executam a Operação Macuco, para "varrer" uma região de selva. Nenhum guerrilheiro é encontrado.

Dia 15/5/70 — sexta-feira — Executada a Operação Quilombo, que "varre" outra região de mata. Resultado negativo.

Dia 16/5/70 — sábado — Inicia-se a Operação Votupoca, destinada a vasculhar outra região ingreme onde poderiam estar os guerrilheiros.

Dia 17/5/70 — domingo — Conclui-se a Operação Votupoca, sem resultados positivos.

Dia 19/5/70 — segunda-feira — Os guerrilheiros são vistos na região da estrada do Areado, nas proximidades de Sete Barras. Planeja-se um cerco em toda a região.

Dia 19/5/70 — terça-feira — As tropas militares executam o cerco à região da Estrada do Areado, sem êxito. Patrulhas bloqueiam toda a região próxima a Sete Barras.

Dias 20 e 21/5/70 — quarta e quinta-feira — Prosseguem sem resultados positivos os trabalhos de vigilância, busca e cerco na região de Sete Barras.

Dias 22 e 23/5/70 — sexta-feira e sábado — Planeja-se uma operação simulada de evacuação, para iludir os guerrilheiros. A operação é cancelada ao surgir o informe de que os guerrilheiros foram vistos na Estrada do Banco (região compreendida entre Sete Barras e São Miguel Arcanjo). A área foi cercada sem resultados.

Dia 24/5/70 — domingo — Enquanto prossegue o trabalho das patrulhas, planeja-se nova operação de cerco nas vizinhanças de Sete Barras.

Dia 25/5/70 — segunda-feira — Inicia-se a operação de cerco aos guerrilheiros na região de Sete Barras.

Dia 26/5/70 — terça-feira — Uma patrulha do 2º RO 105 é lançada pela margem do Rio Dois Irmãos para emboscar os guerrilheiros que iriam se abastecer de alimentos num armazém rural próximo a Sete Barras. A patrulha encontra os guerrilheiros mas, atemorizada, evita o confronto. A falha causa irritação no comando das operações (ver relatório anexo).

Dia 27/5/70 — quarta-feira — Continuam as missões de patrulha e os dispositivos de cerco à região de Sete Barras.

Dia 28/5/70 — quinta-feira — Mantém-se o cerco na região de Sete Barras, com missões de vigilância estendendo-se à região de São Miguel Arcanjo, para evitar a fuga dos guerrilheiros rumo a Capão Bonito, Pilar do Sul ou Itapetininga.

Dia 29/5/70 — sexta-feira — Aviões da FAB bombardeiam áreas situadas entre Sete Barras e São Miguel Arcanjo, onde os guerrilheiros foram vistos.

Dia 30/5/70 — sábado — São lançadas patrulhas disfarçadas de caçadores, pois é temporada de caça na região. Reforçada a vigilância em possíveis centros de suprimento (fazendas, armazéns, botecos) e nas saídas do vale do Ribeira, principalmente por São Miguel Arcanjo e cidades vizinhas.

Dia 31/5/70 — domingo — Anotada a presença de Lamarca perto de Abaitinga. Ocupadas as vias de fuga para Capão Bonito, São Miguel Arcanjo e Pilar do Sul. Patrulhas em seis caminhões partem para emboscar os guerrilheiros que porventura apareçam nas estradas pedindo carona. À tarde, os guerrilheiros seqüestram um caminhão do 5º RO 105 (que ia buscar água entre Mamparra e São Miguel Arcanjo), fugindo para São Paulo (ver relatório anexo).

Dia 1/6/70 — segunda-feira — Começa a desmobilização das tropas acantonadas no vale do Ribeira. Termina a Operação Registro.

A EMBOSCADA QUE FALHOU

A patrulha topou com os guerrilheiros no arrozal, mas correu para o mato

Um dos documentos anexos ao relatório da Operação Registro é o relato do fracasso da patrulha militar que, enviada ao rio Dois Irmãos, para emboscar os guerrilheiros, refugou o combate ao encontrá-los, no dia 30 de maio de 1970:

PATRULHA DO RIO "DOIS IRMÃOS"
(Estrada do Banco)
(Transcrição literal do relatório apresentado pelo Cmt do 2º RO 105)

1. NARRATIVA

a. Patrulha

2º Ten R/2 JOSÉ CARLOS BERTI BELLINI (2º RO 105 — Cmt)

2º Ten R/2 WALTER ABRANCHES FACHINETTI (5º Gcan 90 AAé)

1º Sgt EMILIO JACINTO FILHO (2º RO 195)

Cabo MARIANO ALVES DE ALMEIDA (2º RO 105)

Soldado PAULO MASÃO SAKIHAMA (5º Gcan 90 AAé)

Soldado JESUS CARLOS DA SILVEIRA (2º RO 105)

Soldado BELTONI DE SARNO (2º RO 105)

Soldado JOSÉ ANTONIO STUCHI (2º RO 105)

Soldado PEDRO LUIZ STUCHI (2º RO 105)

Obs.: Os elementos do 5º Gcan 90 AAé estavam integrando a patrulha, em cumprimento a determinação contida na Ordem de Operações nº 7, de 30 Mai 70, do Cmt do Destacamento de Sete Barras, que passou o 5º Gcan 90 AAé para o controle operacional do 2º RO 105.

b. Inimigo (guerrilheiros furtivos)

Ex-Cap Carlos Lamarca

Yoshitane Fugimora

Ariston Lucena

Rogério

c. Missão recebida

A patrulha comandada pelo Ten Bellini recebeu a missão para, numa operação sigilosa de emboscada, cerca pelo flanco direito o local onde se daria o encontro de um grupo de guerrilheiros furtivos com um morador da região, o qual iria lhes entregar certa quantidade de mantimentos encomendados na véspera.

Outra patrulha recebeu a missão de fechar pelo flanco esquerdo e já estava se dirigindo para a região, quando se deu o encontro da patrulha do Ten. Bellini com o grupo de guerrilheiros (ver croqui anexo).

d. Execução

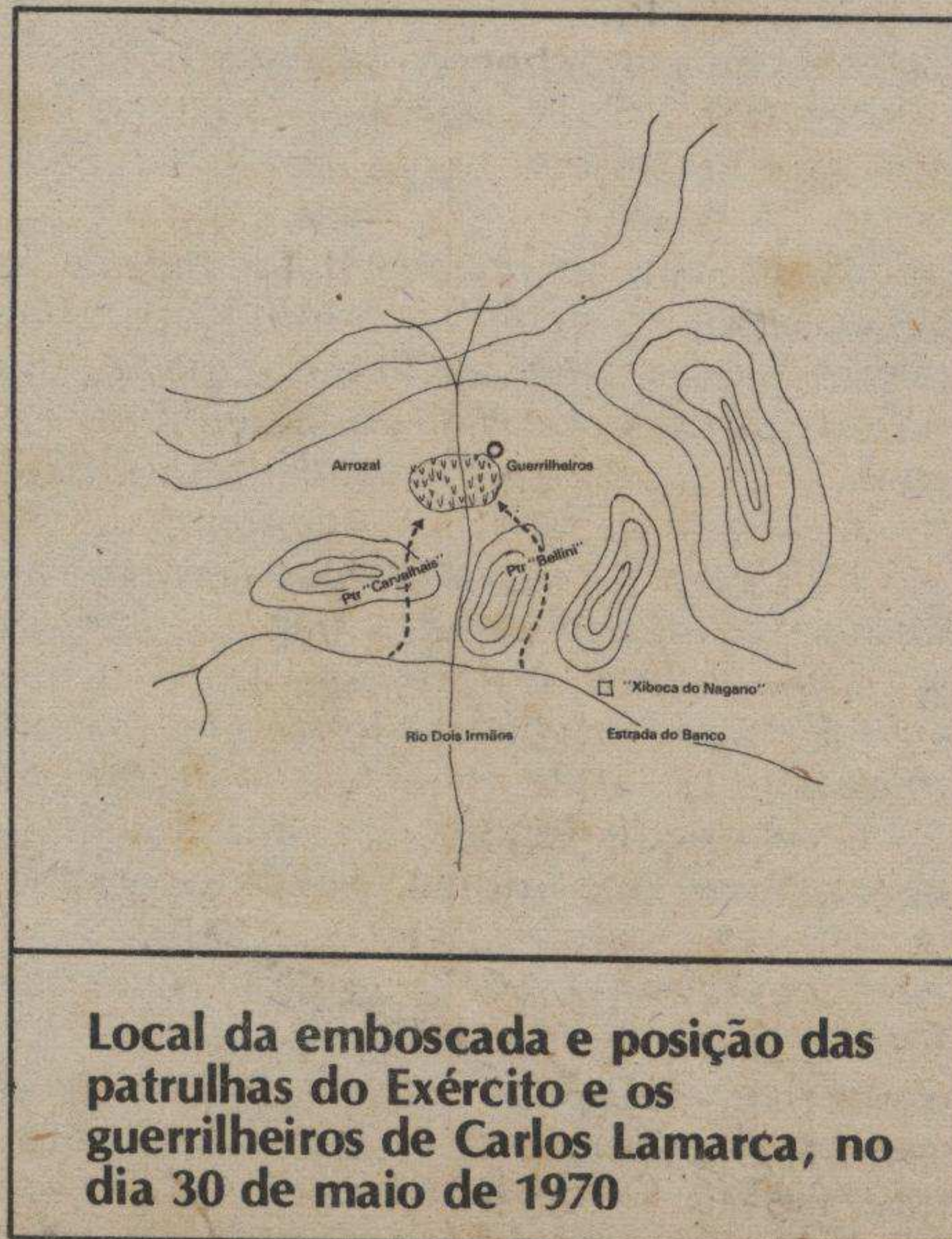
Recebida a missão, a patrulha comandada pelo Ten. Bellini, saindo da "xiboca", (armazém) do PAGANO, se dirigiu para a região prevista, sendo que na frente ia o mateiro RAIMUNDO, seguido pelo soldado Paulo Nasao Sakihama (5º Gcan 90 AAé) que estava à paisana e portando uma carabina. 30, vindo logo em seguida o restante da patrulha. Durante o trajeto a patrulha se deslocava mais ou menos a vontade, pois a não ser o seu comandante que conhecia a missão, ninguém sabia exatamente sua missão específica e nem como se comportar nas diversas situações que poderiam ocorrer. O mateiro que deveria seguir junto com o comandante da patrulha para assessorá-lo, "a cada momento", sobre os problemas da região (trilhas, passagens perigosas, local de moradores, tipo de mata, etc) e, particularmente, sobre o arrozal que seria o ponto de encontro, se desgarrou na frente da patrulha com o soldado Paulo. Chegando ao arrozal, o mateiro RAIMUNDO e o soldado Paulo, atravessaram o mesmo sem preocupação e tomaram a trilha penetrando na mata, ocasião em que se depararam com um guerrilheiro parado no meio da trilha a espera dos mantimentos encomendados. O mateiro RAIMUNDO logo que se viu cara a cara com o guerrilheiro o cumprimentou com uma "boa tarde", ocasião em que o mesmo percebeu a presença do soldado à paisana armado de carabina e possivelmente também dos primeiros elementos da patrulha que já estavam atravessando arrozal, em direção à trilha. O guerrilheiro exclamou "Olha a Força" e se atirou para o lado oposto e o soldado Paulo voltou em desabalada corrida em direção ao restante da patrulha que es-

tava pouco atrás, já no arrozal. Tanto o mateiro RAIMUNDO como o soldado Paulo declararam ter ouvido o barulho característico de engatilhar armas, logo após o guerrilheiro ter exclamado "Olha a Força", sendo que na ocasião o mateiro RAIMUNDO divisou mais três elementos que estavam na mata, a poucos metros da trilha. Após esse encontro inesperado, a patrulha e seu comandante permaneceram inertes e abrigados atrás dos tocos existentes no arrozal, por algum tempo, para logo em seguida se retirarem segundo um ângulo de 90 graus à esquerda, até duas choupanas próximas e depois segundo um ângulo de 180 graus (para a retaguarda) até a Estrada do Banco, distante aproximadamente um quilômetro e meio do local. Há que ressaltar o fato do Ten. Bellini, na oportunidade, ter declarado ao Cabo Mariano que "sabia que iria ser advertido, mas como era oficial R/2, não arriscaria vida perseguindo os guerrilheiros..."

2. CONCLUSÕES

O 2º Ten R/2 JOSÉ CARLOS BERTI BELLINI, comandante da patrulha, embora já possuindo a experiência de cinco anos e meio de serviço militar, sendo dois anos e meio como oficial em serviço ativo em unidade de tropa, ao receber uma missão de tamanha relevância — pois não só seria o coroamento de uma custosa operação militar que durara quarenta dias, como iria livrar o povo brasileiro da presença nefasta e perigosa de quatro bandidos e terroristas sanguinários não se preocupou em tomar as providências mais primárias que cabem a qualquer chefe militar; não demonstrou a mínima disposição para a luta, se comportando covardemente ante os terroristas furtivos, dos quais esteve há alguns metros de distância e vergonhosamente

retirou sua patrulha deixando que os mesmos se evadissem sem trocar um tiro, sequer; demonstrou sobejamente não possuir condições mínimas de comando, chefia e liderança, pois foi de encontro aos guerrilheiros sem traçar normas, linhas de ação — prevendo todas as situações possíveis de acontecer e sem informar seus comandados da importância da missão, dos deveres e dos cuidados de cada um; não procurou encorajar, incentivar e empolgar seus comandados, para o cumprimento da importante missão; embora possuindo o precioso auxílio do mateiro RAIMUNDO, conhecedor profundo da região, não o usou um só momento, deixando que o momento deslocasse a frente a seu bel prazer, com um soldado bisonho (quatro meses de serviço) que além de não conhecer especificamente a sua missão, não reunia condições mínimas face aos quatro terroristas furtivos, homens experimentados, decididos e sanguinários, além de bons atiradores; embora sabendo que a missão seria difícil, não procurou reunir todos os elementos de seu grupo (dez homens), pois além



Local da emboscada e posição das patrulhas do Exército e dos guerrilheiros de Carlos Lamarca, no dia 30 de maio de 1970

da metade de seus elementos não terem participado da operação, permitiu que sua patrulha se esfacelasse; demonstrou total descaso pela missão, pois embora já contasse que seria o responsável pela mesma, desde as nove horas daquele dia, não tomou providência alguma para que a missão obtivesse êxito; ainda no local do encontro já estava convicto que havia cometido erros, mas nada fez para saná-los; a alegação de que bateu em retirada a procura de reforço e que não travou combate ou perseguiu os guerrilheiros por estar com efetivo reduzido é totalmente infantil e descabida, pois sabia que outra patrulha estava se deslocando para a área e também tinha ciência que seu efetivo era superior ao número de guerrilheiros. A patrulha não cumpriu sequer uma de suas missões e ainda levou ao malogro total toda uma "operação de cerco e sigilo" que estava em curso, por absoluta falta de liderança, comando e chefia do seu comandante, bem como pela falta de agressividade e disposição para a luta de todos os seus elementos.

3. ENSINAMENTOS

a. Pessoal

(1) — A instrução atual prevista é insuficiente. É necessário dedicar instrução especial antiguerrilha, em ambientes e terrenos apropriados. O ideal seria que toda unidade dispusesse de uma fração de tropa (subunidade) dedicada exclusivamente a atividade antiguerrilha urbana e rural.

(2) — Empregar exclusivamente como subalternos desta subunidade oficiais da AMAN, como Cmt de GC e auxiliares, Sgt e cabos voluntários e dispostos para este tipo de missão.

b. Armamento

Emprego de uma arma leve e automática

c. Uniforme e Equipamento

(1) — Uniforme resistente e camuflado (tecido especial); uso de roupa civil, na maioria dos casos.

(2) — Equipamento leve e padronizado, proporcionando condições para que o homem sobreviva na selva por setenta e duas horas".

OS TROFÉUS DA GUERRA

O relatório da Operação Registro contém a relação completa das coisas apreendidas nas duas choupanas que serviam de base aos guerrilheiros do vale do Ribeira. Eis a lista:

MATERIAL E EQUIPAMENTO

- Um Rádio Transglob — B 5619797 — B 56 1922-3
- Cinco rolos de esparadrapo grandes
- Três mochilas tipo Alpina
- Sete cobertores de lã
- Dez metros de fio duplo paralelo (branco)
- Dez metros de cabo condutor fino (vermelho)
- Cinco toalhas
- Três bucas de lã
- Sete cuecas
- Seis camisas de malha
- Doze camisas
- Quatro bolsos de pano
- Quatro bolsos de plástico
- Uma bolsa de transporte de rede
- Dois bornais
- Quatro cintos de lona
- Sete pares de meia longos
- Cinco pares de coturno — um pé
- Seis pratos de alumínio
- Um caldeirão com tampa
- Nove canecos de cantil
- Cinco porta-cantis
- Um saco contendo medicamentos diversos
- Material diverso para cozinha
- Medicamentos diversos

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

- Trinta e cinco latas de leite Ninho
- Sete tabletes de chocolate
- Uma lata de óleo
- Quinze quilos de arroz
- Três quilos de feijão
- Seis pacotes de condimentos (alho, erva-doce, canela).

ARMAMENTO E MUNIÇÃO

- Uma espingarda de caça calibre 28 sem marca, nº B 9393

- Trinta e sete carregadores de metal tipo lâmina
- Uma espingarda CBC calibre 12 modelo 151
- Uma espingarda MUSCVARNE calibre 22 nº 11.113
- Uma espingarda VRNO calibre 22 nº 107.030
- Cinco facões de mato longos com bainha
- Um facão de mato curto com bainha
- Uma bainha para facão de mato, médio
- Cem cartuchos 7,62 para FAL
- Duzentos e quinze cartuchos 44
- Trezentos e doze cartuchos CBC calibre 38
- Oitocentos e noventa e oito cartuchos CBC calibre 22 Long Rifle
- Quatro cartuchos calibre 12
- Dez parafusos de ferrolho
- Dez molas de percussores
- Dez pinos do impulsor do tambor ou alavanca
- Seis parafusos do registro da mola
- Dez parafusos da placa da caixa
- Quatro latas de graxa especial para armamento
- Vinte e três escovas para limpeza de revólver
- Treze escovas para limpeza de espingardas
- Quatro varetas de limpeza
- Tubos de plásticos com pólvora
- Vinte e três vidros com óleo para limpeza de armamento
- Dez molas do impulsor do tambor de revólver 38
- Sete revólveres Taurus
- Um revólver Schmidt-Wesson
- Duas metralhadoras INA
- Dois fuzis automáticos Légere (FAL)
- Uma caneta tipo pistola calibre 22

LIVROS DIVERSOS

- O Capital — Karl Marx
- Teoria do Desenvolvimento Capitalista de Paul M. Szwed
- Filosofia da Praxis — Adolfo Sanches Vasques
- A Guerra Civil na Espanha — Andrés Mis

- Sete Palmas de Terra e uma Caixa — Josué de Castro
- Trotski o Profeta Desarmado — Isaac Deutsches
- A Rodovia Belém-Brasília — Orlando Vabud — Catarina Vargolino Dias
- The Original Mauzer Magazine Sporting Rifles
- Manual de Sobrevivência — DAC — 3ª edição
- Poemas do Cárcere — Ho Chi Min
- Topografia — Cel. Clínio Guardins de Uzeda
- Guia de Pronto Socorro
- Mon thly Rivien nº 54 e 55
- Polígrafo de Explosivos
- Fidelismo à longa marcha da América Latina de Régis Debray
- Vietnã Segundo Giap
- O Sol Também Se levanta
- Che Guevara
- Guerrilha e Contraguerrilha — W. J. Paneroi (em espanhol)

CARTAS

- Município de Guapiara São Paulo — 1/50.000 (uma)
- Município de Iporanga — 1/100.000 (uma)
- Município de Jacupiranga — 1/100.000 (uma)
- Estado de São Paulo — Ed. 1964 — 1/1.000.000 (uma)
- Instituto Geográfico e Geológico
- Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo (um)

COLEÇÃO DE MAPAS DA "USAF OPERATIONAL NAVIGATION CUART"

Com os seguintes mapas:

- 1 — Parecis Mountains
- 2 — Espinhaço Mountains
- 3 — Brasil Norte
- 4 — Argentina, Brasil e Uruguai
- 5 — Ibiapaba Mountains
- 6 — Brasil, Colômbia e Peru
- 7 — Bananal Island
- 8 — São Francisco River
- 9 — Brasil, British Guiana, Colômbia e Venezuela.

COMO LAMARCA SAIU DO CERCO

O caminhão saiu para buscar água. No meio do caminho, alguém pediu carona. Era um seqüestro

Outro documento anexo ao relatório da Operação Registro é o relato do último episódio da caça aos guerrilheiros: o seqüestro de um caminhão Mercedes, do Exército, pelo grupo de Lamarca, no dia 31 de maio de 1970:

(Transcrição literal do relatório apresentado pelo Cmt do 2º RO 105)

1. NARRATIVA

a. Viatura, Guarnição e Destino

— Aproximadamente às 15,00 hs do dia 31 de maio, o 2º Sgt KOGI KONDO, 17 anos de serviço, QM Comunicações, tomou a direção da viatura Mercedes Benz EB-21-14626, com os Soldados PAULO ROBERTO MOTTA, JOSÉ CARLOS DONATINI, MANOEL CARRERA e HELIO DA SILVA FREITAS FILHOS, todos incorporados a 15 Jan 70, a fim de buscar água para o Rancho. Os soldados seguiram desarmados e o próprio Sgt Kondo, armado apenas de pistola.

— Dirigiram-se do Km 240, MAMPARRA, à FONTE TANAKA, Km 224 da rodovia SETE BARRAS — SÃO MIGUEL ARCANJO. (Fora do cerco) — Apêndice nº 1.

b. Local da Ocorrência

Entre os Km 229 e 230 — Apêndice nº 1.

c) Processo de Realização

— Um indivíduo em trajes civis, usando coturnos marrons, postado do lado direito da estrada, um saco no chão, pedindo carona.

— O Sgt Kondo parou a viatura e perguntou ao civil de onde era e para onde deseja ir.

— O Sd CARRERA, que se encontrava na cabine da viatura, viu um revólver na cintura do civil e gritou: "É terrorista, Sgt!".

— Ato contínuo, o civil sacou de sua arma, apontou para o Sgt e os dois soldados que ocupava a cabine da viatura e outros três elementos, armados de metralhas INA, atacaram pela esquerda, tomando o dispositivo mostrado no Apêndice 2.

d) Trajeto percorrido pela viatura e fatos durante o percurso

— Assaltada a viatura, LAMARCA E FUJIMORE intimaram os quatro soldados a que, na carroceria da viatura, tirassem suas fardas e, só de calção ou cueca, deitassem lado a lado, de barriga para cima. Os dois terroristas vestiram as fardas por cima do traje civil. Determinaram ao Sgt Kondo que prosseguisse no volante da viatura, acompanhado na cabine pelos outros dois terroristas, ainda em trajes civis. Rodados alguns quilômetros, determinaram que a viatura parasse, oportunidade em que os terroristas que se encontravam na cabine, vieram até a carroceria e também se fardaram, sendo que FUJIMORE vestiu a gandola do Sgt Kondo e deu a este, uma gandola de soldado. A partir deste momento, FUJIMORE passou ao volante da viatura, o Sgt Kondo no meio e um terrorista na direita, armado de metralhadora INA. Na carroceria seguiram LAMARCA, um terrorista e os quatro soldados. Apêndice nº 3.

— Pararam para soltar a pipa que estava engatada na viatura e que quebrara uma ponta de eixo.

— Pararam para FUJIMORE dizer um segredo a LAMARCA.

— Pararam diante de uma fazenda, oportunidade em que o Sgt Kondo satisfizesse necessidades fisiológicas.

— Pararam para falar com o 3º Sgt MARCOS ANTONIO FIEL, do 2º RO 105 e que se encontrava cumprindo missão nas proximidades do TAQUARAL. Apêndice nº 1.

— Passaram pelo TAQUARAL, onde se encontravam dois oficiais e dois sargentos do 2º RO 105, à paisana, realizando uma "campana". O Sgt Kondo sabia da presença desses elementos no TAQUARAL, pois fora alertado pelo Sgt MARCOS.

— Pararam novamente num posto de gasolina em São Miguel Arcanjo, oportunidade em que abasteceram a viatura e compraram mantimentos.

— Prosseguir em viagem por GRAMADINHO, ITAPETININGA, TATUI e rodovia CASTELLO BRANCO. Chegaram em São Paulo aproximadamente às 22h 30min, parando a viatura na MARGINAL DO TIETÊ, em frente à Refinaria de Milho Brasil.

A seguir os terroristas se desfizeram dos uniformes, determinaram que o Sgt Kondo e os soldados os vestissem, amarraram-nos e os amordaçaram na carroceria da viatura e saíram para rumo ignorado.

2. CONCLUSÕES

a. O Sgt Kondo foi o responsável pelo fato de os soldados estarem desarmados, pois haviam ordens terminantes a esse respeito; ele mesmo estava sem sua metralhadora INA.

b. Faltou vivacidade ao Sgt Kondo quando parou para atender a um pedido de "carona", pois sabia da possibilidade de existência de elementos suspeitos ao Norte.

c. Faltou vivacidade para sinalizar, de modo taxativo, o perigo em que se encontravam, quando falou com o Sgt MARCOS, após o seqüestro da viatura.

d. Faltou determinação e coragem ao Sgt Kondo:

- quando a viatura foi assaltada;
- quando encontrou e conversou com o Sgt MARCOS;
- quando passou pelo TAQUARAL, e
- em São Miguel Arcanjo, quando pararam para abastecer a viatura e comprar mantimentos.

e. Foi ardiloso, frio e arguto quando "ensinou a lição" a ser repetida pelos jovens conscritos, sobre como ocorreram os fatos (após se libertarem das amarras, em São Paulo, o Sgt Kondo determinou aos recrutas que desse uma versão falsa de como os fatos ocorreram). Cumpre ressaltar que não mostrou estas qualidades para obstar a ação dos terroristas.

3. ENSINAMENTOS

a. Nas operações de guerrilha não há retaguarda — podem ser esperadas ações em qualquer época e local.

b. Em viaturas isoladas, particularmente, impõe-se guarnição de segurança. No 2º/2º RO 105 fora estabelecida a norma de cada viatura contar sempre com um cheque de viatura, motorista e três soldados encarregados da segurança.

c. Nossos soldados não acreditam na situação de guerra em que vivemos. Há que vigiá-los em todos os momentos.

d. O estabelecimento da "senha de perigo" para ser empregada nas mais variadas circunstâncias, faz-se obrigatório.

e. Os elementos a serem empregados devem ter não apenas uma boa instrução (habilitação), mas particularmente aptidão (arrojo, gosto pela ação, iniciativa, rusticidade, coragem, etc) para as operações de guerrilha, onde se evidencia a necessidade de qualidades inerentes ao indivíduo. Daí poder ser afirmado que o valor da aptidão sobrepuja o da habilitação militar, embora, obviamente, esta se imponha".

A VERSÃO DA VPR

Dois documentos interceptados pelos agentes de segurança contam a história vista do outro lado

Mesmo vivendo na clandestinidade, procurados intensamente pelas forças de segurança, os militantes da VPR tentaram transmitir sua versão dos acontecimentos do Ribeira, em dois documentos distribuídos em 1970. O primeiro, datado de junho de 1970, é uma "entrevista internacional" de Carlos Lamarca montada com o objetivo de veicular informações sobre a VPR e a luta armada em jornais do exterior. O segundo, com data de setembro de 1970, é um relato sintético dos acontecimentos do Vale do Ribeira. Os dois documentos, interceptados pelas forças de segurança, não foram divulgados pela imprensa brasileira, nem na época em que foram distribuídos, nem posteriormente. Salvo eventual publicação em jornais ilegais do país ou veículos do exterior, portanto, somente agora estes documentos rompem os obstáculos da clandestinidade, da censura e do anonimato.

ENTREVISTA INTERNACIONAL concedida por Carlos Lamarca junho de 1970

VPR
OUSAR LUTAR — OUSAR VENCER

— As operações no Vale do Ribeira significaram a eclosão da guerrilha rural no Brasil?

LAMARCA — Não, não montamos guerrilha, não preparamos a área com rede logística, rede de inteligência e embasamento político. Não era objetivo nosso executar guerrilha ali. Tratava-se de um campo de treinamento de guerrilha.

— Mas foram executadas ações de guerrilha?

LAMARCA — Sim, foram executadas ações de guerrilha. As operações se desenvolveram de 21 de abril a 31 de maio. Limitamos nossas ações às necessárias ao rompimento do cerco tático e estratégico. Causamos 10 baixas e fizemos 18 prisioneiros em três combates que travamos, assim como evitamos cair numa emboscada. Deixamos de executar outras ações, que não comprometeriam nosso objetivo, por não possuímos morteiros, minas e granadas de mão. Achemos aventureirismo continuar a luta ali naquelas circunstâncias. Temos consciência e capacidade de organizar mais

amplamente, e o faremos, é questão de tempo.

— Quantos homens foram empregados pela Forças Armadas no Vale da Ribeira?

LAMARCA — Avaliamos em cerca de 20.000. Empregaram muitos helicópteros de observação e transporte de tropa, caças T6, aviões C47 para transporte de tropa e bombardeiros B23. E não ficou o emprego de tropas restrito ao Vale, estendeu-se, desnecessariamente, a uma ampla área.

— Qual a repercussão, na população local, da guerrilha no Vale da Ribeira?

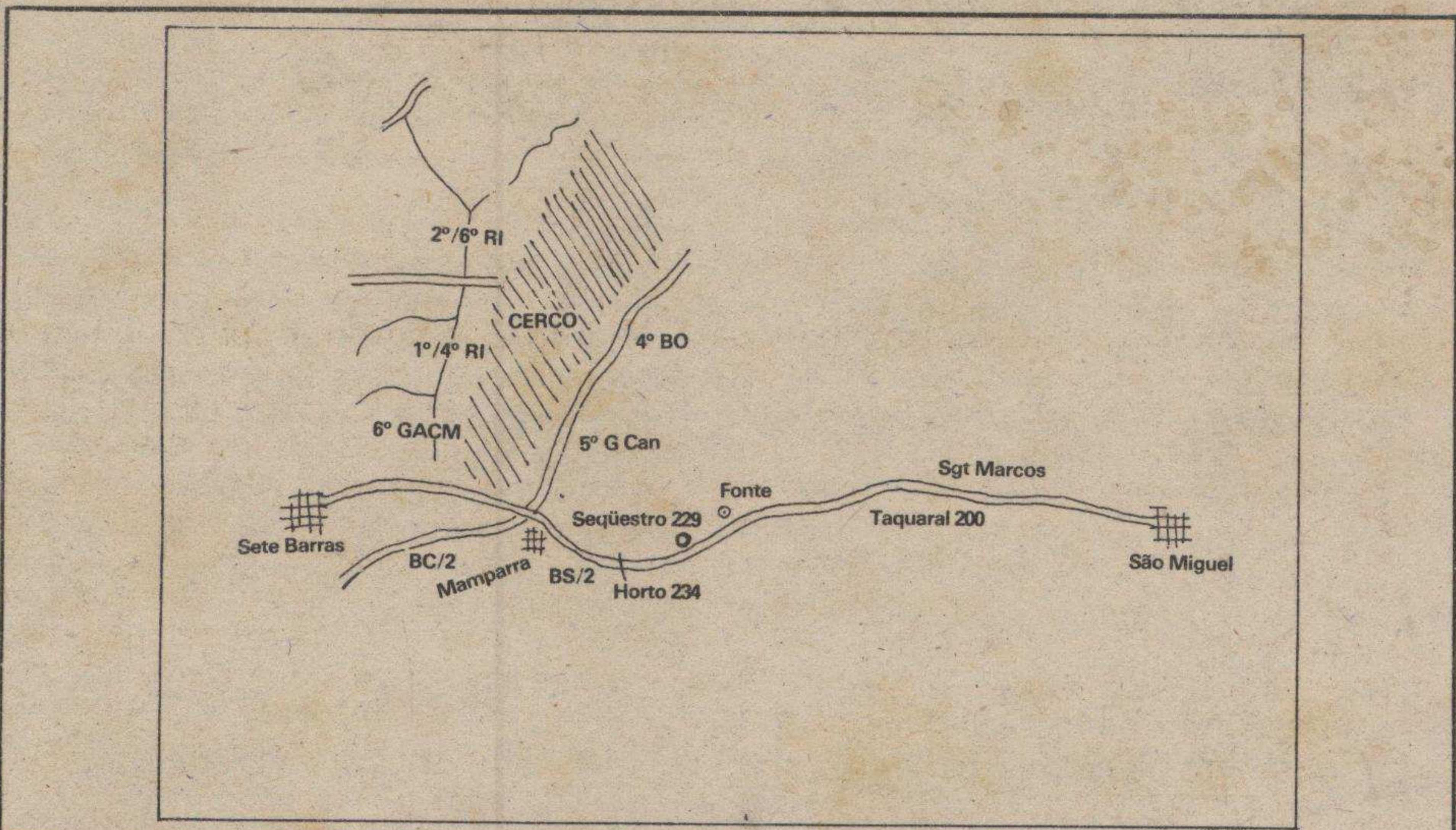
LAMARCA — A situação logística nos obrigou a nos aproximarmos da população. Ficamos satisfeitos ao comprovar a receptividade e a capacidade de entender a nossa comunicação por parte do trabalhador rural. A repressão começou a entender que ganhávamos o apoio da população. Prendeu e assassinou um jovem casal de camponeses. Evacuiu a população da região. Bombardeou a área. Complementou o terrorismo com rajadas de metralhadora a esmo, para dentro do mato, e vôos razantes sobre as choupanas ainda habitadas.

— Qual o significado do treinamento de guerrilha?

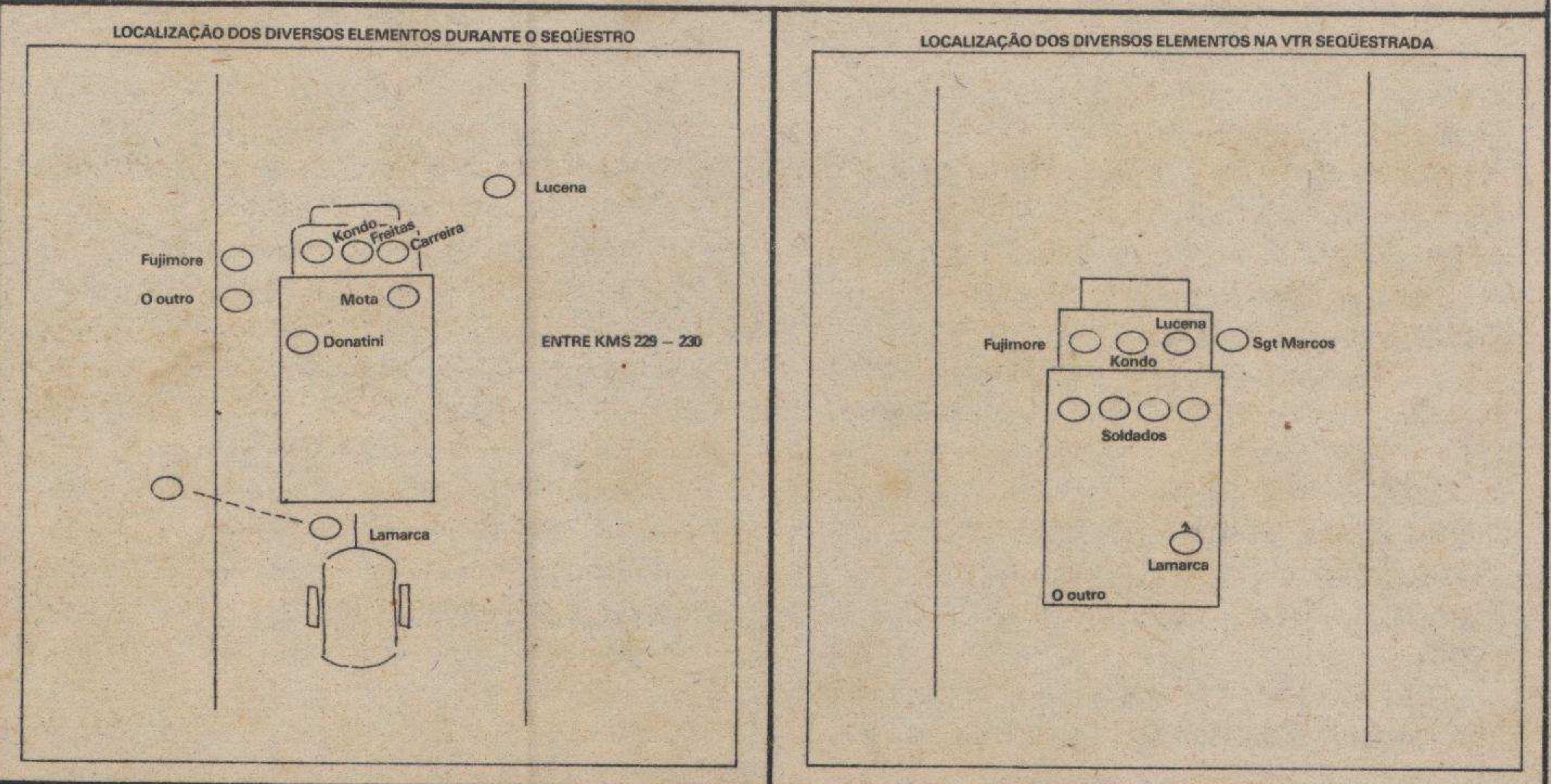
LAMARCA — Encaramos o fato de que companheiros treinados no exterior não se dispunham a preparar a luta no campo, sempre permanecendo nas cidades. Enfrentamos também o problema do grande tempo necessário para treinamento no exterior, assim como as despesas. E ainda, achamos que um grupo que vai executar guerrilha deve conviver e se coletivizar antes de entrar na área.

— De que forma uma escola de guerrilha existindo concretamente pode ser fator influenciador na atuação da esquerda revolucionária no Brasil?

LAMARCA — A concretização desta experiência pioneira no nosso país representa principalmente a vitória de uma posição política. E a demonstração prática da consciência, da necessidade de levar adiante a guerra de guerrilhas. Através de nossa prática revolucionária, e quanto à organização, permitimos o salto qualitativo na atuação das esquerdas. A esquerda tem como realidade atualmente a existência de quadros que foram ad-



Acima, o mapa da região e local onde foi seqüestrado o caminhão do Exército. Em baixo, a localização dos guerrilheiros e dos militares durante o seqüestro (à esquerda) e a disposição deles na viatura seqüestrada



quirir condições e voltarão ao campo para combater. Não só através do exemplo de luta, mas também por ele, que engajaremos a massa no processo; é só através desse mesmo exemplo de luta, do empenho na sua efetivação, que influenciaremos a esquerda a dar um passo à frente no encaminhamento do processo.

— **A preocupação com a mudança do nível de atuação e relacionamento entre os diversos grupos já existia quando criou-se o campo de treinamentos?**

LAMARCA — Sim. Tanto que dele participaram militantes de outras organizações. Esta medida já representava um passo para diminuir o sectarismo e as divergências que só podem ser superadas no processo através de um encaminhamento conjunto. Além do que representava também a nossa concepção política de levar à prática as tarefas da revolução e não apenas crescer enquanto organização.

— **Há condições de execução de guerrilha rural no Brasil?**

LAMARCA — Há. Não só no Brasil, como em toda a América Latina. É no campo que a exploração capitalista é mais desumana e ali se encontra o elo mais fraco do sistema, onde a repressão tem sido feroz em todas as lutas travadas. Existe todo um passado de luta e de organização do trabalhador rural, que a classe dominante omite na nossa história.

AO POVO BRASILEIRO

Do Vale do Jacupiranga ao Vale do Ribeira.

Delatada por Massafuni e Lungareti*, a área de treinamento de guerrilha da VPR sofreu o ataque das forças armadas a partir de 21 de abril, enquanto os agentes do Dops e Oban já estavam em Jacupiranga desde o dia 19.

Dividimo-nos em dois grupos para evacuação da área; um dos grupos acompanhou os movimentos das tropas do Exército de 14h 45min do dia 21 até as 17h do dia 22, quando iniciou a marcha para o vale do Ribeira.

As forças armadas atuaram com helicópteros, aviões caças e bombardeiros, tropas a pé e motorizada, patrulhas fluviais, além de agentes à paisana, num total de cerca de 20 mil homens.

Antes de iniciarmos a marcha, perdemos dois companheiros que caíram numa emboscada, quando iam ocupar um posto de observação — eram os combatentes Darcy Rodrigues e José Lavecchia, que sofreram as mais vis torturas em Registro e em São Paulo.

Diante da incapacidade das forças armadas, lenta e tranquilamente atravessamos a serra e atingimos o vale do Ribeira, na localidade de nome Barra do Areado, onde o rio deste nome encontra o rio Batatais que é afluente do rio Ribeira. Era 8 de maio quando chegamos, ali deixamos os equipamentos e vestimos roupas comuns — conservamos apenas o armamento e a munição. Alugamos um caminhão para nos transportar a Eldorado Paulista.

Chegamos a Eldorado às 19 horas do dia 8 de maio. Ali existia um bloqueio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que atacamos, derrubando cerca de 6 policiais e pondo a correr os demais — tudo presenciado pela população local. Os mortos naquele combate não tiveram seus nomes anunciados na imprensa, nem houve exploração sentimental nos seus enterros — as forças armadas consideraram aquela derrota uma vergonha que não podia ser declarada.

Tomamos rumo a Sete Barras, esperávamos o encontro com as forças repressoras no caminho. Isto se deu às 21 horas, o pelotão inimigo era composto de 17 homens (1 tenente, 2 sargentos, 2 cabos e 12 soldados). Éramos 7 num caminhão. O inimigo vinha com uma caminhonete e uma viatura militar. Deu um combate de encontro, e não uma emboscada; num rápido envolvimento cercamos o inimigo. Houve um tiroteio intenso, nos seus intervalos os gritos dos inimigos feridos prenunciavam a derrota iminente. Após cinco minutos exigimos a rendição, que foi aceita incontinentemente, sem exigências. O herói que quer fazer do tenente Mendes, não existiu — para restabelecer a verdade, só um inimigo avançou, foi o sargento Lino, que caiu ferido com três tiros, e só um soldado fugiu para Sete Barras.

Nós, revolucionários, cuidamos dos feridos, explicamos a nossa luta aos sol-

dados, expropriamos três metralhadoras, um fuzil e munição.

Decidimos libertar os prisioneiros sob a condição de ser levantado o bloqueio. Conduzimos o tenente Mendes e os feridos até junto à tropa que bloqueava Sete Barras. O tenente Mendes declarou que estava suspenso o bloqueio. Libertamos os prisioneiros e conduzimos conosco o tenente na direção de Sete Barras. Ali constatamos que o bloqueio não havia sido levantado — havia uma emboscada. Desbordamos a emboscada — o inimigo percebeu e, utilizando-se dos faróis de suas viaturas, tentava nos localizar no matagal, e executava milhares de tiros a esmo. Naquela ocasião, a tropa inimiga que vinha pela estrada, na mesma direção que vínhamos antes, caiu na emboscada que havia sido montada para nós. Enquanto isto, nos afastamos, conduzindo o tenente preso. Ali os companheiros José Nóbrega e Edmauro Guerra se perderam, na escuridão, foram presos dias depois e selvagememente torturados. Marchamos dois dias e duas noites sem dormir, o tenente não agüentava mais andar, por isso paramos (dia 10 de maio). Fizemos várias perguntas ao tenente; ele considerava a derrota como culpa dos soldados que usavam a farda como meio de vida, que não tinham amor à farda — sobre o seu procedimento no tempo em que serviu no Presídio Tiradentes, declarou que os presos não são gente — sobre a emboscada que montara, quebrando a palavra empenhada, dizia-se traído pelos seus superiores — perguntado por que a Polícia Militar espancava operários e massacrava operários na greve de Osasco, respondeu que grevistas e desempregados são vagabundos, e não respondeu quando perguntamos sobre a miséria que tinha visto no campo, e particularmente no nordeste.

Foi julgado e condenado por ser um repressor consciente, que odiava a classe operária — por ter conduzido à luta seus subordinados que não tinham consciência do que faziam, iludidos em seus idealismos de jovens, utilizados como instrumento de opressão contra o seu próprio povo, iludindo os jovens, ensinando-os a amar a farda, quando deveriam amar o povo — por ter rompido com a palavra empenhada em presença de seus subordinados — por ter tentado denunciar a nossa posição.

A sentença de morte de um Tribunal Revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontramos próximo ao inimigo, dentro de um cerco que pode ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O tenente Mendes foi condenado a morrer à coronhada de fuzil, e assim o foi, sendo depois enterrado. Não sofreu qualquer violência ou ameaça antes do justicamento, nem teve as mãos amarradas.

Depois de ser preso em São Paulo e ser violentamente torturado durante 15 dias, o companheiro Ariston — filho de Antônio Raimundo de Lucena — conduziu a Polícia Militar ao local do justicamento. Consta que Ariston esteja aleijado, e ao mesmo tempo em que a pressão fazia o enterro do tenente, torturava Ariston.

Do dia 10 ao dia 18 de maio controlamos os deslocamentos da tropa que vasculhava a região de Areado (próximo a Sete Barras). Assistíamos os roubos que a tropa fazia nas plantações, e as humilhações por que passavam os trabalhadores da região.

Continuamos a marcha no dia 19, driblando facilmente as tropas do exército, que demonstrou capacidade, apenas, de aterrorizar a população. No dia 22 de maio o exército aprisionou dois camponeses, que foram fazer compras para nós, torturou-os e matou-os, e para justificar estes crimes, passaram com uma viatura sobre os cadáveres mutilados, para dar a impressão de que tinham sido acidentalmente atropelados.

Temendo que a população nos apoiasse, passaram a bombardear e queimar com napalm grandes regiões, aterrorizando assim a população que passou a abandonar a área. Vãos rasantes foram executados sobre as misérrimas choupanas, e o matraquear das metralhadoras eram constantes. Afastamo-nos da região, evitando o combate, para a população não sofrer represálias.

Ultrapassamos os diversos cercos até o

dia 29, no dia 31 montamos uma emboscada e aprisionamos um sargento e quatro soldados do exército, que se deslocavam numa viatura. Vestimos os seus uniformes e nos deslocamos com a viatura para São Miguel Arcanjo, onde havia um bloqueio que foi ultrapassado. Chegamos a São Paulo, sem dificuldades, às 21 horas, e abandonamos os militares amarrados dentro da viatura.

As forças armadas têm à sua disposição toda a imprensa que é dominada pelos americanos, e mentem diariamente para enganar o povo. Falam em segurança, mas não conseguem fazer a própria segurança — já mataram 18 pessoas que passavam em frente aos seus quartéis. Falam na Pátria e a entregam aos americanos. Conduzem para a luta os soldados, iludindo nossos jovens filhos de trabalhadores, fazendo-os de escudo dos oficiais conscientes traidores da Pátria, inimigos da classe operária. Fazem propaganda, enquanto gastam 40% da renda nacional, e enriquecem com o sofrimento do povo.

Em nossa Pátria os parasitas é que têm

valor: um policial ganha cinco vezes mais que um operário, um cabo das Forças Armadas ganha três vezes mais que uma professora, um oficial inculto ganha mais que um médico, qualquer general idiota ganha mais que um cientista — a injustiça impera em nossa Pátria.

Somente pela luta armada modificaremos isto, fazendo com que as fábricas sejam dirigidas pelos operários, que a produção da lavoura seja de quem trabalha na terra e não aos donos de títulos de propriedade.

Iniciamos o processo de união das organizações revolucionárias, e a união com o povo também está em marcha. Com o povo faremos a revolução que criará um Brasil justo.

OUSAR LUTAR — OUSAR VENCER
VPR
Set 70

* Massafuni Yoshinaga e Celso Lungareti, militantes de grupos de esquerda que, enquanto estavam presos, "arrependeram-se", publicamente (pela televisão, principalmente) de seu envolvimento na luta armada. Yoshinaga suicidou-se anos depois, Lungareti mora em São Paulo.



O general Argus Lima foi o comandante geral da Operação Pajussara

Como as lições do Ribeira foram aplicadas no sertão baiano

Pouco mais de um ano depois da frustrada caça aos guerrilheiros do Vale do Ribeira, as Forças Armadas detectaram a presença de Carlos Lamarca no interior da Bahia. Desta vez, evitando a maioria dos erros cometidos no Ribeira, foi executada uma sofisticada operação de informações, sem o grande aparato bélico da Operação Registro.

A descoberta de Lamarca na Bahia, no entanto, provocou de início uma *corrida* de agentes ao sertão. Assim que se confirmou a presença do homem mais procurado pela polícia em terras baianas, começou uma caçada em que se envolveram 20 organizações militares e duas civis, mobilizando 215 pessoas servidas por helicópteros e aviões. Duas semanas depois, Lamarca continuava driblando seus perseguidores, num repeteço da situação do Vale do Ribeira.

Então, no meio da operação a caça a Lamarca foi interrompida. Aviões, helicópteros, agentes do Rio e de São Paulo foram retirados do sertão, inclusive aqueles que demonstravam mais "sede de pegar Lamarca", como o delegado paulista Sérgio Fleury. Dois dias depois da interrupção, a caçada recomeçou. Desta vez, era uma típica operação de informações, executada por 63 homens de sete organizações militares com a colaboração de duas organizações civis, procurando manter o seu maior trunfo diante dos dois fugitivos (a esta altura, Lamarca e seu companheiro Zezinho): o sigilo.

Vinte e seis dias depois de iniciada, a Operação Pejussara acabou a 17 de

setembro de 1971. Foi considerada uma vitória completa: Lamarca foi morto junto com mais três companheiros, enquanto o último era baleado e preso. Além do sigilo e de fatores simplesmente militares — como a superioridade de força e o emprego de agentes experimentados — dois outros aspectos contribuíram para o êxito da Operação Pejussara: a colaboração dos habitantes do sertão, que forneceram as informações essenciais sobre os passos dos fugitivos, e a doença de Lamarca, que nos últimos dias mal conseguia caminhar, atacado pela asma.

Os agentes do Codi da 6ª Região Militar, de Salvador, pegaram o fio da meada que os levaria a Lamarca em março de 1971, quando Solange Lourenço Gomes (*Emília*) entregou-se à polícia. Ela era do MR-8 e suas informações colocaram o Codi na perseguição ativa de dezenas de militantes da Bahia. Mas somente em agosto é que os agentes efetuariam as prisões decisivas para chegarem à pista de Lamarca, filiado ao MR-8 desde março daquele ano.

Preso no dia 6 de agosto, José Carlos de Souza (*Rocha*) resistiu aos interrogatórios por duas semanas. No dia 20, confessou ter sido o motorista da Kombi que, no mês de junho, transportara Carlos Lamarca e sua companheira Iara Lavaleberg do Rio para a Bahia. Lamarca foi levado diretamente para Brotas de Macaúbas, a quase 700 quilômetros de Salvador, onde ficou sob os cuidados de José Campos Barreto, o Zezinho ou Jes-

(Continua)

sé, filho da região e que servira com Lamarca em 1966, no Exército. Iara Iavelberg desceu no caminho e tomou um ônibus para Salvador, ficando escondida num apartamento da rua Minas Gerais, no bairro de Pituba. Neste *Aparelho* do MR-8, ela morreu — segundo a polícia, suicidou-se — a 19 de agosto, dia em que os agentes do Codi baiano o invadiram com tiros e bombas de gás lacrimogênio, prendendo ali dois outros militantes.

No dia 21, no Rio, por coincidência, os órgãos de segurança apreenderam documentos do MR-8, entre eles cartas a Iara Iavelberg escritas por Lamarca de seu esconderijo em Brotas de Macaúbas. Nas cartas, algumas referências à paisagem e ao clima levaram os agentes à conclusão de que Lamarca realmente estava no ser-

tão baiano. Foi desfechada então a Operação Pejussara, que teve início efetivo a 21 de agosto de 1971. No sertão, o comando operacional foi do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe da 2ª Seção — Departamento de Operações Internas, DOI — do Estado Maior da 6ª Região Militar; em Salvador, o comando geral ficou nas mãos do general Argus Lima, comandante da 6ª Região Militar.

O major Cerqueira e o general Argus são os signatários do relatório final da Operação Pejussara, com 101 páginas e data de 19 de outubro de 1971. Até agora inédito, o relatório descreve a operação e detalha seus principais ensinamentos para a luta antiguerilha. Dele foram retirados os trechos que seguem.

Os últimos dias de Lamarca

Principais lances da perseguição

Baseado no relatório final da Operação Pejussara eis um diário resumido dos principais episódios e decisões relativos à perseguição final a Lamarca no interior baiano.

Dia 21-8-71 — Agentes do Codi da 6ª Região Militar, de Salvador, são enviados a Brotas de Macaúbas, a quase 700 quilômetros, para checar a informação de que Lamarca estaria escondido ali. Começam a chegar a Salvador agentes do CIE, Cisa e Cenimar, todos do Rio.

Dia 23-8-71 — Novos agentes são enviados a Brotas de Macaúbas. A informação inicial é confirmada.

Dias 25 e 26-8-71 — Toda a região vizinha de Brotas de Macaúbas recebe dezenas de agentes e soldados, que se distribuem pelos povoados próximos.

Dia 27-8-71 — Dois helicópteros chegam a Oliveira de Brejinhos, onde é instalado o comando das operações. Descobre-se o local onde Lamarca deve estar escondido: Fazenda Buriti.

Dia 28-8-71 — Ao amanhecer, dezenas de agentes e soldados cercam e invadem a Fazenda Buriti. No tiroteio ocorrido, morrem dois companheiros de Lamarca: Luiz Antonio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto, enquanto é ferido e preso Olderico Campos Barreto — os dois últimos, irmãos de Zezinho, acompanhante inseparável de Lamarca.

Na Fazenda, são apreendidos três revólveres. Nos fundos da casa, um pouco longe, é descoberto o local onde Lamarca estava morando: uma barraca armada no mato. Ali foram encontrados cigarros, fósforos e várias latas vazias — indícios de fuga precipitada.

Dia 29-8-71 — São lançadas várias patrulhas para caçar Lamarca.

Dias 30 e 31-8-71 — As buscas, com apoio de helicópteros, não dão resultados.

Dias 1,2 e 3-9-71 — Sem obter nenhuma pista de Lamarca e Zezinho, a operação é suspensa no final do dia 3. Ficam na região alguns agentes do Codi de Salvador, auxiliados por informantes locais pagos e instruídos para informar qualquer novidade.

Dia 5-9-71 — Os dois fugitivos são vistos por habitantes das proximidades de Brotas de Macaúbas, onde obtêm alimentos.

Dia 6-9-71 — Em Salvador, planeja-se a segunda fase da operação, iniciada imediatamente, com o envio de equipes em trajes civis para a região de Brotas.

Dia 7-9-71 — Confirma-se que Lamarca e Zezinho estão perto de Brotas.

Dia 8-9-71 — São reforçadas as equipes de busca. O efetivo alcança 63 pessoas, ou seja, quase quatro vezes menos do que na primeira fase da operação.

Dia 9-9-71 — São lançadas para regiões distintas três equipes de buscas. Em Pé do Morro, perto de Brotas de Macaúbas, é descoberto o rastro dos fugitivos.

Dia 10-9-71 — Um matuto de nome Gabriel informa que, a pedido de Lamarca e Zezinho, que se dizem *viajantes*, realizou uma compra de alimentos para ambos. Uma equipe fica na casa do matuto para fazer emboscada. Outra equipe, no entanto, reconhece Zezinho em Ibotirama, mas nada faz por causa da escuridão da noite.



"A Operação foi um êxito porque..."

O relatório diz que o sigilo e o apoio civil foram essenciais

Das 101 páginas do relatório final da Operação Pejussara, seis são dedicadas às conclusões, onde o general Argus Lima analisa e comenta a atuação das forças por ele comandadas na perseguição final a Carlos Lamarca. Transcrição completa:

CONCLUSÕES FINAIS

A. Considerações preliminares

— A rapidez da evolução dos acontecimentos, após a morte de IARA IAVELBERG, e a apreensão, na GUANABARA, das cartas de LAMARCA, fizeram com que o fator tempo fosse considerado como preponderante na decisão inicial do emprego das equipes de informação, na 1ª fase.

— A valorização exagerada do mito LAMARCA provocou a corrida à área dos elementos das Agências Centrais de informação os quais, altamente motivados, para a destruição desse mito, não estavam, entretanto, preparados para a sobrevivência na caatinga e uma duração maior da operação.

— A suposição de que o MR-8 ainda dispunha de um eficiente serviço de informações fez admitir a hipótese de que LAMARCA, tomando conhecimento do suicídio de sua amante, pudesse abandonar a área de campo já levantada, jogando por terra todos os esforços realizados.

— Estes foram os principais aspectos que conduziram a uma certa precipitação

na Ordem de Operações nº 1 (item 3.b. (2) e seguintes).

— Quanto à 2ª fase, o efetivo empregado, inicialmente de 26 (vinte e seis) homens, incluindo os motoristas, caracterizou perfeitamente uma Operação de Informações (busca de informes e captura), sem apresentar complexidade na sua condução, facilitando sobretudo o exercício de comando, bem como o apoio administrativo e dificultando, ao máximo, ao inimigo a obtenção de informes sobre as forças de segurança.

— Por outro lado, a homogeneidade das equipes veio ainda facilitar de muito esse exercício de comando, dando tranquilidade quanto aos incidentes ocasionais entre as equipes, pois todos se conheciam.

B. Principais ensinamentos

(1) Aspectos táticos

— O emprego da doutrina Antiguerilha só se justifica quando o inimigo se apresentar em valor compatível, não sendo adequada contra pequenos bandos.

— No caso presente, a extensa área, mesmo quando delimitada como a FAZENDA BURITI, com suas características topográficas de vegetação, não permitiria a materialização do cerco, a não ser com emprego de grandes efetivos, que não se justificariam face ao valor do inimigo, avultando enormemente os problemas ligados ao apoio administrativo, face às grandes distâncias (cerca de 700 km de

OPERAÇÃO PAJUSSARA — EFETIVO TOTAL

ORGANIZAÇÃO	I FASE: 21/8/71 a 4/9/71				II FASE: 6/9/71 a 17/9/71			
	Oficiais	Praças	Agentes	TOTAL	Oficiais	Praças	Agentes	TOTAL
CODI/6ª RM	3	6	—	9	3	6	—	9
19º BC	3	18	—	21	3	14	—	17
1º/4º GACosM	2	1	—	3	—	—	—	—
4ª Cia Gda	1	1	—	2	1	1	—	2
6º Pel Ap MB	—	3	—	3	—	—	—	—
H Ge S	—	1	—	1	—	—	—	—
Gpt Fz Nv	—	4	—	4	—	5	—	5
COMCOS	4	4	—	8	—	1	—	1
PMBA	2	20	—	22	2	18	—	20
DPF/BA	—	—	15	15	—	—	5	5
Petrobrás (motorista)	—	—	1	1	—	—	1	1
Cia Miner.	—	—	11	11	—	—	3	3
Boquira (motoristas)	—	—	—	—	—	—	—	—
35º BI	1	—	—	2	—	—	—	—
CIE	6	11	—	17	—	—	—	—
CENIMAR	4	20	—	24	—	—	—	—
CISA	5	14	—	19	—	—	—	—
PARASAR	3	15	—	18	—	—	—	—
GO Esp (GB)	2	2	1	5	—	—	—	—
DOPS (SP)	—	—	9	9	—	—	—	—
Sv Com (SP)	—	—	10	10	—	—	—	—
CODI/II Ex	2	7	—	9	—	—	—	—
2ª Seç/IV Ex	2	—	—	2	—	—	—	—
TOTAL	40	128	47	215	9	45	9	63

Salvador) e à inexistência de recursos locais, particularmente água, e sem uma estrutura viária mínima para o apoio terrestre.

Problemas semelhantes poderão surgir em outros pontos do Território Nacional, porém, em terrenos que apresentem características idênticas, com grande dificuldade para emprego de efetivo de vulto.

— O emprego de helicópteros como apoio aerotático, particularmente nas buscas, demonstrou que, contra pequenos efetivos, tem pouca eficiência e denuncia o emprego de nossas frações, fazendo com que o inimigo se entoque, dificultando a sua localização. É interessante ressaltar que no caso presente, Lamarca e Jessé só reapareceram após perceberem a retirada das forças da área, e ausência de vôos sobre a mesma.

— A falta de equipamentos de comunicações, na 2ª fase, não tornou a missão impossível, porém, caso existisse, teria permitido maior rapidez e melhor exploração dos informes e facilitado a ação de comando.

Para esse tipo de emprego, é imprescindível que o equipamento de comunicações tenha longo alcance, seja bastante portátil e que não dependa de fonte de alimentação pesada. O equipamento SSB seria o ideal, se outra fosse a sua fonte de alimentação, pois, atualmente, exige bateria de 12 volts.

— A utilização de viaturas civis foi altamente positiva e trouxe grande economia para o Exército, inclusive com o emprego de motoristas civis, que, também participaram ativamente das buscas de informes.

— O armamento FAL mostrou-se de grande eficiência, inspirando, o que é essencial, confiança aos seus portadores. Enquanto que a Metralhadora INA, talvez devido à munição, com constantes acidentes de tiro, inclusive durante a ação final, permanece em descrédito no meio militar.

— O grande efetivo da 1ª fase, em relação ao valor do inimigo, de certa forma criou problemas para o seu emprego. Já na 2ª fase, o efetivo adequado facilitou o acionamento das equipes com simplicidade e rapidez.

— A unidade de doutrina, de formação e de instrução de pessoal a empregar, deve ser considerada como uma das premissas básicas, evitando-se, a todo custo, utilizar elementos de unidades diferentes.

— A missão e sua finalidade foram perfeitamente definidas e caracterizadas na Ordem de Operações nº 1.

C. Considerações finais

— O êxito da Operação Pejussara deve-se aos seguintes fatores:

(1) — A definição da diretriz de Comando, ao caracterizar a Operação como sendo de informações, e determinando que não haveria emprego de tropa nos moldes convencionais, enquanto não ficasse comprovada a existência de bandos de guerrilheiros.

(2) — Manutenção, a todo custo, do sigilo da Operação, particularmente na 2ª fase.

(3) — Tomada de decisões corajosas, admitindo-se riscos calculados, como sejam:

— a suspensão provisória da Operação na 1ª fase;

— o pequeno efetivo empregado na 2ª fase;

— a não realização do cerco ou isolamento, na 2ª fase, nos moldes doutrinários;

— a não realização de buscas, em Ibotirama, nas residências, visando conquistar e manter a simpatia da população;

— o não emprego de helicópteros na 2ª fase;

— O alto grau de veracidade dos informes, perfeitamente demonstrado por ocasião do evento do dia 16;

— a não utilização de elementos estranhos ao Codi/6, na 2ª fase;

— o investimeto final pela pequena equipe, agindo com rapidez e audácia, obtendo total surpresa.

(4) — Funcionamento anterior do Centro de Informações Internas (Codi/6) com perfeito entrosamento entre os órgãos de Segurança na área, facilitando o apoio recíproco.

(5) — Excelente rendimento da rede

(Continua)

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 33-16-02 e 33-26-02 e multiplique suas vendas na classe "A".

de informantes locais e mais a exploração intensa e colaboração espontânea dos guias.

(6) — Perfeito entrosamento entre as diversas seções do Estado-Maior, sem compartimentos estanques, todas trabalhando e participando, desde o planejamento inicial, das diversas fases da Operação.

(7) — Apego, com denodo, às idéias iniciais de:

— emprego de pequenas equipes, altamente móveis, utilizando-se de recursos locais e operando em trajes civis, para confundir e inquietar o inimigo;

— que a ação realizada, com características de Operação de Informações e estouro de aparelho rural, requereu paciência e persistência, afora as virtudes militares fundamentais e a obediência aos princípios de guerra;

— que a atitude da população local constituiu fator preponderante para o êxito da Operação;

— que os meios sofisticados não seriam utilizados e que as buscas se processariam com base em informes, deslocamentos a pé ou utilizando muaras.

(8) — Convém caracterizar como princípios de guerra que foram realçados nesta Operação:

— **APOIO DA POPULAÇÃO:** é básico neste tipo de Operação, pois a experiência vivida permite afirmar que dificilmente haveria sucesso sem a cooperação e a confiança dedicadas às forças legais por aquela humilde população;

— **UNIDADE DE COMANDO:** obtida na 1ª fase por uma definição precisa da responsabilidade na condução das Operações, mesmo diante da heterogeneidade e origens diversas das equipes. Na 2ª fase, esta unidade de comando foi extremamente facilitada, pela homogeneidade dos elementos empregados;

— **UNIDADE DE DOCTRINA:** particularmente na 2ª fase pelas características do efetivo empregado;

— a **MANOBRA E MOBILIDADE:** nitidamente superior ao inimigo, permitiu, no final da Operação, em apenas meia jornada, numa rápida manobra no emprego das equipes, explorando a mobilidade terrestre, recuperar a distância percorrida pelos terroristas em 72 horas;

— **SURPRESA:** na 1ª fase, apenas por causa fortuita, não se obteve completo êxito. Integral, no epílogo, quando foram surpreendidos os dois terroristas;

— **SIGILO DA OPERAÇÃO:** poderia ser considerado também como princípio a ser observado, aperfeiçoando-se a experiência obtida nesta Operação.

(9) — A condição física do combatente de Antiguerrilha, dos quadros, inclusive dos Oficiais-Superiores, é também base para o sucesso da Operação. Assim, não prevalece apenas a capacidade técnica, intelectual, o moral, a força de vontade, etc., se não existir o alicerce sobre o qual tudo o mais se desenvolve, que é a resistência aos esforços intensos e prolongados e à adversidade do ambiente. Esta afirmação é baseada também no estado físico em que se apresentavam os dois terroristas ao final da ação, totalmente esgotados.

(10) — Após a conclusão da Operação, o aproveitamento do êxito, sob o aspecto de ação psicológica, a liberação das informações, pelos órgãos competentes, não produziu os efeitos desejados, gerando sensacionalismo, distorções, e inverdades que agitaram e confundiram a opinião pública, e romperam o clima de discrição e modéstia que sempre caracterizou o trabalho do Codi/6.

alguns noticiários produziram efeitos altamente negativos, criando, em grande parte da população, sentimento de compaixão pelo terrorista Lamarca e sua amante, após a publicação das cartas apreendidas.

(11) — Finalmente, permitiu esta Operação conhecer a miséria impressionante do homem da caatinga. Nossas forças viveram um mês, praticamente, ao seu lado, obtendo a sua lealdade e confiança, o que nos levou à vitória final. Permitiu, também, conhecer, mais e melhor, a alma do homem humilde do campo, espelho fiel de nossa gente que odeia a violência, que deseja apenas tranquilidade para viver na paz de seu trabalho.

Esta conduta da população na área de Operações criou uma dívida imensurável de gratidão e fez pairar, sobre o resto da Nação, o exemplo a ser seguido no combate aos inimigos da Pátria. Somente com o apoio da população de todos os quadrantes do país poderemos eliminar, de vez, a subversão e o terrorismo no Brasil.

dem, a pequena Equipe, a exemplo de seu Chefe, engatilhou suas armas e procurou aproximar-se dos dois homens deitados.

— Cerca de dez metros dos mesmos, em virtude de dois elementos da Equipe terem se lançado através da caatinga, para encurtar caminho, provocando ruído de mato quebrado, que despertou um dos terroristas, o qual exclamou: CAPITÃO! OS HOMENS ESTÃO AÍ! Toda a Equipe, a essa altura, já estava em linha. O elemento que falou, começou a correr, iniciando-se então o tiroteio. O segundo levantou-se, tentando correr, carregando um saco.

— Esse foi abatido 15 metros à frente, caindo ao solo, enquanto o que dera o alarma, apesar de ferido, prosseguiu na fuga.

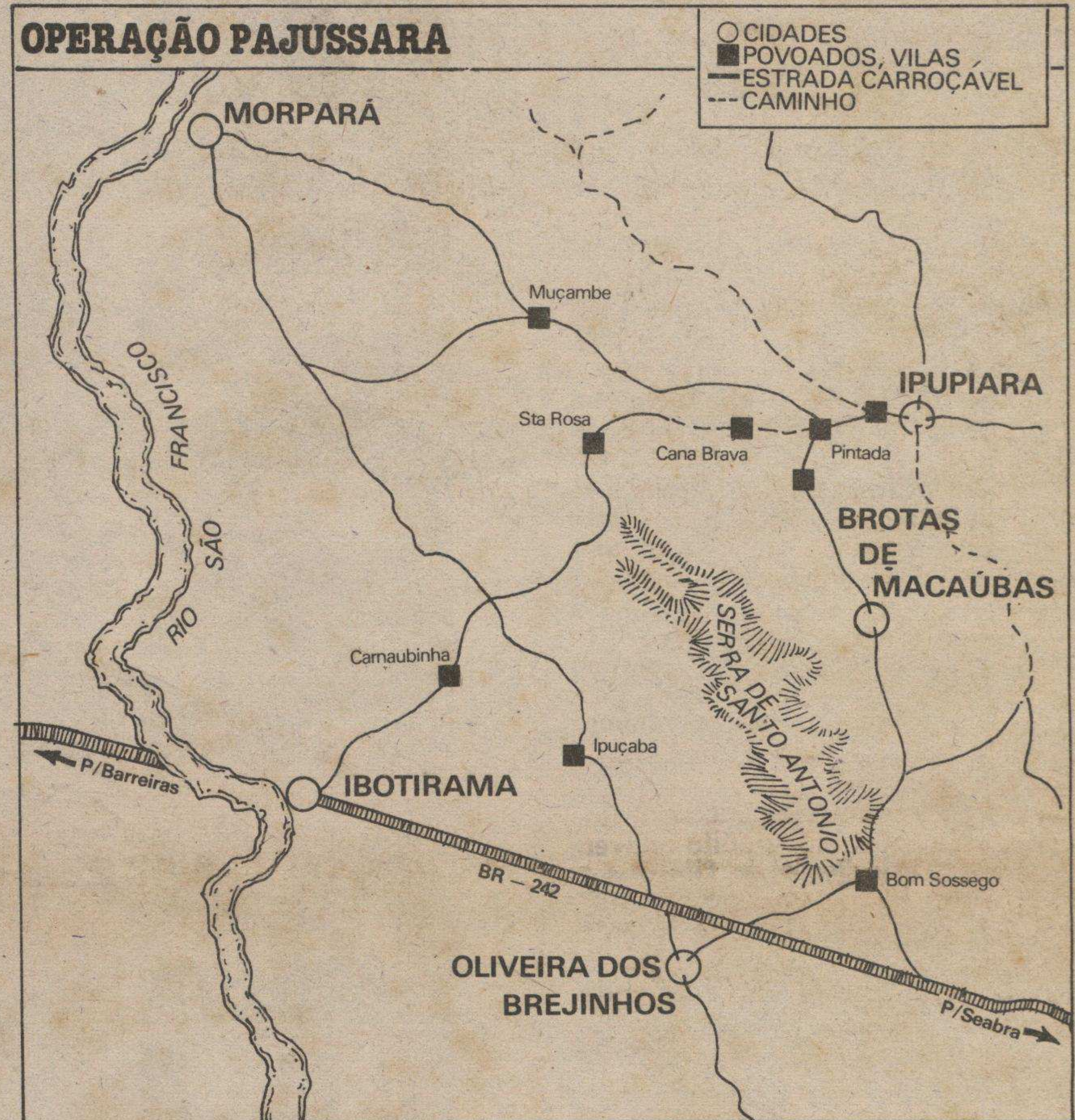
— Como permanecessem ao lado do terrorista caído dois agentes e só um estivesse perseguindo o JESSÉ, o Comandante do DOI determinou que o Cabo auxiliasse aquele elemento, entregando-lhe para isso a sua Metralhadora, pois a que o Cabo portava, estava quebrada: era uma INA.

— Pouco adiante, JESSÉ virou-se para o elemento que o perseguia, atirando-lhe uma pedra, recebendo então a última rajada. Ainda gritou: Abaixo a Ditadura, caindo morto.

— A Equipe TIGRE que se encontrava



Área da Operação



Lamarca tentou correr mas foi abatido. Jessé ainda gritou: "Abaixo a ditadura"

O relatório da Operação Pajussara reservou duas páginas à descrição do episódio da morte de Lamarca e seu Companheiro Zezinho ou Jessé. O trecho foi intitulado O Epílogo Transcrição completa:

— Em Chegando a PINTADA, determinou o Comandante do DOI que as viaturas ficassem à sombra de uma árvore, na entrada dessa localidade, e sob a guarda e seus dois motoristas.

— O comandante do DOI, analisando a situação e imaginando que a Equipe TIGRE pudesse levantar uma pista concreta e necessitar de seu apoio, iniciou com sua pequena Equipe o deslocamento, a pé, na trilha de PINTADA para CANA BRAVA, a fim de realizar uma junção com a equipe TIGRE.

— Após marchar cerca de 2 horas e não ter encontrado esta Equipe, decidiu retornar, o que fez.

— Quando se aproximava das viaturas, cerca de 500 metros, o motorista, FUMANCHU, aos gritos, ofegante, chamou: Major!, tem dois homens deitados debaixo da árvore. Mais calma, disse haver um rapaz informado que vira um homem deitado, e ele resolvera ir ver, quando observou não um, mas dois homens, com sacos, e apresentando características dos terroristas. Não seria necessário nenhuma or-

O CUSTO DA CAÇADA

Sem contar as despesas realizadas por agentes de São Paulo e do Rio, que tomaram parte no início da caçada, retirando-se depois, o custo da Operação Pejussara foi calculado em Cr\$ 349.104,58. Corrigido monetariamente, esse total, que se refere apenas aos gastos da 6ª Região Militar, de Salvador, equivale atualmente a Cr\$ 3 milhões e 800 mil. Como se pode verificar pela discriminação das despesas, dois terços correspondem aos gastos com o apoio aéreo, envolvendo 10 aeronaves — três helicópteros e sete aviões — que voaram um total de 324 horas e 45 minutos, ou seja, o equivalente a 13 dias e meio.

De acordo com o relatório final, eis as despesas da 6ª RM:

— Diárias do pessoal	Cr\$ 35.620,80
— Material para Veículos	2.688,00
— Remédios	2.000,00
— Colchões	2.500,00
— Gasolina paga na área	2.550,00
— Gastos em apoio à população	10.355,00
— Material para cópias/papel	5.836,20
— Apoio aéreo	233.114,00
— II Distrito Naval	3.000,00
— Polícia Federal/BA	20.000,00
— Polícia Militar/BA	31.440,58
TOTAL	349.104,58

a cerca de 600 metros desse local, ouvindo o tiroteio, acelerou sua marcha, no entanto, quando chegou estava tudo terminado.

— O Comandante do DOI travou o seguinte diálogo com o terrorista abatido, que reconheceu como sendo CARLOS LAMARCA.

— Você é LAMARCA? — Nenhuma resposta foi obtida: retirando então de seu bolso o retrato e fazendo a comparação, repetiu a pergunta, obtendo como resposta:

— Sim, sou LAMARCA.
— Como é o nome de sua amante?
— 'IARA', respondeu.
— Sabe o que aconteceu com ela?
— Suicidou-se, não é?
— Morreu. Onde está a sua família?
— Em Cuba.
— O que você acha disso?
— Sei quando perco.
— Você é um traidor do Exército Brasileiro.

Não foi obtida resposta. CARLOS LAMARCA estava morto. Eram 15h40 min de 17 SET 71, 6ª feira.

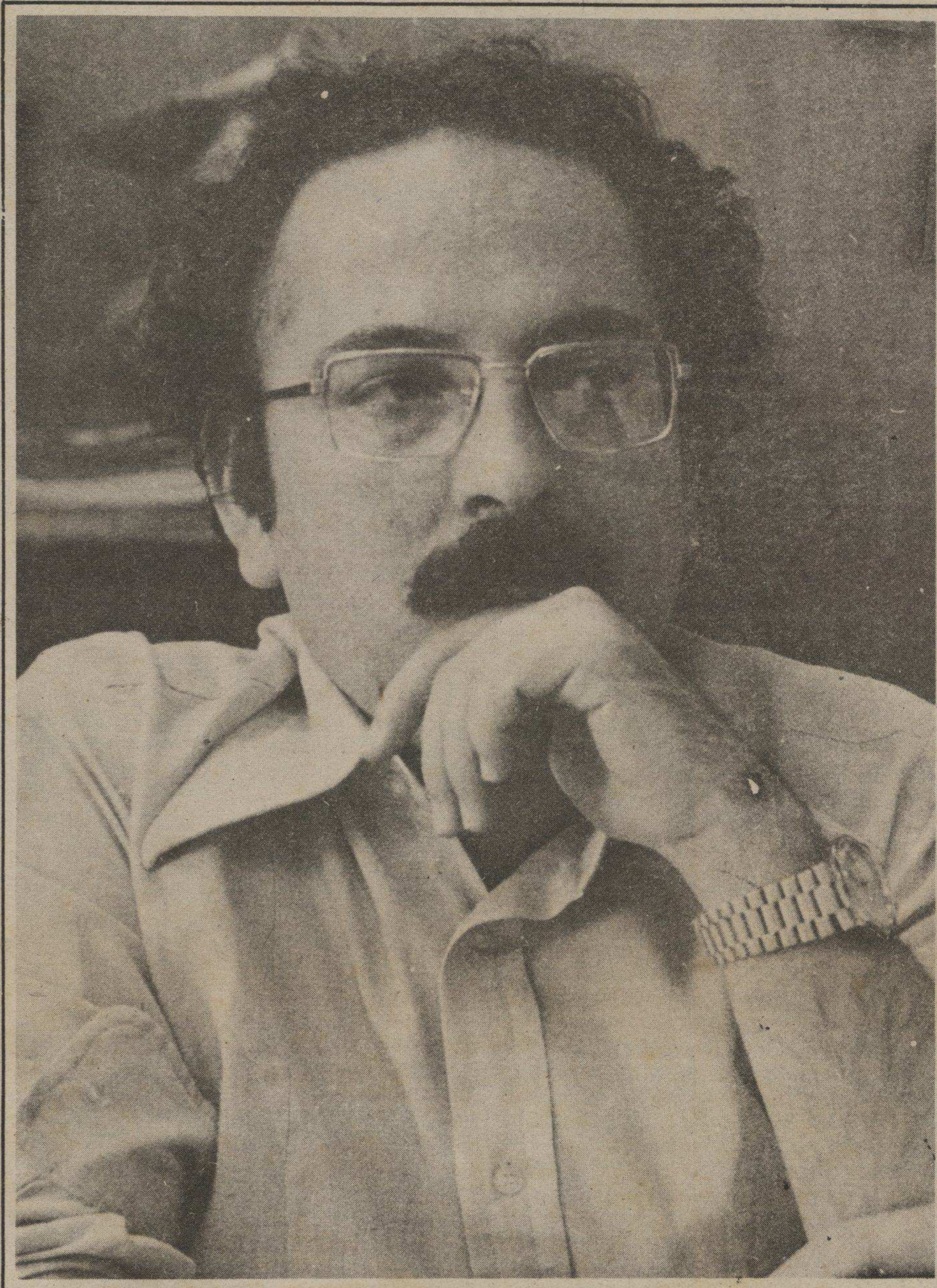
— Recolhidos os corpos e despojos foram os mesmos transportados para Brotas de Macaúbas, de onde, finalmente, pode ser transmitida a mensagem tão ansiosamente esperada:

— OPERAÇÃO PEJUSSARA! MISSÃO CUMPRIDA!"

Socialismo, o ideal em crise

A perplexidade das esquerdas e a redescoberta de Marx no Brasil, segundo um pensador marxista

Eduardo Guimarães



João Carlos Brum Torres: "A esquerda precisa quebrar muitos dos seus tabus"

Numa mesa redonda da reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC — em 1975, o gaúcho João Carlos Torres, recém-chegado da França, formado Mestre em Filosofia pela Universidade de Paris, mencionou a tese que desenvolvera, sobre a concepção marxista da Teoria do Valor.

Mencionou o trabalho sem nenhuma intenção de vê-lo publicado, pois a Teoria do Valor, um dos pilares sobre os quais se ergue toda a Ciência Econômica, é terreno de difícil acesso, freqüentado por uns poucos iniciados. "Nenhuma editora vai interessar-se por este assunto", pensou Torres.

Mas enganou-se. Pouco depois, através de amigos, soube do interesse da Editora Símbolo. No final do ano passado, saiu o livro e saiu recebendo elogios de nomes respeitáveis dos círculos acadêmicos nacionais.

Claro, o livro tem um público restrito, praticamente apenas no âmbito universitário entre os estudiosos de Filosofia e Economia. Mas Torres considera o simples fato de uma editora ter-se interessado em lançá-lo um indício da "grande curiosidade geral que há no Brasil hoje por temas de investigação teórica, especialmente os de alguma forma referidos ao marxismo".

João Carlos Brum Torres formou-se em Filosofia e Direito pela Universidade do Rio Grande do Sul, onde passou a lecionar em 1968, integrando uma equipe comandada pelo respeitado professor Gerd Bornheim. Gerd e seus companheiros de equipe foram todos expurgados da universidade em setembro de 1969 e seu livro é, de certa forma, consequência desse expurgo: "Saí daqui", diz ele, "sem ter clareza sobre o que estava acontecendo e foi a necessidade de entender o que havia acontecido comigo e com todos os outros que me levou a interessar-me pelo estudo do marxismo".

Atualmente, ele trabalha no Gabinete de Assessoramento Superior da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Nesta entrevista, o seu livro — de difícil abordagem jornalística — é apenas o mote para que fale sobre o tema de alta atualidade e que ele tem estudado regularmente nos últimos anos — o marxismo e sua influência nos meios políticos e acadêmicos do país. Entrevista a Elmar Bones, José Onofre e José Fonseca.

Para a gente se situar: dá para explicar rápida e simplesmente o que é a teoria do valor?

JOÃO CARLOS — A teoria do valor é a base da Ciência Econômica. É uma proposta de explicação porque as coisas têm valor no sentido econômico. Frente a ela, existem duas posições: uma é a de que as coisas têm um valor mercantil porque são úteis e escassas. A outra posição, da economia clássica, de Ricardo — e que Marx iria assumir — diz que não. As coisas têm valor porque elas custam trabalho. Esta mesa, por exemplo, terá que ser trocada por esta cadeira numa relação xis. A teoria convencional diz que é a escassez relativa de cada uma delas que estabelece qual é a relação — se a mesa vale duas cadeiras ou vice-versa. Os clássicos dizem que, para todas as coisas que são renováveis, o que determina é o tempo de trabalho neces-

sário para fazer uma e outra coisa. Claro, aí já surge uma dificuldade imediata. Se eu sou preguiçoso ou ineficiente, o custo social do meu trabalho não pode ser medido como o do trabalho de um indivíduo eficiente. É preciso estabelecer o que Marx chama de o tempo socialmente necessário, ou seja, o tempo de trabalho médio.

Para fazer uma cadeira, um homem trabalhando oito horas por dia precisaria três dias. Seria um tipo de medição assim?

JOÃO CARLOS — É. Um leva nove, outro leva dez, mas no mercado essa relação vai ser fixada pelo tempo médio. O mercado é que vai fixar qual é o tempo médio. Se três de nós, por exemplo, fazemos a cadeira em um dia e um faz em três dias, o que fizer em três não vai poder se manter. Quem produzir mais em menos tempo vai poder vender mais barato. Essa é, a grosso modo, a teoria do valor.

Na tua opinião, há no Brasil uma curiosidade geral por temas de investigação teórica, especialmente os referidos ao marxismo. Qual a origem dessa curiosidade?

JOÃO CARLOS — A impressão que tenho é de que estamos passando por um período de acumulação primitiva de conhecimento aqui no Brasil, onde está se publicando tudo, até mesmo desenterrando coisas das gavetas das pessoas que estão aí esquecidas, perdidas e cuja importância é difícil saber. Acho que a

gente passa por um momento importante, porque há um esforço para coletar e divulgar tudo o que está sendo feito. De qualquer maneira, acho que vai ser positivo, pois as coisas sólidas terão que ser feitas em cima de uma tradição cultural. É preciso que haja muita produção para que pouco a pouco se vá decantando. E, ao mesmo tempo, criando uma espécie de campo teórico. No Brasil hoje há uma preocupação muito grande em compreender o que está havendo aqui. O país está despontando com uma força... O desenvolvimento capitalista no país é muito torto, as distorções provocadas por isso são enormes e a preocupação em entender o que está havendo é muito grande e vai acontecer em todos os campos de saber.

Tornou-se modismo ler O Capital

Tu falas em acumulação primitiva de conhecimento. Isso poderá resultar num salto no campo do conhecimento, a certa altura?

JOÃO CARLOS — Acho que há alguma chance, porque o país dependente está aberto a influências culturais múltiplas. É uma vantagem, porque dá para encurtar um pouco o caminho. Na Europa, por exemplo, os chamados marxistas ocidentais — Lúcio Coletti, Dellavolpi, Sartre — a rigor não se conhecem, não sabem o que os outros estão produzindo. Num país subdesenvolvido, assim em emergência como o nosso, todo cheio

de contrações, a diversificação do leque de informação cultural é muito maior. A gente transa com mais pontos de contato a nível das referências culturais mundiais. Então, isso pode ser uma pré-condição para que a gente dê o pulo. Mas é difícil saber se essas coisas vão ocorrer, principalmente quando o conhecimento está nesta área do marxismo.

Por que especialmente com o marxismo?

JOÃO CARLOS — Porque aí é preciso que esse conhecimento esteja envolvido em movimentos sociais mais fortes. Ora, a nossa tradição de movimento operário é muito fraca. Os partidos políticos no Brasil que têm uma referência a essa tradição são também muito fracos. É diferente se você pega, por exemplo, a experiência alemã, onde o marxismo é uma influência fortíssima na social democracia. Aqui a gente não tem esse tipo de coisa.

Nós temos no Brasil um bom número de bons caras fazendo uma boa leitura do marxismo?

JOÃO CARLOS — Há um número crescente. Economistas, filósofos, sociólogos. E está se tornando uma espécie de modismo também ler *O Capital*. Qualquer curso de Sociologia, Filosofia ou Política, para o cara achar que o curso está bom tem que ter um curso lá de leitura de *O Capital*.

Isto não é uma coisa paradoxal?

JOÃO CARLOS — Em que sentido?

No sentido de que estamos saindo do amadorismo, e que está acontecendo tudo isso dentro da universidade, justamente depois de um período em que a universidade sofreu todo o tipo de restrição, de perseguição, de expurgo...

JOÃO CARLOS — Acontece que a oposição brasileira ganhou a batalha ideológica. Apesar de todas as perseguições, exílios e expurgos, quando a oposição brasileira sofreu suas grandes derrotas políticas e militares, no início da década de 70, ela se tornou basicamente ideológica. As forças de esquerda refluíram para o nível ideológico e contra-atacaram. O primeiro sinal foi os jornais como *Opinião* e depois, o *Movimento*. Os jornais se tornaram a base de trabalho oposicionista legal, pelo menos do trabalho da esquerda mais consequente. A oposição ficou atomizada, cada um no seu lugar, mas toda ela se concentrou numa batalha ideológica. Depois, foi o trabalho dentro da universidade, onde o autoritarismo gerou o seu antídoto em termos de opinião. Quanto mais censura, mais tentação havia para o pessoal que estava maturando, que era jovem, que queria se opor a isto, de pensar o oposto, de rebater o obscurantismo autoritário com a radicalização das posições democráticas.

Daí o interesse todo pelo marxismo?

JOÃO CARLOS — É, aí é que houve uma difusão enorme do marxismo nestes últimos anos. O resultado, estou convencido, foi o aprofundamento da cultura de oposição no país, fortemente marcado pelo marxismo e que acabou entrando para dentro da universidade. A universidade está permeada com uma cultura de oposição no seio da qual o marxismo desempenha um papel muito importante...

Quer dizer que, entre nós, o marxismo não está em crise?

JOÃO CARLOS — Bem, a nível mundial, o marxismo atravessa uma crise profundíssima. Uma crise de paradigma. A União Soviética, a China, o Vietnã não são mais modelos que possam ser aceitos sem discussão. Muito pelo contrário... Além da crise do modelo, há uma crise de ideal. A utopia de uma sociedade transparente, sem contradições, com o estado se decompondo parece exatamente uma utopia. A experiência do socialismo real é uma experiência de fortalecimento do estado, de controle cultural, de repressão ideológica e de repressão física. Então, nossa cultura marxista no Brasil é extremamente provinciana, por ser toda cheia de tabus. As grandes questões do

(continua)



"Dom Vicente foi obrigado a protestar contra as vitrines cheias de livros marxistas. A oposição venceu a batalha ideológica"



"O socialismo é Fidel Castro. Não o Fidel de Sierra Maestra, mas o Fidel que está na África"



"Colocar a questão do socialismo hoje entre Stalin e Trotski é, fora de dúvida, um atraso histórico"

marxismo internacional não são tratadas. A carência de uma teoria do estado, por exemplo, ou a questão mais recente de pensar o que seja uma democracia socialista, ou a impossibilidade de um planejamento que elimine todos os conflitos e dificuldades econômicas, nada disso é propriamente pensado aqui. Também porque estávamos na luta contra o autoritarismo, no seio do qual levantar essas questões pareceria imediatamente uma ameaça divisionista.

Nossa esquerda finge que não vê

Nós estamos numa espécie de bê-a-bá do marxismo e, ao mesmo tempo, recebendo respingos de uma imensa crise internacional. Quais são os resultados disso?

JOÃO CARLOS — A primeira reação da oposição brasileira em relação a esta crise internacional tem sido fingir que ela não existe. Levantar essas questões é um tabu. É visto, no mínimo, como um extremo mau gosto e, no máximo, como uma traição. O problema é que isso é inevitável. Não adianta fingir que as coisas não estão aí. É preciso abrir o debate e melhorar o seu nível.

As discussões como estão ocorrendo revelam uma certa prisão ao passado, como se perpetuasse o debate de pós-1940, num clima altamente emocional, não te parece?

JOÃO CARLOS — À primeira vista tu tens razão, estes debates parecem já arcaicos. Por outro lado, a maneira como se trava o debate é de uma vitalidade enorme. A questão é entender em que sentido estes conflitos são antigos e por que eles são tão vivos. Por que, quando a cultura marxista no Brasil começa a se assumir mais abertamente, estes conflitos retornam tão virulentamente? Não é muito difícil de entender. No fundo, o confronto Trotski-Stalin é um confronto básico. Sempre que alguém quer se colocar na esteira desta tradição, acaba por tomar posição de um lado ou de outro. A verdade é que esses dois nomes, ainda que tenham sido duas alternativas da revolução russa e, portanto, do destino do socialismo no mundo contemporâneo, não podem ser tomados como esgotando o campo da discussão sobre o que deva ser o socialismo. Tomar esses dois nomes como ícones e como referências suficientes para colocar a questão do socialismo hoje, é realmente um atraso histórico. O que se tem que fazer é uma reflexão sobre o que foi feito no mundo socialista. A minha ideia é que a crise do modelo, a crise do paradigma da União Soviética, da China, etc., revela uma crise do ideal do socialismo. É preciso repensar os termos do ideal.

É repensar como? A partir de onde?

JOÃO CARLOS — O Carlos Estevam Martins (1) tem um ensaio recente e muito importante que diz o seguinte: o marxismo não tem uma teoria do estado

porque partia do pressuposto de que feita a revolução socialista, desapropriados os meios de produção, o estado desapareceria por si próprio. Então, ele não tem uma teoria do exercício do poder, do acesso ao poder, do controle do poder no âmbito do Estado Socialista. Que diz o Carlos Estevam? A ideia de uma sociedade sem estado não vingou e não parece que possa vingar. Então, recolocar a questão de como se organiza o político numa sociedade socialista é vital. Tem que ser pensado hoje, porque a experiência histórica teve lugar e mostrou que o estado não tende a desaparecer. Pelo contrário, ele tende a crescer e a ocupar todo o espaço social. Agora, com que informação teórica houve esta evolução do estado? Com nenhuma. O exercício do poder no mundo socialista existente está baseado numa teoria de um aparelho político construído não para governar, mas para destruir um aparelho de estado. Outras teses merecem discussão, como a ideia de que uma vez desapropriados os meios de produção, a sociedade poderia gerir-se economicamente, de uma maneira totalmente transparente e reflexiva, sem auxílio de instrumentos de mercado, como o dinheiro. A verdade é que tem se revelado extremamente difícil conseguir um planejamento totalmente reflexivo e capaz de controlar o processo de reprodução social. Mesmo em Cuba, o debate de Che Guevara, de querer abolir o dinheiro, teve que refluir. Essas questões, de como vai ser reproduzida economicamente a sociedade socialista têm que ser recolocadas.

Na URSS deforma-se até a oposição

Seria, em vez de ficar considerando que a prática apresenta distorções do socialismo ideal, refazer o ideal a partir da experiência prática?

JOÃO CARLOS — Sim, repensar o ideal. Não no sentido de aceitar, mas de entender que a história mostrou que a ideia de que o estado vai desaparecer é uma bobagem. E se ele não vai desaparecer, é preciso pensar em como controlar esse estado.

É reconhecer que se houver uma revolução socialista, vai ter estado...

JOÃO CARLOS — Claro. E a partir daí, a questão de como se chega ao poder neste estado é fundamental. A história chinesa hoje é exemplar neste sentido: não tem uma teoria e uma instituição do acesso ao poder, ou melhor, tem só uma que é o partido. No entanto, não tem meios de produção privados mas há dissenso, há conflitos. Como se resolvem os conflitos? Em lutas surdas de

aparelho cujo resultado é sempre que quem perde é um traidor. A organização política da sociedade chinesa não tem lugar para a oposição; a divergência, no limite, ela é sempre criminosa. E que não há instituições que canalizem o dissenso e o debate político. E é por isso que há sempre uma sucessão de traidores.

A sociedade socialista vive o paradoxo de, por um lado, não ser capaz de eliminar a dissidência e, por outro, ser incapaz de conviver com ela?

JOÃO CARLOS — Tem sido assim. Mas nesse sentido a gente tem que reconhecer que os russos são bastante eficientes.

Na eliminação da dissidência?

JOÃO CARLOS — Eles a reduzem ao mínimo e são altamente capazes. Basta ver que o nome mais importante da oposição da União Soviética é o Soljenitzy, que é certamente uma figura de grande peso cultural no século XX. Ele está na base da nova direita francesa, por exemplo. Mas é uma oposição que vem de onde? Ele é um medievalista, um cara que é contra o desenvolvimento científico, contra o desenvolvimento da técnica, quer ruralizar a União Soviética... Quer dizer, por aí se vê como é grande o controle ideológico, pelo nível da sua oposição. Há uma máquina política de controle tão grande que mesmo a oposição que ela secreta já é profundamente deformada.

Até que ponto esse quadro todo torna mais difícil a tarefa dos que lutam pelo socialismo num país como o Brasil, por exemplo?

JOÃO CARLOS — Como é que no Brasil a direita trata os conflitos do socialismo? Dizendo que é uma ideia inviável, que só leva a calamidades, que a gente tem que se acomodar por aqui mesmo. Mas quem vive e sofre aqui dentro sabe que o capitalismo é um mundo intolerável.

Os capitalistas não acham, certamente...

JOÃO CARLOS — Claro. Mas então, eu acho que a civilização contemporânea vive uma grande crise justamente por isso: as alternativas de macroorganização social, seja no socialismo, seja no capitalismo, passam por uma crise muito profunda. E atestam que não há uma via simples de resolução dos problemas da humanidade. Agora, o capitalismo fez o máximo que podia. Os princípios de organização do capitalismo e da política do capitalismo que a gente encontra, por exemplo, nos Estados Unidos ou na Europa Ocidental se aproximam muito do máximo que é possível num sistema que

se funda na exploração. No sentido de que, por exemplo, a nível econômico, as desigualdades não são tão agudas. Pelo menos a maioria da população consegue viver decentemente. Do ponto de vista político há, inequivocamente, uma participação política das pessoas. Quem viveu num país desenvolvido vê que há uma crise muito profunda de motivação das pessoas. O sistema não satisfaz. Os exemplos que vi de desafeição, de pessoas que não colam no sistema, que têm aversão e se sentem expelidas por ele são muito grandes. Tem que se fazer uma análise para ver onde as coisas não funcionam, mas a verdade é que há um amesquinamento geral da vida, no capitalismo. Isso é uma coisa indiscutível: se vive por pouco e se morre por nada. Sobretudo as perspectivas de afirmação humana são muito pequenas. Isso eu acho que é um dado irreversível, lá fora, o fato de que os mecanismos políticos são falsamente democráticos. Então, a necessidade de transformar profundamente, de sair do capitalismo, pelo menos para mim é uma coisa certa. Agora, a necessidade de repensar os termos da alternativa, de o que seja uma sociedade socialista, livre ao mesmo tempo de utopia e das distorções que a experiência histórica tem mostrado, este é o grande desafio, que implica numa decisão social como em todo, uma tomada de posição pelo socialismo ou capitalismo, mas depois tem uma questão política que no caso brasileiro é uma oposição entre democracia e ditadura. Por fim há a questão nacional, a questão da dependência ou autonomia. Eu acho então que a oposição brasileira, com relação à contradição fundamental entre capitalismo e socialismo, quase não a tem colocado. Nesse sentido, é uma oposição que se situa dentro do marco do capitalismo. Pelo menos a grande maioria dela. Os setores que se colocam fora disso são minoritários. Mas a oposição brasileira é muito forte, ao nível da questão política. A oposição brasileira tem trabalhado ao nível da contradição política. Por isso é que eu digo que estamos trocando de nível. Nós estávamos discutindo modelos de civilização, uma discussão extremamente abstrata, sobre maneiras de organizar a sociedade humana e sobre os modelos que têm por aí. Quando a gente coloca a questão do Brasil a gente não pode permanecer neste nível porque para a história brasileira contemporânea esta questão não está colocada.

Cabe abrir uma discussão mais profunda, que até agora não tem sido feita porque a oposição brasileira, mesmo esses setores que gostariam de colocar a oposição como uma questão de transformação societária global, estavam concentrados na contradição que naquela conjuntura era mais importante, a oposição democracia-autoritarismo. Agora com o processo de amadurecimento político abrindo, a oposição vai ter de dizer a que vem. Quando a gente ouve, por exemplo, o que tem declarado a direção do Partido Comunista Brasileiro que estava no exílio, a gente vê que eles estão tratando

de introduzir uma informação nova no seio da oposição brasileira, que tem raiz no projeto socialista. O Armênio Guedes disse numa entrevista ao *Jornal do Brasil* que a questão da democracia não é uma questão meramente tática. Ele está colocando a idéia de que no conteúdo da idéia do socialismo a questão da organização política tem que ser uma questão presente e prioritária. Então, quem é sensível a estas questões dentro da oposição brasileira está levantando estas questões. Elas são vitais. O que é, por exemplo, o eurocomunismo senão a certeza de que na Europa Ocidental, se a questão da democracia não for colocada, não há partido comunista que consiga se afirmar? Porque o povo na Europa Ocidental tem um conhecimento quase direto do leste europeu e sabem que as coisas lá, sob muitos aspectos, são inaceitáveis.

É Preciso que se quebrem os tabus

No socialismo, a alternativa de oposição é sempre capitalista, mas no capitalismo ela se dá mais ao nível dos interesses de diferentes grupos capitalistas, como é o caso do Brasil...

JOÃO CARLOS — Bem, aí a discussão troca de nível. Pode-se dizer que uma formação social enfrenta três grandes problemas.

Já dá para perceber que a vanguarda mais comprometida com a idéia do socialismo já está incluindo na sua discussão essa questão da democracia?

JOÃO CARLOS — Eu acho que não está, pelo menos no grau em que deveria estar. Há algumas manifestações, mas o grosso da esquerda brasileira não enfrentou ainda essa questão.

Quais são os grandes tabus da esquerda brasileira?

JOÃO CARLOS — O internacionalismo proletário é um, continua a ser visto como verdade indiscutível e a experiência histórica mostra que ele é o mais discutível dos lemas. Não se vê internacionalismo proletário em lugar nenhum. Que o socialismo resolve as questões políticas e suprime definitivamente e radicalmente as desigualdades econômicas também é um dogma. A experiência histórica mostra que não é assim, não só porque há, por exemplo, desigualdades econômicas que persistem — embora nesse nível não possa haver dúvida de que o socialismo é muito mais bem-sucedido do que qualquer outra experiência histórica. A nível político é inequívoco hoje em dia que as propostas de organização do poder das ditas democracias populares são coativas e restringem a vida política. Também a idéia de que o centralismo democrático é um mecanismo razoável, inclusive de gestão do estado é uma idéia cada vez menos sustentável. Vê-se que é o contrário, a idéia do centralismo democrático é altamente eficiente para uma máquina de destruir o aparelho de estado capitalista, mas é altamente ineficiente para gerir democraticamente o aparelho de estado socialista. O que eu estava dizendo sobre os chineses é um exemplo.

É como é que se vai remover isso?

JOÃO CARLOS — Antes de mais nada é preciso discutir. Depois é preciso pensar, agir, experimentar porque não tem receita para isto. É preciso abrir de novo a discussão sobre o ideal de uma sociedade alternativa. Para isso é preciso fazer como os clássicos do marxismo faziam: discutir experiências concretas. Porque isso é outro tabu: estuda-se muito, por exemplo, a experiência soviética, até 22, 23, 24 e daí para a frente cada vez se conhece menos, se sabe menos. Como se as pessoas não quisessem ouvir falar disso.

É como se elas não quisessem malar o seu ideal?

JOÃO CARLOS — Sim, mas o que é preciso é trazer a reflexão histórica para o nosso presente. E o presente na União Soviética o que é? É o Brejnev. Esta é a figura mais importante. E o que é o Brejnev? O socialismo, então, é o Brejnev, é o Fidel. Não o Fidel da serra, mas o Fidel que está na África. É preciso refletir sobre coisas como o genocídio no Camboja ou a invasão do Afeganistão. Não considerá-las nem como crimes imperdoáveis e nem como desvios, pequenos e lamentáveis,

mas inevitáveis. É preciso compreender a dinâmica social, econômica e política que produz essas coisas para lutar eficazmente contra elas.

Os comunistas trazem um cadáver?

Estavam voltando ao Brasil no fim do ano passado alguns dos líderes mais importantes do PCB deixando claro que abraçaram o eurocomunismo, ao mesmo tempo em que chegou para participar de um seminário em Brasília o Lúcio Colletti dizendo que o eurocomunismo está morto, que nasceu morto e não tem a menor significação histórica. Estariam os comunistas brasileiros chegando com um cadáver nos braços?

JOÃO CARLOS — Tem que se ter cuidado de não confundir a história com a teoria ou com a consciência crítica dos filósofos. A história não se faz com base no que uma cabeça clarividente é capaz de dizer sobre uma situação histórica. A história se repete muito, persiste em impasses durante dezenas de anos. E as vidas se vão, se perdem. No caso da Argentina, é trágico como as coisas se repetem, os impasses, fracassos... A coisa continua. Então, o que o Colletti diz pode até ser verdade, a gente tem de levar em consideração e batalhar para levantar as questões que ele coloca. Mas o fato do Partido trazer para o Brasil a idéia do eurocomunismo é um progresso histórico, um avanço. Porque em termos de massa da esquerda brasileira é uma coisa que vai obrigar a discutir, a abrir determinadas questões. Eu também acho o tipo de proposta que o eurocomunismo representa muito discutível: como estratégia de modificação social ele é muito

duvidoso, e como proposta de retificação do modelo de construção da sociedade socialista é muito tímido. Mas, o que a gente tem que reconhecer é que ele é vivo em termos sociais, e que representa um progresso na concepção que os marxistas têm quanto aos padrões e formas do exercício do poder. É morto na cabeça do Colletti, socialmente é vivo.

Por causa dessa timidez ele não modifica nada, apesar de ser vivo?

JOÃO CARLOS — Modifica muita coisa. Modifica na idéia algumas coisas importantes, ainda que duvidosas. Por exemplo, renunciar à idéia de ditadura do proletariado. É verdade que não existe precedente histórico de se transformar o sistema social sem repressão. Mas eles foram apanhados em que tipo de contradição? Manter a idéia de ditadura do proletariado é dizer: nós vamos ser iguais ao leste europeu, a Itália vai ser como a Tcheco-Eslóvaquia, como a Alemanha Oriental. Não é programa político que se apresente na Europa Ocidental! Então, é um progresso no sentido de que reconhece o problema, mas é tímido porque não resolve a contradição. Num outro sentido, não há maneira de resolver a contradição a nível de programa, este é um problema. A experiência histórica vai ter que mostrar isso aí. Quando eu falo em romper com certos tabus da consciência de oposição marxista no Brasil, não é que vá descer de repente um receituário sobre como ela tem de se conduzir, é preciso que essa discussão teórica se entranhe na prática política, para ver que tipo de resultado histórico vai decorrer disso. O que não garante que não vá haver repetição, que não vá haver engano, que não vá haver equívoco. O importante, o papel da teoria e da dis-

cussão teórica, é procurar esclarecer um pouco. Tornar a prática dos homens, principalmente a dos militantes políticos, menos cega. É chamar a atenção para as implicações de certas coisas. Acontece que, principalmente dentro da tradição marxista, o peso da teoria é enorme. É a atividade política mais presidida por teoria que existe. Portanto, nesse ponto, talvez o aprofundamento teórico das discussões possa ter algum resultado.

Disseste no início que há um modismo em relação ao marxismo. Te referes apenas à proliferação de trabalhos a nível acadêmico ou também a uma onda de leitura, dessa leitura superficial que lê a orelha do livro, o primeiro capítulo, pega algumas idéias e pronto?

JOÃO CARLOS — Me refiro a isso que estás falando. O modismo é só isso. Mas no meio desse modismo tem muita coisa séria. Há muito modismo, tanto que o Dom Vicente Scherer, há algum tempo se viu na obrigação de falar na *Voz do Pastor* especificamente sobre isso: ele estava preocupadíssimo que as vitrines das livrarias só tinham livros de marxismo. Acontece que se sofreu muito neste país, de muitas maneiras e acho que há uma reação das pessoas, uma radicalização da consciência de oposição. É por isso que as pessoas querem aquilo que é mais contra o sistema, a radicalização da crítica ao estabelecido torna-se assim via de acesso ao marxismo e à esperança histórica.

(1) "Do Príncipe ao Principado por via dos Princípios", incluso em *Estado e Capitalismo no Brasil*. São Paulo, Uctec, 1978.

UM DESAFIO PARA VOCÊ

Mesmo que o pé escorregue, que o pessoal morra de rir do seu jeitão desengonçado, aceite o desafio, porque algum dia você pode chegar a ser um campeão não é mesmo? Rode a seu estilo, mesmo que você não tenha nenhum.

ROLLER CENTRAL PARK

Em área totalmente coberta, com ampla estrutura de lazer, você e sua família desfrutam de bar, restaurante, vestiário, lojas e jogos eletrônicos. Rolando, a gente acaba vendo a vida com outros olhos.





A HISTÓRIA DE UM DESENCONTRO

GRANDEZA E LIMITAÇÕES DO PENSAMENTO DE FREUD, de Erich Fromm, Zahar, 115 páginas, Cr\$ 160,00.

Ao longo de quase cinco décadas Erich Fromm vem produzindo obras sobre temas ligados à psicanálise. Com sucesso, diga-se de passagem, haja visto que seus livros em português esgotaram várias edições. Mas seria surpreendente que este *Grandeza e Limitações do Pensamento de Freud* representasse um trabalho original do psicanalista alemão radicado nos Estados Unidos. O livro é um resumo das idéias que Fromm vem defendendo e que, segundo alguns, adquiriram densidade suficiente para caracterizar a chamada escola culturalista. Originário do grupo de Frankfurt — Marcuse, Adorno, Horkheimer — Fromm desenvolveu o ambicioso projeto de compatibilizar as idéias de Freud com o marxismo, juntando à mistura outros ingredientes como o budismo e a ética dos profetas do Antigo Testamento. Fromm é assim um dos últimos humanistas, o que talvez, explique, junto com um estilo agradável, acessível, sua popularidade. Segundo Phil Brown (*International Journal of Health Services*, Vol. 9, nº 1, 1979, p. 189), Fromm representa o pólo psicológico no espectro freudo-marxista do qual Marcuse é o pólo político. Neste comentário a propósito de *Amnésia Social*, de Russel Jacoby (publicado no Brasil pela Zahar) e dentro da linha radical da revista em que escreve, Brown diz que combinar Marx com Freud é papo furado: Marx pouco se preocupou com os aspectos psicológicos do ser humano, e quanto a Freud, estaria irremediavelmente preso à burguesia de onde se originaram ele e seus pacientes. Fromm concorda em parte com este argumento. A psicanálise, cooptada pela sociedade de consumo, "perdeu muito de seu vigor crítico. Ao concentrar-se principalmente no indivíduo (...) desviou a atenção dos fatores socio-econômicos". (p.112) Na União Soviética e nos países do leste europeu a doutrina freudiana não teve melhor sorte: após um breve período de popularidade, logo após a Revolução de 1917, foi banida com o advento do estalinismo. Apesar disto — ou talvez por causa disto — Fromm acha que a psicanálise tem suficientes elementos revolucionários — a descoberta do inconsciente, da sexualidade infantil, do complexo de Édipo, a demolição de mitos — para sobreviver a estes percalços.

Dia virá, diz Fromm, que a psicanálise se encontrará com o socialismo.

Como será isto? Em que se diferenciaria uma psicanálise socialista de uma capitalista? Em outras palavras, como deitar as massas neuróticas num divã? Fromm é compreensivelmente vago a respeito. Como Foucault e Ivan Illich, seu forte é a crítica, não a solução. Não tem propostas a fazer quanto, por exemplo, a

formas de tratamento psicanalítico mais acessíveis à população. Nem a terapia de grupo ele aceita. Numa entrevista a Richard Evans (ver: *Construtores da Psicologia*, São Paulo, Summus-EDUSP, 1979) diz, irônico: "Só posso supor que esta seja a psicanálise para aquele que não pode pagar 25 dólares". É mais adiante: "Sou individualista, sou antiquado". A implicação desta desconsolada observação é evidente: o que deve ser mudado não é a terapia, mas sim a sociedade. Em outro trabalho (*Tâche et méthode d'une psychologie social-analytique*. In: *Freudo-marxisme et sociologie de l'aliénation*. Anthropos, Paris, 1974) diz Fromm: "A psicologia analítica encontra evidentemente seu lugar no materialismo histórico... (sua) tarefa consiste em expor a estrutura libidinal da sociedade e sua função no processo social. A teoria do nascimento das ideologias a partir da interação entre impulsos e condições sócio-econômicas tem sob este aspecto um lugar particularmente importante".

É possível que esta contribuição da psicanálise à mudança social seja, no momento, efetiva somente por via de sua contribuição à pedagogia, à sociologia, à arte. Afinal, se nem a comida está ao alcance de todos, porque a psicanálise haveria de estar? Psicanálise e socialismo: a história de um desencontro.

MOACYR SCLiar

UM DEBATE CADA VEZ MAIS AMPLO

O MARXISMO E O ESTADO, de Norberto Bobbio e outros, Editora Graal, Biblioteca de Ciências Sociais.

Ao menos teoricamente, o chamado *debate italiano* acerca das relações entre democracia e socialismo já chegou ao Brasil, não com a mesma desenvoltura, é natural, como o que se trava em sua matriz.

Não se pode dizer o mesmo sob o ponto de vista *prático* já que os motivos teóricos dos socialistas italianos nascem de sua própria prática, diferente da brasileira. Isto, entretanto, não quer dizer que no Brasil não existam condições de nascimento e desenvolvimento de um debate dessa natureza. Certamente que as condições políticas brasileiras impõem outras preocupações que, se não o excluem, o tornam menos atraente, menos imediato, mas não desnecessário.

O filósofo do Partido Socialista Italiano, Norberto Bobbio, teve o mérito de deflagrar a polêmica sobre as questões que essa relação — democracia/socialismo — sugere, a partir de dois artigos publicados nos nºs 8, 9 e 10 de *Monoperaio*, 1975.

É o próprio Bobbio estabelece: "democracia de socialismo... o tema que não hesito em considerar como o problema dramático e crucial de nosso

tempo. Dramático, porque ninguém até hoje conseguiu resolvê-lo senão em palavras (palavras, especialmente se ambíguas e adaptáveis aos mais diversos usos como são em geral as palavras da linguagem política, podem resolver com incrível facilidade qualquer problema); crucial porque parece a muitos que de sua solução depende o destino de uma sociedade sempre mais necessitada de controle e cada vez mais incontrolável", (pág. 18).

Logo seguiram-lhe, em resposta, inúmeros polemistas, entre eles, alguns colaboradores da revista *Rinascita*.

O conteúdo dessas intervenções chega agora ao leitor brasileiro através da publicação, reunida em livro, dos artigos de diversos autores, feita pela Editora Graal — Biblioteca de Ciências Sociais, numa tradução de Federica L. Boccardo e René Levie, sob o título de *O Marxismo e o Estado*.

Este debate já começa a ganhar alguma proporção entre nós e a se tornar público — o que equivale dizer, a sair dos meios intelectuais especializados — através da intervenção de conhecidos cientistas brasileiros — é o caso de Francisco Wefort, num artigo para a revista *Isto É*, para citar um exemplo — e por uma entrevista como o próprio Norberto Bobbio, publicada pela revista *Veja*, num de seus últimos números. De resto, trata-se de uma temática que, direta ou indiretamente, já começa a ser debatida também noutros níveis da convivência política e intelectual do Brasil.

O Marxismo e o Estado é um livro que carrega sua própria importância, enriquecendo os debates da teoria política contemporânea, pois encara as questões inevitáveis e necessárias que ocorrem hoje nas discussões que se travam dentro do marxismo europeu sacudido por variadas crises e exigências políticas, notadamente entre a esquerda italiana, colocada ante o desafio de acertar o passo entre a prática e a teoria.

Bobbio centra suas preocupações a partir de uma referência, segundo ele, fundamental, que é a "inexistência, ou insuficiência, ou deficiência, ou irrelevância denunciada e deplorada de uma ciência política marxista entendida como "falta de uma teoria do estado socialista ou de uma democracia socialista como alternativa à teoria, ou melhor, às teorias do estado burguês, da democracia burguesa" (Pág. 13). Isto significa dizer que preocupa ao autor, colocar no centro da discussão a própria possibilidade de uma teoria marxista do estado que, ao mesmo tempo, seja capaz de criticar as instituições políticas da democracia burguesa, como de propor instituições políticas alternativas, no caminho de uma democracia socialista.

Para este autor, não se trata de uma avaliação meramente doutrinária do marxismo, mas principalmente concreta. Ou seja: de sua aplicação no contexto histórico das diversas sociedades que o reivindicam como *modelo*. Outros autores, entretanto, mesmo aceitando a justiça das colocações de Bobbio, não concordam com as causas indicadas por este.

Pode-se dizer, para estabelecer um marco diferenciador entre os polemistas, que há aqueles que localizam os problemas da relação democracia/socialismo na inexistência de uma teoria política marxista, sendo, portanto, necessário desenvolvê-la; outros localizam-nos na raiz da própria teoria, sendo, portanto, necessária abandoná-la; outros que reconhecendo sua existência consideram sua aplicação desvirtuada, enfim.

Por este breve esboço pode-se perceber a complexidade das questões teóricas fundamentais discutidas nesse volume, e que ao menos devem despertar curiosidade, senão inquietude intelectual.

As posições de que parte o autor e mesmo as colocações que faz são estranhas ou até contrárias à tradição do marxismo? Ele precisa conceitualmente o que entende por democracia e estado? Ou usa genericamente dessas categorias sem apanhá-las nem explicitá-las na complexidade de seus condicionamentos históricos presentes?

Cabe-nos, entretanto, apenas apresentar o livro, sugerindo ao leitor a procura das respostas a estas e a outras perguntas, ao longo desta e de outras leituras.

DILAN CAMARGO

Lançamentos

SEMIÓTICA RUSSA, organizado e traduzido por Bóris Schnaiderman. Coletânea dos mais representativos estudos semióticos que vêm se desenvolvendo na União Soviética. Editora Perspectiva, 310 páginas, Cr\$ 300,00.

REVOLTA E REVOLUÇÃO, de José Joffly. Deputado federal em quatro legislaturas com votações progressistas, Joffly perdeu as eleições para o Senado em 1962, sob a legenda do Partido Socialista. Preso durante algum tempo, tornou-se empresário no Paraná. Agora em seu terceiro livro, analisa a revolução de 1930. Editora Paz e Terra, 430 páginas, Cr\$ 330,00.

SOCIOLOGIA EMPÍRICA DO LAZER, de Joffre Dumazedier. Semana de quarenta horas, aposentadoria aos 60 anos, evasão escolar, trabalho doméstico contestado... O que fazer com o tempo livre? Prerrogativa dos países industrializados? Editora Perspectiva, 250 páginas, Cr\$ 220,00.

MARXISMO E LITERATURA, de Raymond Williams. Análise das contribuições dadas para uma teoria marxista da literatura — Marx, Lukacs, Sartre, Goldmann, Althusser, Macherey — e reflexões do autor sobre o tema. Zahar Editoras, 216 páginas, Cr\$ 150,00.

A CULTURA DO POVO, organizado por Eden Valle e José J. Queiroz. Resultado de um simpósio no Instituto de Estudos Especiais da PUC de São Paulo, esse livro traz trabalhos F. Wefort, Ecléa Bosi, Douglas Monteiro, Octávio Ianni, entre outros. Cortez & Moraes e Editora da Universidade Católica, 144 páginas, Cr\$ 110,00.

CUBA: DEMOCRACIA OU DITADURA?, de Marta Harnecker. A própria autora explica o conteúdo: "O nosso objetivo é mostrar como vive o povo cubano e sua revolução (...). Cerca de 80% do livro está constituído pela transcrição literal de gravações realizadas durante dois meses, de assembléias e entrevistas em fábricas, Comitês de Defesa da Revolução, Tribunais Populares e, em particular, com delegados e eleitores dos órgãos de Poder Popular da província de Matanzas". Global Editora, 360 páginas, Cr\$ 280,00.

TENTATIVAS DE MITOLOGIAS, de Sérgio Buarque de Holanda. Trata-se de uma coletânea, reunindo trabalhos de crítica cultural e literária até então esparsas do autor de *Raízes do Brasil*. Editora Perspectiva, 284 páginas, Cr\$ 270,00.

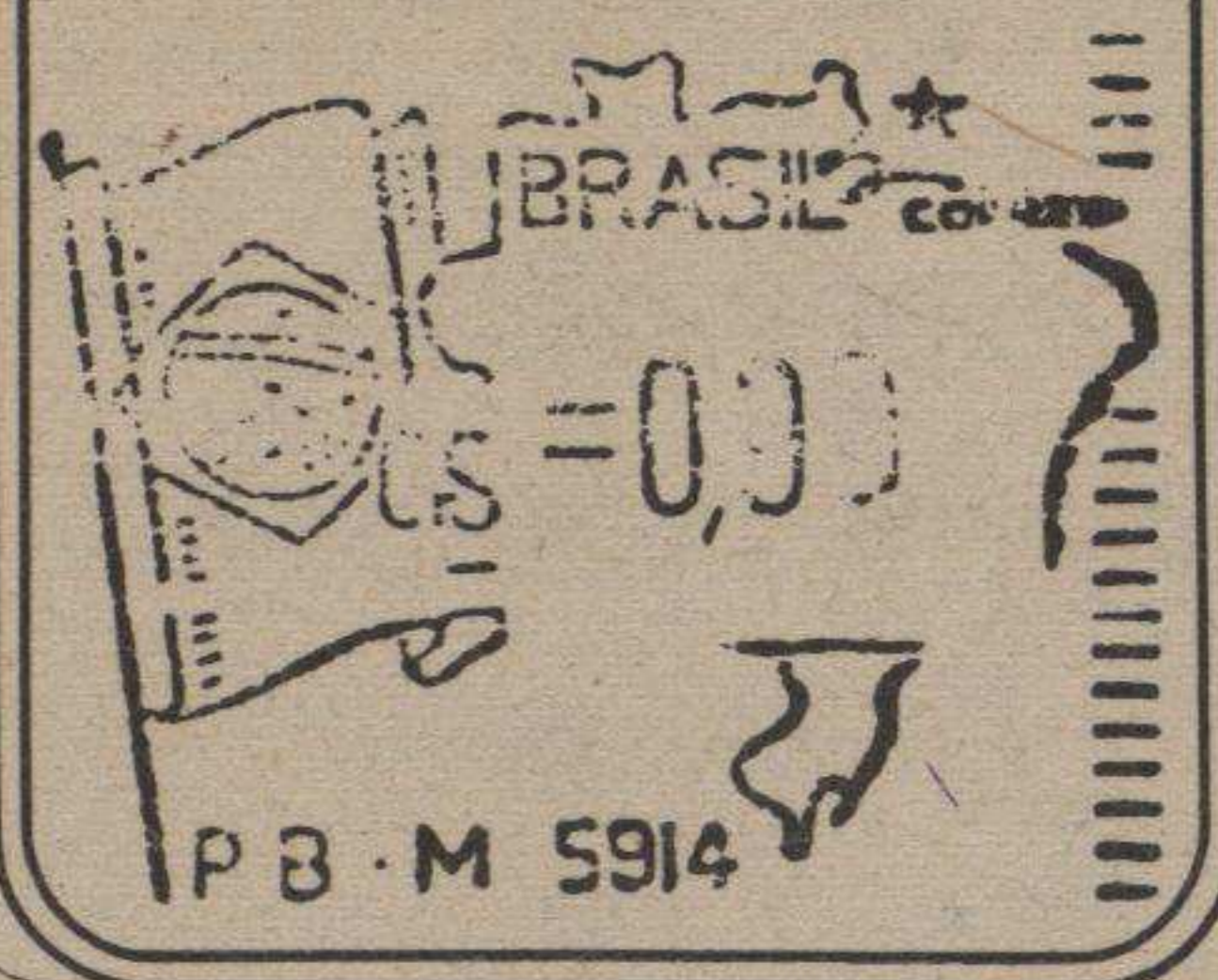
VIAGEM AO FUNDO DA NOITE, de Celine. É um dos romances mais importantes dessa francesa e, ao mesmo tempo, a narrativa romancada de sua viagem aos Estados Unidos. Ela conta suas experiências como operária da indústria automobilística em Detroit, sua viagem à África. Uma espécie de mochileira das primeiras décadas do século. Editora Ulisséia, 480 páginas, Cr\$ 320,00.

PORTO DOS CASADOS, de Isaac Starosta. Uma reedição de seu romance, publicado em Porto Alegre há alguns anos. Editora Ática, 160 páginas, Cr\$ 130,00.

AS portas da percepção e CÉU E INFERNO, de Aldou Huxley. O autor de *Sem Olhos em Gaza* e *Admirável Mundo Novo* agora tem mais uma obra sua reeditada. Editora Globo, 116 páginas, Cr\$ 150,00.

A DESOBEDIÊNCIA, de Alberto Moravia. Esse escritor italiano já foi definido de muitas formas mas, sobretudo, como autor de romance do casal, ou, mais precisamente, do mal-entendido que surge entre o homem e a mulher. Editora Ulisséia, 180 páginas, Cr\$ 250,00.

LAVOURA AMARGA, de Ângelo D'Ávila. O romance desse escritor mineiro recebeu o Prêmio Brasília, de 1971. Editora Record em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, 270 páginas, Cr\$ 75,00.



Outro desrespeito a terras indígenas

"No segundo Império, Dom Pedro II doou aos índios Cadiués uma extensa área de terras na Serra da Borborema, como prêmio por sua participação na Guerra do Paraguai ao lado dos brasileiros. Na época, o Imperador reservou aos Cadiués "toda a área por eles ocupada". Em 1931, através de um decreto presidencial, a Reserva adotou limites mais definidos, perfazendo um total de 480 mil hectares. Em 1957, o coronel Glóes fez a primeira demarcação, aproximando-se muito da doação de Dom Pedro II. Mas três anos antes, o então governador do estado do Mato Grosso, Fernando Correa da Costa, criou na mesma região a Colônia Agrícola do Campão. Criação esta ilegal, pois a dita colônia encontra-se em faixa de fronteira, área considerada de Segurança Nacional, portanto, de controle exclusivo da União.

Mas até 1979, os problemas de limites continuam pendentes, com os fazendeiros contestando a demarcação inicial feita pelo coronel Glóes. O Incra e a Funai reiniciaram a demarcação dos limites e disso originaram-se os primeiros conflitos entre fazendeiros e indígenas. E grave nisso tudo é que 2.500 famílias de pequenos proprietários e posseiros terão que abandonar a região (segundo estimativa do dr. Otávio Augusto Lobo, da Terrasul), tão logo concluídos os trabalhos de demarcação, já que alguns lotes encontram-se dentro da Reserva.

Diante disso, a CPT-Regional Mato Grosso do Sul volta a público para: reafirmar que a Colônia Agrícola de Campão foi ilegalmente criada pelo governo do então estado do Mato Grosso, pois encontra-se em faixa de fronteira; responsabilizar publicamente os ex-governadores Fernando Correa da Costa, Pedro Pedrossian e José Fraguelli (que distribuíram ou doaram títulos de propriedades aos colonos); exigir que as famílias de pequenos proprietários e posseiros que terão de abandonar a área sejam indenizadas e imediatamente ressentadas no próprio estado do Mato Grosso do Sul; exigir que sejam respeitados os limites de Reserva Cadiués conforme entendem hoje os indígenas, baseados nos vestígios de sua ocupação da área. Atenciosamente".

Comissão Pastoral da Terra, Glória de Dourados, MS

Oferta incrível: revólver com 10% de desconto

"Agora é moda falar de uma violência que, a rigor, sempre existiu, só que desta vez ela atingiu as classes mais altas, que botam a boca no trombone. A televisão está em plena campanha, faturando lbope às custas da violência. As rádios idem, e os jornais e revistas trazem páginas e páginas divulgando criminosos e seus feitos sanguinários.

Com uma coisa bem poucos estão preocupados: as raízes (e em consequência as causas) da incrível corrida de violência, sem precedentes na história das grandes cidades brasileiras. Vale ressaltar que as capitais do Sul maravilha (São Paulo está em primeiro lugar) são as mais violentas do mundo.

Uma das perguntas que se faz é onde a marginalia consegue munição e armas para a prática de crimes (roubando, diz a polícia, uma argumento que não convence muito, pois não se conseguiria tanta munição em roubos). Esta perguntinha tem um fundamento: quando o civil vai adquirir munição, ou arma passa por uma terrível burocracia, onde todo mundo ganha dinheiro — o cartório com certidões ridículas, o intermediário despachante, o governo com taxas disso e



daquilo, etc. Apesar de tudo, as lojas em pleno centro das grandes cidades promovem vendas de armas, oferecendo-as até em "ofertas especiais", com descontos de 5% a 10%, vejam só.

Voltando ao começo: parecem esquecer que a causa desta violência é a questão social brasileira. Fala-se, o governo, em medidas mais rigorosas contra os criminosos. Mas medidas que melhorem a condição social do povo brasileiro de uma forma eficaz não são nem cogitadas."

V. Oliveira Rios, Porto Alegre, RS

Vale quanto pesa

"Um alô simples deste leitor que admira este jornal. É, este, José Paulo Moura.

Dia oito, deparei pela primeira vez com o *Coojornal*. Eu bulia numa pequena variedade de jornais e outros (de menor ou não ampliação) que, na banca de revistas e jornais, estavam de maneira não visível sem que tenham um pouco de entroxisse. É uma mesete onde ficam os jornais e embaixo da pretaleira estava, neste momento, essa mistura com papéis de leitura que vão pros amontados sem valor. Ali estava o *Coojornal* (nº 47, não reparei se havia outros números), que se ostentava pela apresentação e pelo volume de vários cadernos.

Essa banca de revistas e jornais fica na Estação Rodoviária, com várias filiais pela cidade. O *Coojornal* vale quanto pesa, vejo eu. É jornal de conteúdo, substancial, de registros... É um prazer conhecer e ter minha assinatura. Sou sargento da Polícia Militar. Este cartel é um alô com poucas palavras. Abraços."

José Paulo Moura, Barbacena, MG

A história do Diário e a morte do Papa

"Merecem reparos afirmações a mim atribuídas na reportagem referente ao fechamento do *Diário de Notícias*, publicada na página sete, da edição de janeiro do *Coojornal*.

Assim, carece de exatidão o último período da aludida matéria, já que não afirmei que o *Diário* matou o Papa Pio XII. O que disse foi o seguinte: a transmissão radiofônica do Repórter Esso — na época através da Rádio Farroupilha — redigida por um companheiro que trabalhava na redação do jornal antecipou em alguns minutos o falecimento do Pontífice. Tudo em virtude de visíveis

falhas no teletipo, devido a perturbações atmosféricas. Mas, como se aproximava a meia-noite (horário brasileiro) e como o fato era confirmado minutos após pelo Vaticano, àquela emissora se atribuiu o furo.

O *Diário de Notícias*, circulando seis ou sete horas depois, informava em quase duas páginas, o acontecimento que comoveu o mundo cristão, inexistindo, portanto, a "grande barriga" citada na reportagem do *Coojornal*.

Equívoca, por igual, a "promoção" com que fui contemplado. Sou procurador do estado, e não desembargador, como saiu publicado."

José Joaquim Monteiro, Porto Alegre, RS

Uma homenagem especial para Flávia Schilling

"Nós, formandos de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, decidimos homenagear a brasileira Flávia Schilling, até hoje presa em cárceres uruguaiois por ter lutado em favor das classes mais exploradas, dando o seu nome ao nome de nossa turma.

A homenagem, simples diante de toda a movimentação feita em prol da libertação de Flávia, mostra que ela continua em nossa memória e por ela lutaremos até que seja libertada.

Estamos enviando este convite de formatura para a redação do *Coojornal* na esperança de que seja do conhecimento da CBA-Porto Alegre e especialmente da família de Flávia."

Neivaldo Bragatto, pela Comissão de Formatura, Vitória, ES

A história dos filmes de Back, por ele mesmo

"Em face do acúmulo de erros e opiniões equivocadas contidas na matéria intitulada *Lutando fora do eixo*, publicada em outubro último, dirijo-me a este mensário para alguns reparos que se fazem necessários, a fim de restabelecer a verdade e discutir alguns conceitos que não correspondem à realidade dos fatos.

1) No retrospecto da minha carreira, o autor faz referências ao meu segundo longa-metragem, *A Guerra dos Pelados*, dizendo que "foi um fracasso de crítica e de público, tanto que o diretor precisou dedicar-se ao cinema publicitário para ganhar a vida e pagar suas dívidas".

Realmente, o filme andou mal de bilheteria, dele ainda hoje estou endividado: atualmente, corre processo do BRDE contra mim, no STF. O banco, em 1979, me emprestou 150 mil e hoje me cobra quase 1,5 milhão. É a maior agiotagem da história da cultura deste país. Sem outros comentários.

Já quanto a dizer que o filme teve má acolhida da crítica, isso é uma inverdade. Basta consultar os jornais da época. De memória, posso citar: a) o filme foi escolhido para representar o Brasil no Festival Internacional de Cinema de Berlim, em 1971; b) no mesmo ano, em Málaga, Espanha, o filme participou e obteve um dos prêmios; c) o jornal *Folha de S. Paulo* o considerou o melhor filme brasileiro exibido na capital paulista, naquele ano; d) no Festival de Cinema de Guarujá, três de seus intérpretes foram premiados; e) pela sua produção o filme ganhou o prêmio "Governador de São Paulo", em 71; f) seu diretor, figurinista e cenógrafo, e diretor de fotografia, foram indicados ao prêmio Coruja de Ouro, do então Instituto Nacional de Cinema; e g) o filme recebeu a láurea Prêmio de Qualidade, em 71, do citado INC.

2) Quanto ao *República Guarani*, eu não disse ter feito "um documentário (e não uma reconstrução) porque o orçamento era curto". Jamais em tempo algum pensei em transformar o tema em filme de ficção. Desde o início da idéia às pesquisas, das filmagens à versão definitiva do *República Guarani*, quando já se passaram quase três anos, a opção era o documentário. Essa opção tem um profundo significado político e ideológico, e nada tem a ver com custos de produção.

3) O autor, à certa altura do seu texto, confunde objetividade jornalística com crítica cinematográfica e conhecimentos técnicos de fotografia e de edição sonora. Assim, é inadmissível aceitar seu tom paternalista sobre o padrão da fotografia, como é suspeita sua observação quanto à qualidade do som, ambos irrepreensíveis.

4) Referindo-se ao fato de eu haver concluído o livro sobre o cinema do Sul, intitulado *Um Cinema Sem Filmes* (Crônica do cinema sulino de 1879 a 1980), novamente o autor malbaratou as minhas palavras. Eu nunca disse ter descoberto que "o primeiro filme brasileiro de ficção foi realizado em Pelotas, na década de 10". Nem "do qual (*Os Óculos do Vovô* é o título do filme) não existe cópias".

Nessas poucas linhas se aninham várias confusões: a) *Os Óculos do Vovô*,

(Continua)

Formandos em Economia - 1979/2

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - Universidade Federal do Espírito Santo

Turma - "FLÁVIA SCHILLING"

Paralelo - Prof. Pedro José Marau
Padrão - Prof. Orlando Galimani
Orador - José de Souza Coelho
Reitor - Prof. Rômulo Augusto Penina
Diretor - Prof. Luiz Flores Alves

HOMENAGENS ESPECIAIS

Nicos Poulantzas (E. Wolfsohn)
Herbert Marcuse (E. Wolfsohn)
Madre Teresa de Calcutá
Prêmio Nobel da Paz - 1979.
Dom João Batista da Mota e Albuquerque.
Arcebispo de Vitória

AGRADECIMENTOS

Oswaldina Goes Cavalcante
Secretária do Depto. de Economia
Pedro da Silva Sobrinho (Dr. Pedrinho)
Funcionário do Centro

HOMENAGEM PÓSTUMA

FORMANDOS

ADEMIR DINO LEMOS
ANTONIO CARLOS DE MEDEIROS
ANTONIO MARCOS FERREIRA PERIM
CECILIA AZEVEDO DE BRITO MONTEIRO
CLEIDE MARIA PERIN
DANIEL ANTONIO SOBEI
DANIELE SANTOS XAVIER
DEOLISANO RODRIGUES FRAGA
EDILSON MARCIORIO
EDSON DE BARROS
EDSON KRUGER
EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA
ENRIQUE GUILLE RMO CAMPO MORALES
FRATMA REGINA NOBREGA DE CARVALHO
FRANCISCO DE ASSIS SCHWAN
HELEIDE PALMA DE ARAUJO
ILLEUSI QUEIROZ HONORATO
IURI CASTRO DOS SANTOS
IVANDA TEREZINHA BALDON FLORES
JOSE DE SOUZA COELHO
JOSE EDUARDO CARMELO INARRA DELGADO
JOSE GONCALVES LARANJA
JOSE FRANCISCO MORELATO
JOSE HUMBERTO CALMON TRISTÃO FERNANDES
JUSSARA MARIA DIAPANE
LUIZ ANTONIO PORTELLA
LUIZ CESAR DA SILVA CRUZ



LUIS FERNANDO VERISSIMO

Oba!

ESSA SUA FANTASIA
O QUE É?



"O BRASILEIRO
E O SAPO"



O BRASILEIRO
EU ESTOU VENDENDO
MAS CADÊ
O SAPO?



ENGOLI

